SUMÁRIO

03 MENSAGEM DE NATAL

04 REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

05 EDITORIAL

06 AGENDA NOTICIOSA

06 Aniversários:
Comando Territorial de Viana do Castelo
07 Comando Territorial do Porto
08 Comando Territorial de Santarém
10 Unidade de Controlo Costeiro - UCC
12 Comando Territorial de Évora
13 Comando Territorial de Aveiro
14 Comando Territorial da Guarda
16 Homenagem a militar da Guarda baleado em Aguiar da Beira
17 Militar da GNR vence triatlo «IberMan» 2016
18 Altura - Dois detidos por furto de mais de 1,6 toneladas de pêra-abacate
Braga - Convívio entre militares do ativo, reserva e reforma
20 Bensafrim - Captura de evadido de estabelecimento prisional
Lisboa e Setúbal - Três detidos por furtos qualificados
21 Visita de delegação da GNR ao Parlamento Europeu
Armação de Pêra - Detido por tráfico de heroína

22 TEMA DE CAPA

22 Sinistralidade Rodoviária:
Métodos de Estudo das Causas e Causas Conhecidas

38 CONHECER

38 Equipamentos utilizados no controlo e fiscalização do trânsito
48 D. Pedro de Menezes, Primeiro Governador de Ceuta

54 ESTUDO

54 O Desenrolar dos anos: Uma perspetiva de saúde
58 As Forças de Segurança como fontes de informação nas notícias
68 O Militar Músico no contexto da História da Música em Portugal

Investigação de um acidente rodoviário

Ficha Técnica

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa; Tel.: 213217354/294 — Fax 213217159;
E-mail geral: *revista@gnr.pt;*
Diretor: Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral, coronel de Cavalaria (Res) **I Chefe da Divisão Revista:** Carlos Manuel Pona Pinto Carreira, coronel de Administração Militar **I E-mail:** *revista.direccao@gnr.pt* **I Redação:** Fernando Custódio Borges, cabo-chefe de Cavalaria; Cláudio Alexandre, guarda-principal de Infantaria **I Serviços Administrativos:** Carla Almeida, cabo de Infantaria; José Rasteiro, guarda-principal de Infantaria **I Revisão Ortográfica:** Vasco Zacarias, cabo de Infantaria **I Fotografia:** Arquivo da Revista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR **I Execução Gráfica:** Gráfica/GNR. **I Tiragem:** 2.600 Exemplares. Depósito Legal N.º 26875/89. ISSN: 1645-9253. Preço Capa: € 1,20; **Assinatura Anual**: € 6,00; Ano XXVIII - N.º 112 - outubro - dezembro de 2016. Publicação Trimestral.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus autores e não, necessariamente, um ponto de vista oficial. No ano de 2012 entraram em vigor as normas constantes do Acordo Ortográfico. A Revista da Guarda, atendendo aos muitos artigos em carteira e às opções dos seus autores vai progressivamente implementando as novas normas, coexistindo as duas formas de escrita. Apelamos, por isso, à compreensão dos nossos leitores.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
PELA LEI E PELA GREI

Mensagem de Natal e de Ano Novo

Oficiais, Sargentos, Guardas e Funcionários Civis da Guarda Nacional Republicana

Nesta época festiva do Natal, dirijo-me a todos os militares e civis que servem Portugal na Guarda Nacional Republicana, manifestando a minha estima pelo profissionalismo e empenho que têm demonstrado no exemplar cumprimento da nobre missão que nos está confiada, garantir a segurança de pessoas e bens, a ordem e a tranquilidade públicas.

As celebrações associadas ao Natal convidam aos afetos e favorecem a vivência dos valores da amizade e camaradagem, bem como à evocação de familiares e amigos, por vezes distantes ou em situações difíceis.

É uma época de confraternização, potenciadora de um ambiente de partilha e solidariedade.

É um tempo em que estar privado do convívio dos que nos são próximos, nos afeta particularmente. Nesse sentido, manifesto uma palavra de especial consideração aos que, neste período, estarão empenhados em missão de serviço em território nacional ou no estrangeiro, cumprindo o seu dever para que outros possam usufruir em segurança.

Em 2016, conseguimos encarar as exigências e os desafios que se colocaram ao nosso País e, consequentemente, à Guarda, com reflexos organizacionais a todos os níveis e num contexto exigente. Todavia, destaco o árduo e intenso trabalho desenvolvido pelos homens e mulheres que diariamente dão o melhor de si, em prol do bem comum, aos quais, não posso deixar de expressar o meu profundo reconhecimento.

Não obstante as contingências vivenciadas, é também o momento adequado para refletirmos sobre os desafios que permanentemente se colocam à nossa ação. Nesse plano, soubemos estar à altura das nossas responsabilidades, contribuímos indubitavelmente para a tranquilidade social e para um ambiente de paz e serenidade, realçando os valores que nos caraterizam.

A Guarda está, como sempre, ao serviço de Portugal e dos portugueses, contribuindo decisivamente para o fortalecimento do sentimento de segurança, na defesa do prestígio do país e garante do desenvolvimento pleno dos direitos e garantias dos cidadãos, com vista a salvaguardar a sua dignidade e bem-estar, estando empenhada em contribuir para um país melhor e na construção de uma GNR, mais Humana, Próxima e de Confiança.

Em 2017, continuaremos a harmonização de estruturas, processos e procedimentos, adequando-os à modernidade dos nossos tempos para, com determinação e coragem, transformar dificuldades em desafios, procurando que em nós se revele o potencial de cada um, para juntos construirmos um futuro melhor, afirmando a Guarda como uma força de segurança moderna, tecnologicamente avançada e eficaz.

No novo ano, prosseguiremos empenhados no desenvolvimento dos trabalhos de revisão dos diplomas estruturantes para a Guarda, em razão da sua melhor adequação a um ambiente de segurança complexo e de exigência crescente, norteados permanentemente pela defesa dos superiores interesses institucionais e dos seus militares e civis.

Neste terceiro Natal como Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, expresso a todos os militares e civis, no ativo, na reserva e na reforma, votos de um Santo e Feliz Natal e a esperança de um Bom e Próspero Ano Novo, extensível às respetivas famílias.

Lisboa, Carmo, 2 dezembro de 2016
O Comandante-Geral,

Manuel Mateus Costa da Silva Couto
Tenente-General

Referências Elogiosas

Ao Comando da Guarda chegou uma missiva de um cidadão que a seguir se transcreve:

«Como cidadão português, venho por este meio demonstrar a minha gratidão junto da vossa insituição GNR, devido ao acontecimento do desaparecimento da criança de Ourém.
Inclusive, liguei para o vosso destacamento em Santarém a agradecer e a deixar o meu louvor, após ver as notícias num canal televisivo, em que soube que eram os militares dessa cidade. Foi-me indicado que, se quisesse deixar algumas palavras de gratidão para enviar um *e-mail* para a Divisão de Comunicação e Relações Públicas. Inclusivamente, tentei ligar para o vosso Grupo de Intervenção Cinotécnico para agradecer, mas sem sucesso, devido já ser um pouco tarde. Para estes também um voto de gratidão.
Obrigado a todos vós, pelo vosso esforço que tiveram para encontrar esta criança, por nunca terem desistido. Como pai imagino o sofrimento daquela família. Graças a vocês, esse sofrimento chegou ao fim.
Queria apenas pedir-vos que transmitissem aos vossos camaradas que aparecem na fotografia com a criança ao colo, publicada no vosso *site*, o meu agradecimento, e dizer-lhes que foram uns verdadeiros heróis e um bem-haja para eles.
Muito obrigado!»

Luis Miguel Carvalho Real Mendes

Ao Comando da Guarda chegou uma missiva dos alunos, professores e auxiliares da Escola da Serrinha que a seguir se transcreve:

«Exmo. Senhor Comandante do Posto da GNR de Alpendorada.
Dirigimo-nos a V. Exª para lhe fazer chegar o retorno, dando a conhecer a síntese das opiniões de alunos, professores e auxiliares, relativas à nossa deslocação ao Posto da GNR que comanda.
A atividade para a nossa práxis pedagógica constituiu uma mais-valia, porquanto motivou a elaboração de trabalhos de desenvolvimento de acuidades motoras e a expressão da criatividade; permitiu um conhecimento real de uma instituição pública local e do seu *modus operandi* no apoio à população; contribuiu para a aproximação e compreensão de diferentes intervenientes do tecido social; foi do agrado dos alunos e enriquecedora, pelas vivências que proporcionou; formativa, porque leva à internalização de que impor autoridade é um modo de servir e não uma forma de violência. Sempre que solicitada à GNR, os pedidos da escola têm sido compreendidos, acolhidos, executados com agrado, entusiasmo, espírito de missão e serviço à sociedade, merecendo, por tal, o nosso reconhecimento e respeito pela excelência do vosso trabalho.
Agradecemos o convite que nos formularam; registámos a simpatia, atenção, carinho, com que os agentes que dirige nos receberam, a segurança que transmitiram e, não descurando a consciência da sua função de servir com responsabilidade, de se dar a uma causa nobre, foram capazes de se embevecer, com doçura e sorriso nos lábios, embarcar na alegria e mérito do sonho infantil e interagir/ensinando, experienciar/formando, vivenciar/acompanhando com as crianças e comungar a feeria do seu estar. Fazemos votos para que iniciativas prestigiantes como esta se repitam entre entidades que se complementam na formação de cidadãos livres, respeitadores de valores humanistas e na preservação dessa inalienável condição da nossa matriz civilizacional.
Peço a V. Exª que faça chegar aos homens que comanda a mensagem de apreço de todos quantos pertencem à Escola da Serrinha. Aproveitamos a ocasião para desejar umas boas festas a todos vós.»

A Sinistralidade Rodoviária vem tendo, infelizmente, pese embora o esforço institucional e social no sentido contrário, grande destaque nas estatísticas da Sinistralidade Geral em Portugal, com todas as consequências e prejuízos humanos e materiais que lhe advêm. Face ao exposto, em tese, não é despiciendo afirmar que qualquer acidente – dada a natureza negativa dos seus resultados, quer, em primeiro lugar, no que diz respeito às vitimas, quer pelos danos materiais que provoca –, merece e deve, profilaticamente, ser estudado.

O controlo de qualquer fenómeno passa, grosso modo, pelo conhecimento do próprio acontecimento em si e das causas que lhe estão subjacentes. Sendo a sinistralidade rodoviária uma preocupação crescente da sociedade actual – em mudança acelerada (aumento das viagens, deslocações, veículos, etc.) e uma resultante de uma dinâmica em que intervêm, de forma complexa, quatro factores inter-relacionados: homem, veículo, via e ambiente; pelo número de vítimas, sofrimento e prejuízo que origina –, foi escolhida, como tema de capa, a procura, identificação e caracterização de alguns métodos de estudo e de investigação do fenómeno. Trata-se, em suma, de tentar fornecer ferramentas para compreender a sinistralidade rodoviária e, posteriormente, através de uma intervenção multidisciplinar, preconizar medidas para reduzir (ou, no limite, anular) o número de vítimas em acidentes rodoviários.

O tempo é imparável e eis que chegou o momento de deixar as funções de Director da Revista *Pela Lei e pela Grei*, por terminar a minha carreira militar e de Oficial da Guarda ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

Faço-o com um misto de satisfação, por sentir que cumpri o meu dever, e com uma certa nostalgia, por deixar de estar em contacto directo com o dia a dia e a missão da Guarda Nacional Republicana e, em particular, com os desafios inerentes à Direcção da Revista.

Dos múltiplos e diversificados cargos desempenhados e funções exercidas ao longo dos anos, ser Director do órgão de informação oficial da Guarda foi, sem dúvida, um privilégio e uma grande responsabilidade perante a Família da Guarda. A preocupação em dar a conhecer a identidade e a realidade da Guarda, as suas multifacetadas actividades e diversas missões, o compromisso com uma informação institucional e rigorosa, a procura constante em inovar e ser um elo entre todos os militares e civis foram esteios sempre presentes nas decisões e nos critérios editoriais. Tudo isto, só foi possível pela excelente, dedicada e criativa equipa de militares, que se mostrou sempre disponível para conceber e levar à estampa cada número da Revista.

A todos o meu Muito Obrigado!

Com a chegada do mês de Dezembro, que nos encaminha para o habitual período festivo, formulamos votos de um Santo Natal e que o Ano de 2017 seja pleno de sucessos, realizações e alegrias, para todos os que nos dão a honra e a satisfação de lerem a Revista *Pela Lei e Pela Grei.*

Quartel em Lisboa, Carmo, 21 de Dezembro de 2016

O Director da Revista

Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral
Coronel de Cavalaria (Res)

Aniversários

Comando Territorial de Viana do Castelo

No dia 1 de Outubro comemorou-se o 8.º aniversário do Comando Territorial de Viana do Castelo. A cerimónia, que evoca a instalação a 1 de Outubro de 1928, da 5.ª Companhia do Batalhão N.º 4, iniciou-se com o içar da Bandeira Nacional nos 16 quartéis deste Comando e com a leitura da mensagem do Exmo. Comandante da Unidade – Coronel Carlos Mateus da Conceição Ferreira, aos militares presentes.

Pelas 15h00, para assinalar a efeméride com o brio e dignidade que são apanágio da Guarda, realizou-se, no quartel do Comando da Unidade, a cerimónia principal que foi presidida pelo Exmo. Major-General Rui Fernando Batista Moura, Comandante do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana, tendo as forças em parada sido constituídas por uma Companhia de Infantaria a dois pelotões, um pelotão motorizado e uma secção cinotécnica.

A cerimónia contou também com a presença de diversas entidades civis e militares, destacando-se a presença do Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Eng.º José Maria da Cunha Costa, do Exmo. Senhor Coronel Conselheiro de Interior da Embaixada de Espanha em Lisboa, dos Exmos. Comandantes das Comandâncias da Guarda Civil de Pontevedra e de Gijón, de Autoridades Judiciárias e Autoridades Administrativas.

A cerimónia militar iniciou-se com a apresentação das forças em parada, seguindo-se a alocução pelo Comandante da Unidade e de uma intervenção do Comandante Operacional.

Foram impostas diversas condecorações aos militares da Unidade, agraciados durante o último ano, bem como a oficiais da Guarda Civil de Espanha, condecorados pela Guarda Nacional Republicana com a Medalha de D. Nuno Álvares Pereira – Mérito da Guarda Nacional Republicana, tendo o Coronel Chefe da Comandância da Guarda Civil de Pontevedra, Dom Miguel Estévez Lara, sido agraciado com a medalha D. Nuno Álvares Pereira, Mérito da Guarda Nacional Republicana, 1.ª Classe e o Tenente-Coronel Chefe da Comandância da Guarda Civil de Gijón, Dom Francisco Javier Puerta Muñoz, sido agraciado com a medalha D. Nuno Álvares Pereira, Mérito da Guarda Nacional Republicana, 2.ª Classe.

De destacar ainda, o momento de grande significado que se registou com a evocação da memória de todos os militares falecidos que serviram na Unidade.

Por fim, depois das forças em parada terem prestado continência a sua Excelência o Major-General Comandante do Comando Operacional que se retirou, foi a cerimónia militar dada por encerrada e os participantes convidados para um verde de honra.

Comando Territorial do Porto

O Comando Territorial do Porto comemorou, no dia 12 de outubro, o seu aniversário.

Para assinalar este evento, foi realizada uma cerimónia comemorativa que decorreu na cidade de Lousada, a qual foi presidida pelo Exmo. Major-general Carlos Alberto Baía Afonso, Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos da Guarda Nacional Republicana.

A cerimónia decorreu no Auditório Municipal de Lousada, com início pelas 15h30 e receção da Alta Entidade que presidiu à cerimónia, seguindo-se uma apresentação Institucional.

Depois da apresentação, o Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Machado, proferiu uma alocução, onde destacou o papel da Guarda na segurança do concelho.

De seguida o Exmo. Comandante do Comando Territorial do Porto, Coronel Victor Carlos Mesquita Fernandes, usou da palavra, dirigindo-se às entidades, aos seus militares e à população presente, tendo dado especial enfoque ao trabalho realizado na salvaguarda da segurança das populações, garantindo a disponibilidade de todos os militares e civis da Unidade para, não obstante as dificuldades conjunturais existentes, trabalhar em prol da manutenção do clima de segurança atual.

Inserido ainda no âmbito da cerimónia, houve lugar à condecoração de alguns militares, seguindo-se a tradicional homenagem aos militares da Unidade que faleceram em serviço no último ano.

A Cerimónia culminou com um verde de honra, oferecido pela Câmara Municipal de Lousada.

Comando Territorial de Santarém

«No passado dia 14 de outubro de 2016, o Comando Territorial de Santarém comemorou o seu 8º Aniversário, com a realização de uma cerimónia militar na localidade de Vila Nova da Barquinha, presidida pelo Exmo. Major-General Carlos Baía Afonso, Comandante do Comando de Administração de Recursos Internos, em representação do Exmo. Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana. Foram igualmente realizadas singelas cerimónias nos restantes quartéis do dispositivo, com a presença de todos os militares disponíveis, nas quais foi lida a mensagem do Exmo. Coronel Nuno Sanfona Paulino, Comandante do Comando Territorial de Santarém.

Na cerimónia principal estiveram presentes, para além das entidades supra referidas, diversas entidades civis e militares do Distrito de Santarém, bem como uma representação de Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis da Unidade.

As forças em parada, comandadas pelo Major de Cavalaria Pedro Miguel Pinto Reis, foram constituídas por uma companhia a dois pelotões, um pelotão motorizado, uma secção cinotécnica e um Bloco de Flâmulas da Unidade, .

Como é apanágio dos militares da Guarda, a cerimónia decorreu de uma forma simples e digna, mas com grande simbolismo e significado, dado comemorar-se os 104 anos da Guarda Nacional Republicana, no Distrito de Santarém. Após a apresentação das Forças em parada à entidade que a

presidiu, seguiu-se o momento mais nobre da cerimónia com a integração do Estandarte Nacional. Foi ainda feita a entrega das novas Flâmulas às respetivas subunidades e sua integração na formatura, uma alocução do Comandante da Unidade, a imposição de condecorações aos militares da Unidade, cerimonial em homenagem aos militares falecidos, e o desfile das forças em parada.

Na sua alocução, o Comandante da Unidade, Coronel Nuno Sanfona Paulino, agradeceu a presença das entidades convidadas e dirigiu-se aos Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis do Comando Territorial de Santarém, lembrando que, ao assinalar este dia, damos vida às memórias de uma Instituição que neste Distrito se revê na sua história e se assume, no presente, como uma força de segurança moderna e eficaz, pronta para superar os complexos desafios do nosso tempo, marcados pelos novos paradigmas das ameaças à segurança das pessoas e dos seus bens.

Perante os resultados do último ano, sublinhou o quanto é gratificante para um Comandante poder fazer uma avaliação muito positiva, cujo mérito cabe a todos os homens e mulheres, Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis que diariamente, de forma abnegada, responsável, corajosa e profissional, realizam um vasto leque de tarefas em proveito dos nossos concidadãos e dos mais diversos organismos e entidades.

Sempre Enobrecido Scalabicastro

Unidade de Controlo Costeiro - UCC

No dia 24 de outubro, a Unidade de Controlo Costeiro comemorou o seu 8º Aniversário.

Para assinalar este evento foi realizada, na manhã do dia 21 de outubro, uma missa de sufrágio aos militares da UCC falecidos, e no dia 24 de outubro teve lugar na Doca do Espanhol, em Alcântara, a cerimónia principal.

A celebração desta efeméride compreendeu um conjunto de atividades de caráter militar e religioso, singelas, mas com um significado especial militar, tanto na vida interna da UCC, como na imagem que dela se projeta para o exterior.

Estas comemorações, assinaladas em todas as subunidades, iniciaram-se pelas 08H00 com o içar da Bandeira Nacional e prosseguiram às 15H00 com uma parada militar presidida por Sua Ex.ª a Ministra da Administração Interna, Prof.ª Dr.ª Maria Constança Urbano de Sousa, acompanhada pelo Comandante-Geral da Guarda, Tenente-General Manuel Mateus Costa da Silva Couto, tendo as forças em parada sido constituídas por um Batalhão composto por uma companhia terrestre e uma companhia marítima.

Estiveram presentes na cerimónia várias altas entidades militares e civis, Oficiais Generais e Coman-

dantes de Unidades e Órgãos Superiores da Guarda.
A cerimónia militar iniciou-se com apresentação da formatura à alta entidade, seguida de integração do Estandarte Nacional, alocução do Comandante e alocução de S. Exª a Ministra da Administração Interna.
Atendendo aos seus conteúdos e mensagens, os discursos mereceram a atenção por parte de todas as entidades presentes, assim como dos militares, que com alegria e satisfação viram destacado o relevante contributo da Unidade na fiscalização das pescas, no controlo do narcotráfico e ainda o expressivo desempenho no plano internacional, na salvaguarda de vidas no mar, no quadro da FRONTEX (Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira).
As forças em parada, sob o comando do Coronel de Infantaria João Nascimento, desfilaram com brio, encerrando a cerimónia militar.
De seguida, todos os convidados presentes na cerimónia puderam visualizar a apresentação de um novo diaporama sobre a atividade da Unidade, que foi exibido no CCCN SIVICC.
A concluir teve lugar um Porto de Honra, que constituiu um momento de convívio institucional e pessoal.

Comando Territorial de Évora

Comemorou-se no passado dia 31 de outubro, o 8º Aniversário do Comando Territorial de Évora, com a realização de duas cerimónias, uma religiosa e outra militar. Para a celebração eucarística realizou-se uma missa na Igreja de S. Brás - Évora, a qual contou com a presença do Capelão-chefe da Guarda Nacional Republicana, Coronel Agostinho Freitas, que presidiu à referida cerimónia. Para a cerimónia militar, que este ano teve lugar na Praça Dom Pedro V, em Vendas Novas, sendo uma cerimónia aberta a toda a população que contou com várias dezenas de espetadores, realizou-se uma parada militar, que culminou com um desfile das forças militares em parada como forma de enaltecer todo o cerimonial e acima de tudo, divulgar e evidenciar a imagem da Guarda na região.

A Cerimónia Militar, marcada pela simplicidade e a dignidade dos atos militares, foi presidida pelo Exmo. Comandante do Comando Operacional da GNR, Major-general Rui Batista Moura, em que se realçaram os militares que se evidenciaram no cumprimento da missão, através da imposição pública das condecorações.

Ainda inserido no âmbito das comemorações, realizou-se um seminário alusivo ao tema: "O papel da GNR no Turismo do Alentejo", que decorreu no dia 26 de outubro, na Universidade de Évora e que contou com a colaboração da própria Universidade de Évora, da Direção Regional de Cultura e da entidade Turismo do Alentejo. Este seminário foi presidido pelo Exmo. Comandante do Comando Operacional da GNR, Major-general Rui Batista Moura e foi moderado pelo Dr. Paulo de Jesus, Coordenador do Centro de Respostas Integradas em Dependências do Alentejo Central, da Administração Regional de Saúde do Alentejo.

O assinalar desta data é, nas palavras do Comandante de Unidade, Coronel de Infantaria João Maia, "um dia que serve como reflexão do trabalho desenvolvido e ao mesmo tempo, adquirir novas forças para novos projetos. É um marco que nos faz parar um bocadinho para depois partirmos novamente para o cumprimento da nossa missão".

Fiel à sua divisa: "Terras do Alentejo Guardamos", este Comando continuará a pautar a sua ação pelo rigor, eficácia e profissionalismo, que lhe é reconhecido, mantendo-se assim como uma instituição de referência junto da população que serve.

Comando Territorial de Aveiro

No pretérito dia 10 de novembro de 2016, o Comando Territorial de Aveiro comemorou o seu oitavo aniversário.

As celebrações iniciaram-se com o hastear da Bandeira Nacional, prosseguido com a celebração da efeméride com a realização de cerimónias em todos os quartéis da Unidade. A cerimónia militar, que ocorreu pelas 15H30, em Aveiro, no quartel da Unidade, foi presidida pelo Exmo. Comandante do Comando Operacional, Major-general Rui Fernando Baptista Moura.

As forças em parada, comandadas pelo 2º Comandante de Unidade, Tenente-coronel Joaquim Paulo Fernandes Castro, eram constituídas pelo Estandarte Nacional, Terno de Corneteiros, uma Companhia a dois pelotões da valência territorial, uma Companhia com um pelotão da valência trânsito e um pelotão da valência intervenção, um bloco motorizado com a representação de todas as valências do Comando Territorial de Aveiro.

Depois de prestadas as honras militares regulamentares à Alta Entidade que presidiu à cerimónia e integrado o Estandarte Nacional, o Exmo. Comandante do Comando Territorial de Aveiro, Coronel Nelson Manuel Machado Couto, proferiu uma alocução relativa à cerimónia. Na alocução proferida, o Exmo. Comandante de Unidade fez uma caraterização geral da história e da realidade sociodemográfica da zona de ação da unidade, aproveitando para fazer um balanço da atividade desenvolvida pela Unidade, comparativamente ao ano de 2015.

Foi destacado pelo Exmo. Comandante a diminuição da criminalidade geral em 11,2%, sendo a diminuição dos crimes contra o património o principal fator impulsionador desta diminuição. No âmbito da violência doméstica, foi registada uma diminuição de 2,2%, relativamente ao ano de 2015. Até 30 de setembro de 2016 registaram-se 1807 detenções, das quais 1012 dizem respeito à condução sob o efeito do álcool e 315 por condução sem habilitação legal. No âmbito do patrulhamento foram registadas 54223 patrulhas, das quais 47847 auto e 4628 apeadas. Registou-se um total de 1554 incêndios, encontrando-se validados 791. Em termos de sinistralidade rodoviária foram registados 5634 acidentes, dos quais resultaram 27 vítimas mortais, menos 34,2% que no ano de 2015.

O Exmo. Comandante de Unidade reconheceu o empenho, esforço e dedicação prestado pelos militares e funcionários civis do Comando, no cumprimento das missões e desafios que lhes foram definidos,

destacando o elevado espírito de missão no cumprimento do dever e a devoção à causa pública.
No decurso da cerimónia foram ainda condecorados alguns militares da Unidade. As forças em parada desfilaram em continência à Alta Entidade que presidiu à cerimónia, seguindo-se à cerimónia militar um espumante de honra, em que marcaram presença todas as entidades civis e militares, bem como todos os militares e funcionários civis que se associaram às comemorações do aniversário.

Comando Territorial da Guarda

O Comando Territorial da Guarda comemorou, no passado dia 02 de dezembro, o 102.º aniversário da chegada de uma força da GNR ao distrito da Guarda e, simultaneamente, o 8.º aniversário como Unidade Territorial.
Com a reestruturação da Guarda Nacional Republicana, materializada pela Lei Orgânica n.º 63/07, de 06 de novembro, a então Subunidade Grupo Territorial da Guarda deu lugar ao atual Comando Territorial Guarda, com responsabilidades acrescidas, decorrentes quer da extinção das Brigadas, quer da integração das valências do Trânsito e de Intervenção, ascendendo, por conseguinte, ao escalão Unidade Territorial, orgulhosa sucedânea das suas antecessoras, desde a precursora 4ª Companhia de Infantaria, primeira força da GNR a marcar presença na cidade da Guarda, na honrosa data de 02 de dezembro de 1914.
Para comemorar a efeméride (Dia da Unidade), o Comando Territorial da Guarda, honroso herdeiro das suas tradições e história, levou a efeito um conjunto de atividades que se pretenderam simples, mas, como é tradição e apanágio da Guarda Nacional Republicana, eivadas do maior brilhantismo e dignidade, como foram os eventos que constituíram o programa comemorativo da efeméride, realizado entre as cidades da Guarda e, sobretudo, na de Pinhel.
No dia 26 de novembro, foi oferecido à população da cidade de Pinhel um concerto da Banda Sinfónica da GNR, verificando-se uma adesão maciça à iniciativa, ocupando-se por completo, os 400 lugares sentados do pavilhão multiusos daquela localidade;
No dia 29 de novembro; realizou-se na cidade da Guarda, em coordenação com os docentes e formandos do Curso de Comunicação e Relações Públicas, do Instituto Politécnico da Guarda, um Seminário subordinado ao tema «Comunicação e Imagem Pública», que contou a presença de vários civis (alunos e jornalistas) e militares, enchendo-se por completo, o auditório com capacidade para cerca de 320 lugares.
As festividades culminaram no dia 02 de dezembro, com a realização da cerimónia militar na cidade de Pinhel, onde estiveram representadas todas as valências do dispositivo operacional do Comando Territorial da Guarda, nomeadamente no âmbito territorial, de trânsito, de intervenção, de proteção da natureza e ambiente, de investigação criminal, e dos programas especiais.
Presidiu à cerimónia militar o Comandante do Comando Operacional, Exmo. Major-General Rui Fernando Batista Moura, estando presentes as principais autoridades civis, judiciais e administrativas do distrito da Guarda, bem como os comandantes das Comandâncias da Guarda Civil de Salamanca e Zamora e o representante da Polícia Nacional Espanhola de Cidade Rodrigo.
O momento alto desta cerimónia aconteceu com a imposição de diversas condecorações a oficiais, sargentos e guardas do dispositivo do Comando Territorial da GNR da Guarda, bem como a cerimónia de homenagem aos militares já falecidos e o desfile das forças em parada.
O discurso do Comandante do Comando Territorial da GNR da Guarda, em substituição, Tenente-

coronel Luís José Cunha Rasteiro, refletiu um balanço geral dos principais resultados operacionais decorrentes da atividade desenvolvida, sublinhando o afincado empenho de todos os militares e civis em continuarem a servir com melhor qualidade e eficácia as populações da sua área de responsabilidade, num tempo em que, reconhecidamente, a ação policial tem maiores níveis de exigência, mercê das crescentes dificuldades e complexidades que se apresentam à sociedade dos nossos dias. Dirigindo-se aos militares da Unidade, terminou a alocução com uma palavra de gratidão, orgulho e abnegação para suportar o cumprimento da missão, elevando o respeito e a saudade por aqueles que tombaram, dando a sua vida pela causa da Liberdade e Segurança Pública. Exortou ainda os presentes a continuarem com o mesmo empenho, determinação e profissionalismo, ao serviço de Portugal e dos Portugueses do distrito da Guarda, fazendo jus ao lema e à Divisa do Comando Territorial da Guarda: «Lá de cima a Guarda soberana».

Depois da tradicional cerimónia militar e do desfile militar das forças em parada, com uma demonstração das diversas valências da Guarda, seguiu-se um porto de honra onde marcaram presença as várias entidades e convidados da cerimónia, assim como um elevado número de cidadãos.

© Gab Inf e Comunicação | IPG

Homenagem a militar da Guarda baleado em Aguiar da Beira

Dezenas de militares da GNR juntaram-se numa missa na igreja da Memória, na Ajuda, em Lisboa, para assinalar o 30.º dia da morte do camarada Carlos Caetano. O militar de 29 anos foi morto a tiro na madrugada de 11 de outubro, em Aguiar da Beira, sendo Pedro Dias o único suspeito do homicídio. Este entregou-se às autoridades no dia 8 de novembro, aguardando julgamento em prisão preventiva. António Caetano e a mulher, pais da vítima, que vivem em Aguiar da Beira, deslocaram-se à Capital para assistir à cerimónia privada, que foi realizada a pedido da GNR e presidida pelo bispo das Forças Armadas, Dom Manuel Linda. De luto e de semblante carregado, os pais da vítima receberam as condolências dos militares presentes.

À missa compareceram ainda o presidente da República Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa e a ministra da Administração Interna Professora Doutora Constança Urbano de Sousa.

Carlos Caetano sonhava desde jovem, seguir uma carreira militar, tendo ingressado na GNR aos 20 anos. Trabalhava no Posto de Aguiar da Beira há quatro anos.

Na madrugada fatídica, iniciou o turno à meia-noite e saiu em patrulha com António Ferreira. Às três

da manhã abordaram Pedro Dias, que estava parado numa viatura.

Carlos Caetano foi abatido com um tiro na nuca. António Ferreira foi amarrado a uma árvore e foi também baleado. Só escapou porque se fingiu de morto. Outra pessoa acabaria também por ser assassinada. Pedro Dias andou fugido vinte e nove dias, e apercebendo-se que iria ser detido entregou-se à Policia Judiciária.

Militar da GNR vence triatlo «IberMan» 2016

A Guarda Nacional Republicana congratula-se por ter nos seus quadros mais um campeão!

Decorreu no sábado, dia 15 de outubro, em Ayamonte, a prova de Triatlo «IberMan», em que participaram dois militares do Comando Territorial de Évora, tendo o guarda-principal César Machado (esq. na foto) alcançado o 1.º lugar no seu escalão e o 4.º da geral, alcançando o guarda-principal Henrique Fernandes o 21.º lugar no seu escalão e o 92.º da geral.

Os militares estão de parabéns, pelo excelente resultado e prestigiante prestação nesta prova, em que os atletas percorrem 3,8 quilómetros a nadar, 180 quilómetros de bicicleta e 42 quilómetros a correr.

Altura – Dois detidos por furto de mais de 1,6 toneladas de pêra-abacate

Militares do Posto Territorial de Castro Marim detiveram durante a madrugada do dia 14 de outubro, dois homens com 26 e 43 anos, indiciados pelo crime de furto de pêra-abacate, na zona de Altura – Castro Marim. Cerca das 05:30 horas, no decorrer de ação de policiamento direcionada para as explorações agrícolas, verificou-se uma movimentação suspeita de um veículo ligeiro de mercadorias. Na sequência das diligências desencadeadas e em coordenação com produtores locais, veio o referido veículo a ser intercetado e os seus ocupantes detidos, constatando-se que os mesmos transportavam cerca de 1 650 quilos de pêra-abacate que haviam sido furtados de uma exploração agrícola existente nas proximidades, com o valor comercial de cinco mil euros. Os detidos foram presentes ao Tribunal de Vila Real de Santo António.

Braga - Convívio entre militares do ativo, reserva e reforma

O Comando Territorial de Braga da Guarda Nacional Republicana, em 18 de outubro de 2015, pelas 09h30, realizou, na sua sede em Braga, um convívio entre militares do ativo, reserva e reforma, como forma de fortalecer relações de camaradagem entre os militares que serviram e servem a Guarda nesta região do país.

O convívio, que teve a adesão de um elevado número de militares, decorreu de acordo com o seguinte programa: Receção dos militares convidados e participantes, Missa na Capela do Seminário N.ª Sr.ª da Conceição, celebrada pelo capelão da GNR, tenente-coronel Almeida, e animada pela Banda Marcial do CTer. Porto; Projeção de filme institucional no Auditório «Vita»; Entrega de Louvores Alocução do Exmo. Comandante de Unidade; Espaço cultural, destinado aos participantes no convívio; Banda Marcial do CTer. Porto apresentou alguns dos seus trabalhos musicais; Demonstração de meios (Plastron) na parada do CTer. Braga; Almoço no refeitório do Seminário. Na sua alocução, o Comandante de Unidade, coronel Tinoco Ferreira, reafirmou o gosto com que os militares no ativo recebem os militares na reserva/reforma, numa casa que também é sua, para participarem num dia de confraternização tão importante, para se estreitarem laços de amizade e camaradagem dentro desta grande família. O bom relacionamento, a amizade, a partilha e a sã convivência são essenciais para o equilíbrio emocional e o bem-estar de todos, sendo, também, uma forma de estar muito positiva para melhor nos realizarmos e se cumprirem os objetivos da Guarda.

Com este evento pretendeu-se também avivar o sentimento geral de plena pertença a esta Instituição, melhorando o conhecimento sobre a sua realidade atual.

O conhecer melhor a Guarda, as respostas que os seus servidores têm ao nível do apoio social e da saúde, e falar sobre os tempos que correm e aquilo que nos preocupa pode ser um passo importante para ultrapassar as inquietações que a quebra de contacto regular com o serviço pode motivar.

Concluindo, atestou o comandante da Unidade,

«Digo-o todos os anos e estou convicto que a vossa experiência, sensibilidade e proximidade ao pessoal do ativo pode ser uma mais-valia para a segurança global do País. Não tenho dúvidas que cada um dos senhores, ainda que fora da efetividade do serviço, tem um papel de grande relevância na prossecução da missão e dos objetivos traçados para esta Força de Segurança.

Manter o contacto e atualizar os conhecimentos sobre esta vossa Instituição é torná-los mais aptos a continuar a contribuir verdadeiramente para esta causa. Obrigado por terem vindo».

Bensafrim - Captura de evadido de Estabelecimento Prisional

Militares do Subdestacamento de Trânsito de Lagos capturaram no dia 19 de outubro, em Bensafrim, um homem de 44 anos, que se encontrava evadido do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz. No decorrer de uma ação de patrulhamento rodoviário, detetaram um veículo que circulava em condução perigosa, pondo em perigo os demais utilizadores daquela via, tendo-lhe sido encetado seguimento no sentido de cessar a conduta. O condutor, ao se aperceber da presença da patrulha, e após desobedecer às diversas ordens de paragem, iniciou fuga em direção à Barragem da Bravura em Bensafrim, local onde se veio a despistar. Os militares conseguiram intercetar o condutor a escassos metros do local do despiste, tendo constatado que aquele se encontrava evadido do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz desde março, onde cumpria pena de prisão de 14 anos pelos crimes de furto e roubo com recurso a arma de fogo. O evadido foi entregue ao Estabelecimento Prisional de Silves.

Lisboa e Setúbal – Três detidos por furtos qualificados

Os militares do Núcleo de Investigação Criminal de Faro desencadearam no dia 22 de novembro, nos distritos de Lisboa e de Setúbal, uma operação policial no âmbito de um inquérito a cargo do DIAP de Faro, que culminou com a detenção de três homens e com a apreensão de 9 mil euros em quantia monetária.

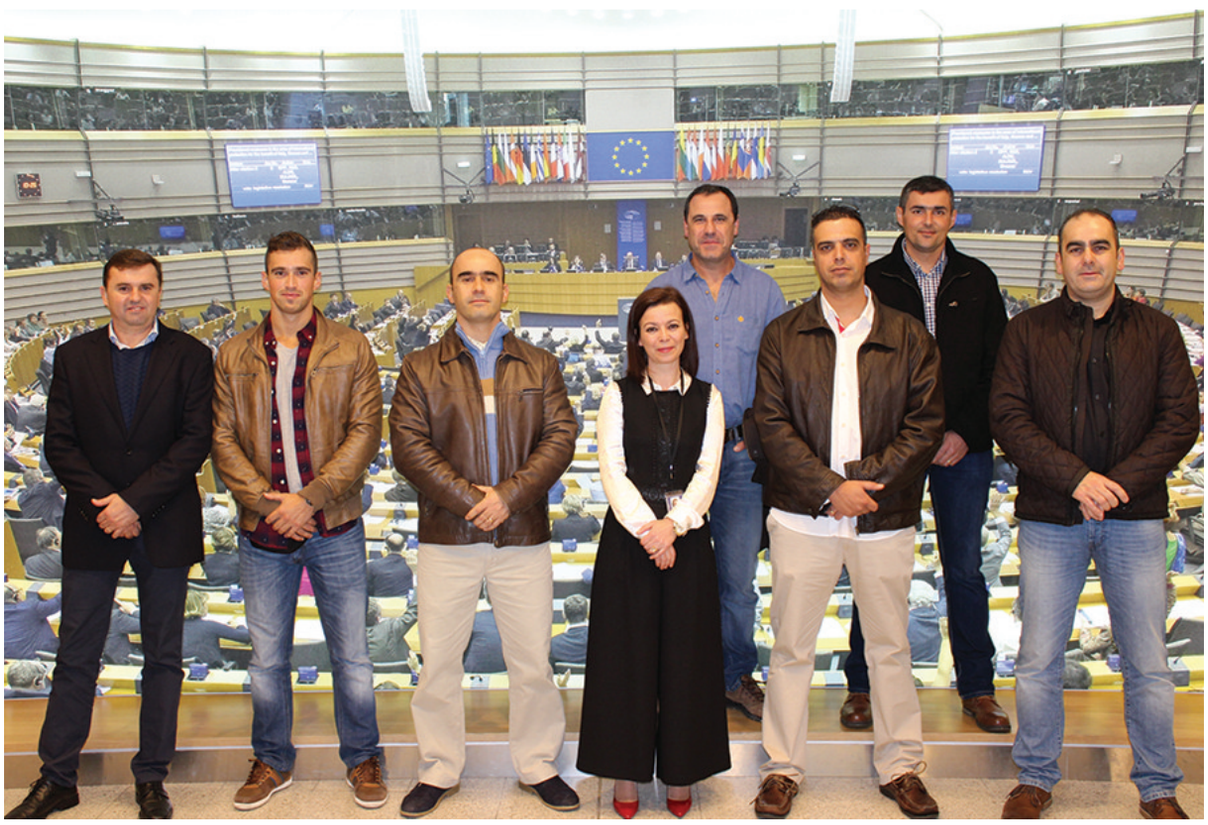
No âmbito do processo, em que se investiga a prática de furtos qualificados, foram realizadas seis buscas a residências, seis a estabelecimentos e a 12 viaturas, das quais resultou a apreensão de nove mil euros e ainda dois automóveis.

O grupo, residente na área metropolitana de Lisboa e Setúbal, desenvolvia a sua atividade em todo o país, efetuando vigilâncias a potenciais vítimas no interior de dependências bancárias. Após estes efetuarem elevados levantamentos monetários, eram seguidos e consumavam o furto dos valores do interior dos veículos das vítimas ou em locais por estas frequentados.

De referir que, no âmbito da presente investigação, já haviam sido detidos, em outubro de 2014, cinco cidadãos do mesmo grupo, com idades compreendidas entre os 60 e 70 anos, tendo à data sido apreendidos diversos objetos e elevadas quantias monetárias associadas à atividade criminosa desenvolvida. Os detidos, com idades entre os 28 e os 59 anos, foram presentes ao Tribunal de Faro.

A operação foi desenvolvida em conjunto com os Comandos Territoriais de Setúbal e de Lisboa, e contou ainda com o apoio dos Comandos Distritais de Setúbal e de Lisboa da Polícia de Segurança Pública.

Visita de delegação da GNR ao Parlamento Europeu



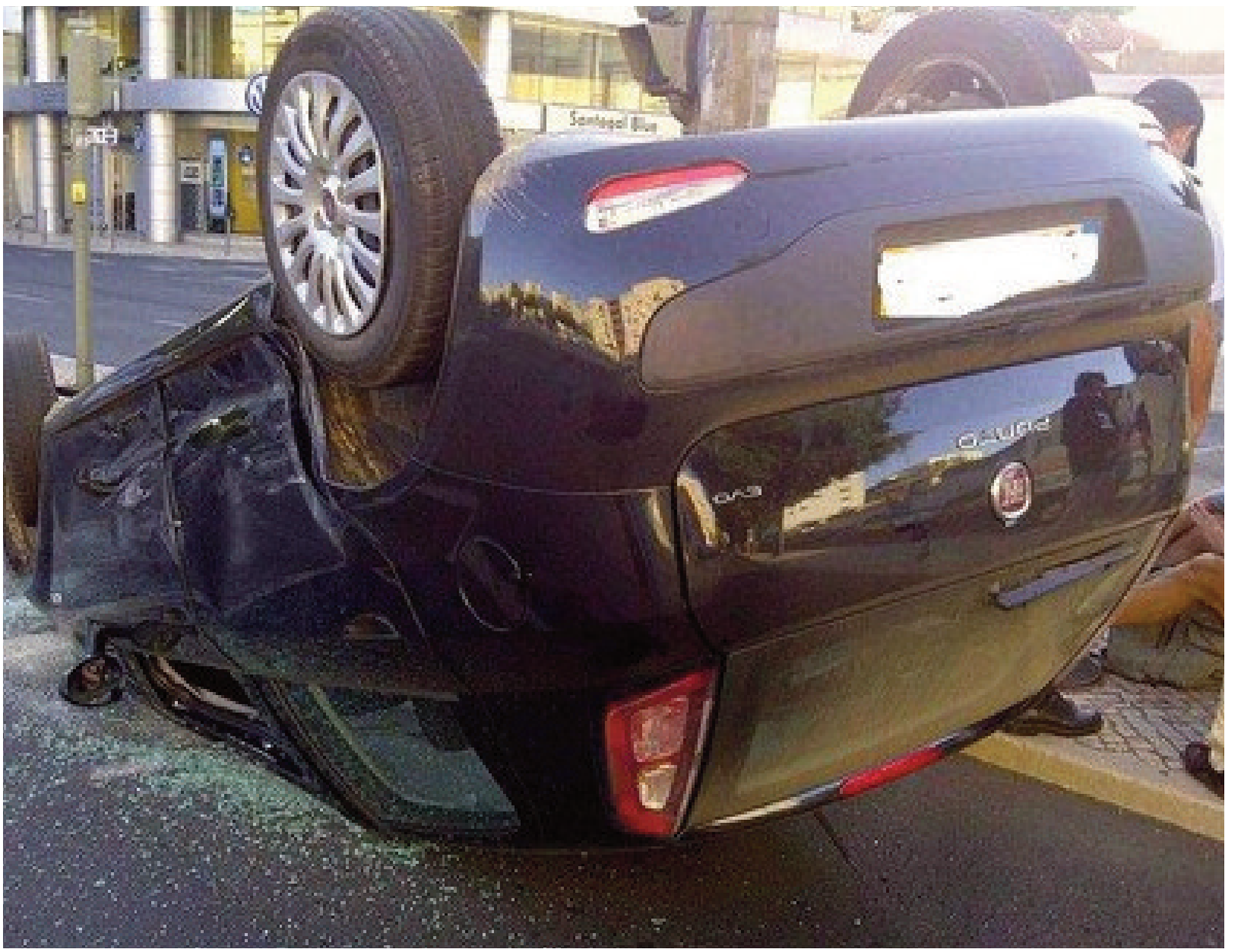
Uma delegação da GNR composta por sete militares do Comando Territorial da Madeira e das suas valências territorial e cinotécnia, bem como do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da especialidade de Busca e Resgate em Montanha, visitaram o Parlamento Europeu (PE), em Bruxelas - Bélgica, nos dias 16 a 18 de novembro, a convite da eurodeputada Liliana Rodrigues.

Para além da delegação da GNR estiveram presentes delegações de outros agentes de Proteção Civil da Madeira, que também colaboraram no auxílio às populações na situação de emergência que ocorreu na cidade do Funchal no mês de agosto 2016, como foi o caso de uma delegação dos Bombeiros Municipais do Funchal, da Cruz Vermelha, e representantes de um sindicato da PSP.

O programa contemplou visitas às cidades de Gent, Bruges e Bruxelas, e às instalações do PE. Neste último, houve uma apresentação da eurodeputada Liliana Rodrigues sobre as suas áreas de intervenção e um debate sobre segurança com os responsáveis máximos do Parlamento Europeu nesta área.

Armação de Pêra – Detido por tráfico de heroína

Militares do Núcleo de Investigação Criminal de Silves realizaram no dia 23 de novembro, em Armação de Pêra, uma operação, no âmbito de um inquérito a cargo do Departamento de Investigação e Ação Penal de Silves que culminou com a detenção de um homem de 54 anos e com a apreensão de mais de 200 doses de heroína. As buscas a um veículo e a uma habitação, localizada em Armação de Pêra, permitiram apreender: 202 doses de heroína; Um telemóvel; Diversos artigos associados ao acondicionamento e transporte de estupefaciente; 505 euros em numerário. O detido foi presente ao Tribunal de Silves.



Sinistralidade Rodoviária: Métodos de Estudo das Causas e Causas Conhecidas.

Tenente-coronel de Infantaria
ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA LEAL
Comando Operacional - Direção de Investigação Criminal

Introdução

O espaço da União Europeia é a região do mundo com melhores padrões de segurança rodoviária.

Todavia, os indicadores de segurança rodoviária na União Europeia variam em função dos países. Observados os dados estatísticos publicados pela Comissão Europeia (CARE, 2016), referentes ao ano de 2014, verifica-se que foram registadas 25 900 vítimas mortais nas estradas dos Estados-Membros. Este número de fatalidades ultrapassou a fasquia fixada para aquele ano, no Programa de Segurança Rodoviária 2011-2020, que tem por objectivo global diminuir, gradualmente, o número de vítimas mortais para 15 750, em 2020.

Assim, pode constatar-se que a sinistralidade rodoviária continua a ser o maior problema de segurança pública, de criminalidade e de saúde pública, em vários países da União Europeia. Feita a análise comparativa da distribuição do número de vítimas mortais ocorridas no ano de 2014, pelo número de habitantes dos países, verifica-se que os países com maior rácio situam-se no leste europeu, onde foram registadas entre 81 e 106 vítimas mortais por 100 mil habitantes, apresentando a Letónia o pior resultado. Os países com melhor rácio apresentam valores situados entre 26 e 40 vítimas mortais por 100 mil habitantes, sendo os melhores indicadores verificados no Estado de Malta, seguido da Suécia, da Holanda e do Reino Unido. O valor médio situa-se em 51 vítimas mortais por 100 mil habitantes (CARE, 2016).

No caso da Península Ibérica, segundo a mesma fonte, no ano de 2014, em Espanha, foram registadas 36 vítimas por 100 mil habitantes e em Portugal, 61 vítimas. Assim, Portugal, apesar de ser dos países onde se verificou uma das maiores descidas do rácio de vítimas mortais, continua acima do valor médio da UE e apresentou em 2014, quase o dobro do rácio registado em Espanha.

Em Portugal, feita a comparação de algumas causas de morte violenta, verifica-se que, no ano de 2014, a sinistralidade rodoviária provocou 638 vítimas mortais (ANSR, 2016, p. 5), os acidentes de trabalho 107, excluindo as vítimas de acidente em *itinere*, viagem, transporte ou circulação, (ACT, 2016) e a criminalidade violenta 100 vítimas (RASI, 2016, p. 42). Deste modo, pode concluir-se que, no ano de 2014, o número de vítimas mortais ocorridas em acidentes de viação foi cerca de seis vezes superior ao número de vítimas causadas pela criminalidade violenta e cerca de seis vezes superior ao número de vítimas registadas em acidentes de trabalho.

No nosso país, observado o histórico da evolução da sinistralidade, verifica-se que a tendência de descida ocorrida até ao ano de 2013, em todos os indicadores (acidentes com vítimas, vítimas mortais, feridos graves e feridos ligeiros), estagnou com um ligeiro aumento no número de acidentes e feridos graves e leves. Não se efectuou a análise do ano de 2015, em virtude de nesta data não terem sido ainda publicados dados oficiais.

Considerado o cenário de estagnação da tendência de descida da sinistralidade rodoviária em Portugal, acrescido dos indicadores comparativos com outros países da UE, que constitui uma preocupação das entidades envolvidas no controlo da sinistralidade rodoviária, teve-se por oportuno efectuar uma análise dos métodos de estudo das causas da sinistralidade rodoviária.

O controlo de qualquer fenómeno passa, em grande parte, pelo conhecimento das causas que o origina. Assim, só o conhecimento das causas do fenómeno da sinistralidade rodoviária o torna inteligível e permite vislumbrar medidas de intervenção eficazes.

Caracterização do fenómeno da sinistralidade rodoviária

A sinistralidade é uma propriedade emergente do sistema rodoviário. É um fenómeno recente que surgiu com o advento e o incremento do transporte rodoviário. Este fenómeno pode situar-se em 1896, ano do registo da primeira vítima mortal provocada por um acidente de viação. Deste modo, podemos dizer que o fenómeno da sinistralidade rodoviária conta com 120 anos. Porém, o desenvolvimento do sistema de transporte rodoviário não apareceu em simultâneo em todo o mundo. Iniciou-se primeiro nas

regiões do mundo mais desenvolvidas e foi-se estendendo gradualmente a outras regiões. Assim se compreendem os diferentes estádios de segurança que se verificam nas diferentes regiões do mundo (OMS, 2015, p. 8), sendo que as regiões da Europa e da América do Norte são as que apresentam padrões de segurança rodoviária mais elevados, ao contrário das regiões de África, do Mediterrâneo Oriental, do Sudoeste Asiático e da América Central e do Sul, pela mesma ordem.

Esta evidência é a prova de que a sinistralidade não é obra do acaso, caso contrário nada haveria a fazer. Ou seja, o investimento em medidas de segurança demonstra que é possível controlar e diminuir a sinistralidade rodoviária.

Os acidentes de viação são o resultado de falhas e erros que ocorrem no sistema rodoviário. Importa referir que o sistema rodoviário é composto por quatro factores heterogéneos: o factor via, o factor veículo, o factor ambiente e o factor humano, e funciona pela «interacção» contínua e «entrelaçada» daqueles factores, através do «acto de condução»[1] exercido pelo factor humano (Leal, 2012, p. 37).

Os acidentes, genericamente considerados, são acontecimentos fortuitos ou eventuais que alteram a ordem das coisas e que «involuntariamente» originam danos às pessoas ou objectos. (Borrel Vives *et al.*, 1991, p. 35). Deve distinguir-se claramente do conceito de acidente, o acontecimento que provoca danos de modo voluntário, porquanto se um condutor atropelar um peão, com intenção, não pode considerar-se um acidente de viação, mas outrossim um crime doloso.

Existem acidentes de vários tipos, designadamente domésticos, desportivos, de trabalho, etc. Para o presente trabalho interessa-nos circunscrever os acidentes ocorridos em ambiente rodoviário, ou seja, os acidentes de viação. Porém, existem várias definições de acidentes de viação, dependendo do país de origem.

Em Portugal, o conceito de acidente de viação é o seguinte: «Ocorrência na via pública ou que nela tenha origem, envolvendo pelo menos um veículo do conhecimento das entidades fiscalizadoras da qual resultem

[1] O acto de condução pode ser descrito como: «Uma multiplicidade de tarefas e de processos resultantes da interacção do condutor com o ambiente e com o veículo, que consistem em controlar a velocidade, mudar de direcção e contornar obstáculos» (Henriksson *et al.*, 2007, *op. cit in* Leal, 2012, p. 37).

vítimas e ou danos materiais». (ANSR, 2016, p. 4)
Perante a diversidade de definições existentes, que comprometem a comparabilidade internacional de dados, foi aprovada pela IRTAD (1998, p. 13), a seguinte definição oficial de «acidente de viação» para utilização em estatísticas internacionais: «... o que ocorre ou tem origem numa via ou estrada aberta à circulação rodoviária pública, do qual resulta uma ou mais vítimas mortais ou com ferimentos e no qual pelo menos um veículo está envolvido. Estes acidentes incluem colisões entre veículos, veículos e peões, veículos e animais ou veículos e obstáculos fixos. Incluem ainda situações de acidente no qual apenas um veículo esteja envolvido, não havendo o envolvimento de mais nenhum utilizador da via».

Métodos de estudo da sinistralidade rodoviária

Segundo David Shinar (2007, p. 695 a 724), existem vários métodos científicos de investigação e de estudo das causas dos acidentes de viação. Os métodos mais utilizados são a «abordagem clínica» e a «abordagem epidemiológica ou estatística». Existe ainda um terceiro método, mais recente, designado por «abordagem emergente ou naturalista».
A «abordagem clínica» baseia-se na análise detalhada, pós-acidente, de todos os eventos, comportamentos e condições que precederam um acidente de viação em ordem a determinar que evento, comportamento ou condição tornou o acidente inevitável e, consequentemente, a sua causa.
A «abordagem epidemiológica ou estatística» assenta os seus estudos na comparação e análise de bases de dados de acidentes de viação, em ordem a determinar a prevalência de factores ou variáveis na sinistralidade rodoviária.
O terceiro método, designado por «abordagem emergente ou naturalista», considerado um método de estudo prospectivo naturalístico, consiste na monitorização contínua dos condutores e dos veículos e, quando um acidente ocorre, todos os comportamentos, eventos e condições que precederam o acidente ficam registados numa plataforma electrónica de dados, os quais permitem identificar a causa ou causas que o originaram.

A abordagem clínica

A abordagem clínica intervém na fase pós-acidente. Analisa os eventos, comportamentos e condições que ocorreram antes do acidente com o objectivo de identificar as causas que o originaram. Este método requer a pesquisa de dados anteriores ao acidente e o conhecimento específico para interpretar a informação recolhida.
Nesta abordagem, o investigador é a personagem central e, simultaneamente, a sua maior fragilidade. A fragilidade referida está relacionada com a interpretação da informação recolhida que pode originar «enviesamento retrospectivo»[2], em virtude da realidade não poder ser repetida, para a interpretação poder ser comprovada.
Para mitigar esta fragilidade, a abordagem clínica pode ser realizada com um nível mais sofisticado de investigação através de «equipas multidisciplinares». As «equipas multidisciplinares» deverão contar com peritos de, pelo menos, três disciplinas científicas: a engenharia automóvel, a engenharia de estradas e a psicologia comportamental. Cada elemento da equipa deve efectuar uma investigação completa dos aspectos relevantes na sua disciplina ou área pericial e, posteriormente, em conjunto, a equipa reúne todos os elementos estudados que levaram ao acidente, para assim chegarem à conclusão sobre as circunstâncias e causas do acidente.
Em todo o caso, mesmo que os peritos sejam altamente qualificados nas suas disciplinas científicas, o estudo dos elementos e a atribuição de uma causa

[2] Algumas das implicações do «viés retrospectivo», na reconstituição de um acidente e do nexo de causalidade, foram descritas por Dilich *et al.* (2004), que afirmou que no processo de atribuição de causas (e culpa) num acidente que já aconteceu «A situação que percebemos de forma clara, com a ajuda de provas, da ciência e de tempo, quando se olha para o passado este é substancialmente diferente da situação de emergência inesperada que de repente confrontou o condutor, obrigando-o a reagir, sem ter outra oportunidade de reagir de forma diferente, seguindo em direcção a um futuro incerto». (Shinar, 2007, p. 699).

Imagem 1 – Reconstituição de acidente de viação por simulação computacional. (Fonte: GNR)

ou causas é um processo subjectivo. Reconstituir um acidente é como montar um *puzzle* com algumas peças em falta.

As peças em falta prendem-se por o acidente ter ocorrido num ambiente rodoviário em que os factores se encontram em estado dinâmico e a investigação do acidente ser efectuada através do estudo isolado dos factores em situação estática. Logo, perdem-se as variáveis relacionadas com a dinâmica do movimento rodoviário, concretamente, o comportamento do condutor, o grau de atenção, o tempo de reacção, a perícia na realização da manobra evasiva, a estabilidade dinâmica do veículo e as acções dos restantes utilizadores (condutores ou peões), entre outras.

A abordagem clínica é um modelo teórico de aplicação prática e assume que o sistema rodoviário pode ser considerado um sistema fechado, no qual o condutor é o principal processador de informação, correspondendo a estímulos contínuos do ambiente e controlando o veículo como resposta.

O estudo mais importante, com a utilização da «abordagem clínica», foi conduzido pela Universidade de Indiana, nos EUA, no decénio de 70 do século passado, designado por *Tri-Level Study of Accident Causes*, cujo conteúdo é abordado no ponto 4.1 deste artigo.

A abordagem epidemiológica ou estatística

A abordagem epidemiológica ou estatística estuda o fenómeno da sinistralidade rodoviária a partir de comparação de bases de dados sobre acidentes de viação. O seu método de identificação de causas da sinistralidade rodoviária consiste em estabelecer probabilidades de exposição e/ou de associação a factores de risco, seguindo o método de Mill

(1843, *op cit in* Shinar, 2007, p. 714), exposto no livro *A System of Logic*[3].

Este método implica o uso de dois tipos de ficheiros de dados. Um ficheiro de dados relacionados com os acidentes de viação registados e outro ficheiro de dados relacionados com as características da população envolvida no sistema rodoviário, concretamente, o universo de condutores, o universo de veículos, a distribuição média de velocidades praticadas, entre outras, destinado a permitir a avaliação da exposição ao risco.

Assim, o método de avaliação da exposição a potenciais causas consiste em comparar os dados de ambos os ficheiros. Como exemplo académico, supondo-se que um comportamento ou fenómeno concreto (circulação em excesso de velocidade) está referenciado com frequência na base de dados de acidentes de viação e se este mesmo comportamento ou fenómeno estiver referenciado na base de dados de exposição ao risco, então, deve proceder-se à comparação de ambas as frequências. Feita a comparação, se aquele comportamento for mais comum no ficheiro de dados de acidentes, pode concluir-se que este comportamento está associado a um risco elevado de envolvimento em acidente de viação. Se as frequências nos dois arquivos não forem estatisticamente diferentes entre si, então não pode afirmar-se que a prática de velocidade esteja associada com um risco mais elevado. Por fim, se aquele comportamento for mais frequente no arquivo de dados de exposição ao risco, então podemos concluir que não pode constituir um factor de risco de acidente de viação.

Este método de estudo procura identificar os factores de exposição ao risco a partir da associação estatística de variáveis existentes em ambas as bases de dados (de acidentes e da população), em vez de procurar as causas concretas. Porém, para que os factores de risco sejam fiáveis, torna-se necessário que, segundo Austin Bradford Hill (1965), obedeçam a sete requisitos concretos: (1) a solidez, (2) a consistência ou repetibilidade, (3) a especificidade, relativamente a um contexto determinado, (4) a temporalidade, (5) a relação de causa-efeito, (6) a plausibilidade teórica e (7) a coerência com outros fenómenos semelhantes. (*in* Shinar, 2007, p. 716).

O problema deste método prende-se, muitas vezes, com a falta de estudos populacionais para fins de comparação com a base de dados de acidentes de viação. Como exemplo académico, pode apontar-se a falta de dados sobre a distribuição do consumo de álcool pela população de condutores, para que possa ser feita a comparação com o número de casos registados na base de dados de acidentes de viação e, consequentemente, determinada a exposição ao risco e o grau de risco.

Apesar das limitações referidas, a abordagem epidemiológica ou estatística permitiu efectuar estudos que apontam factores e grupos de risco de acidentes de viação relacionados com, nomeadamente, os condutores principiantes, os idosos, a condução sob efeito de álcool ou de drogas, a fadiga e a distracção.

A abordagem emergente ou naturalista

O terceiro método, a abordagem emergente ou naturalista, ao contrário dos dois métodos anteriores, que assentam no estudo de bases de dados re-

[3] A derivação da causalidade de relações lógicas foi formalizada por John Stuart Mill no seu livro *A System of Logic*, de 1843. Nele, ele propôs um conjunto de cinco métodos - ou contingências lógicas - que podem permitir-nos tirar conclusões da relação causa e efeito. Os dois primeiros métodos, o «método de concordância» e o «método da diferença», especificam as condições necessárias e suficientes para uma relação causal. Resumidamente, o «método da concordância» estipula que, se um único factor comum (por exemplo, intoxicação alcoólica) existe em todos os casos em que um fenómeno ocorre (por exemplo, um acidente), então podemos atribuir o fenómeno a esse factor. Esta é uma condição necessária. O «método da diferença» indica que, se um conjunto de circunstâncias (por exemplo, intoxicação alcoólica) leva a um dado fenómeno (por exemplo, acidente de viação) e outro conjunto de circunstâncias (por exemplo, conduzir sóbrio) não gerar o mesmo fenómeno (por exemplo, não originar um acidente de viação), e os conjuntos diferirem apenas num único factor (intoxicação alcoólica) que está presente no primeiro caso e no segundo caso, o fenómeno (acidente) pode ser atribuído a esse factor. Quando ambas as contingências estão satisfeitas, temos o terceiro método de Mill: «método conjunto da concordância e da diferença»; assim, temos as condições necessárias e suficientes para fundamentar a causalidade. (Shinar, 2007, p. 714).

Imagem 2 – Monitorização do comportamento do condutor (*The U.S. 100-Car study*). (Fonte: Google)

trospectivas, efectua o estudo dos acidentes de viação a partir de dados registados momentos antes de um acidente ter acontecido, através de sistemas de supervisão dos veículos em tempo real, vulgarmente designados por «caixa negra».

Existem já vários veículos que vêm equipados de fábrica com uma «caixa negra» que regista dados relacionados com a velocidade, a aceleração, as forças dinâmicas, o uso do travão e a localização geográfica. Estes dados permitem estudar os últimos segundos de viagem antes do acidente e reconstituir a dinâmica do veículo e o comportamento do condutor, de forma objectiva e mais rigorosa do que a reconstituição retrospectiva usada pela abordagem clínica.

O primeiro estudo realizado através deste método foi efectuado pela *U.S. National Highway Traffic Safety Administration* (NHTSA), no ano de 2006, que o designou por *The U.S. 100-Car study* (Neale, V., 2006, p. 1 a 10).

O estudo consistiu em equipar 100 veículos particulares com instrumentos (caixa negra e câmaras de vídeo) destinados a efectuarem o registo do controlo da direcção e dos pedais, das forças longitudinais e laterais, distâncias de circulação (frontal e traseira), detecção de obstáculos laterais e monitorização da face e do comportamento do condutor.

Durante o estudo foram percorridos mais de três milhões de quilómetros e gravadas cerca de 43 000 horas de dados. Durante a distância percorrida, os 100 veículos estiveram envolvidos em: 69 acidentes sem vítimas (envolvendo colisões com outros utentes e objectos fixos), 761 quase-acidentes (que careceram de uma manobra evasiva complexa para serem evitados) e 8 296 incidentes (que careceram de uma manobra evasiva simples para serem evitados).

Dos 69 acidentes, 35% foram despistes, 22% foram colisões frontais com outros veículos, 17% foram colisões traseiras, 13% foram colisões com objectos fixos e os restantes 13% foram colisões com veículos estacionados, um animal e um veículo em manobras. Estes tipos de conflito também foram responsáveis por 87% dos quase-acidentes e 93% dos incidentes.

Neste estudo, os investigadores concluíram que a falta de atenção e a distracção foram as causas da maior parte dos acidentes e dos quase-acidentes. Analisadas as imagens de monitorização da face e do comportamento dos condutores, os investigadores identificaram quatro categorias de falta de atenção: a distracção com tarefas secundárias (ex. falar ao telemóvel), a desatenção relacionada com a

condução - num momento crítico - (ex. olhar para os espelhos), a distracção do olhar por motivo não especificado, e a fadiga ou sonolência, por esta ordem de influência. Estas quatro categorias de falta de atenção foram consideradas responsáveis por 78% dos acidentes e 65% dos quase-acidentes.

O método da abordagem emergente ou naturalista pode ser considerado o mais objectivo e rigoroso dos métodos de determinação das causas da sinistralidade. Porém, possui alguns constrangimentos que se prendem com o baixo número de veículos equipados com plataformas de registo de dados em tempo real e o custo de instalação desses equipamentos.

Todavia, presentemente está em curso um novo estudo naturalista em seis Estados dos EUA, com a monitorização de 3 400 veículos e condutores, designado por *Strategic Highway Research Program* (SHRP2) *Naturalistic Driving Study*. Outros estudos semelhantes estão a ser realizados na Austrália, no Canadá e no Japão.

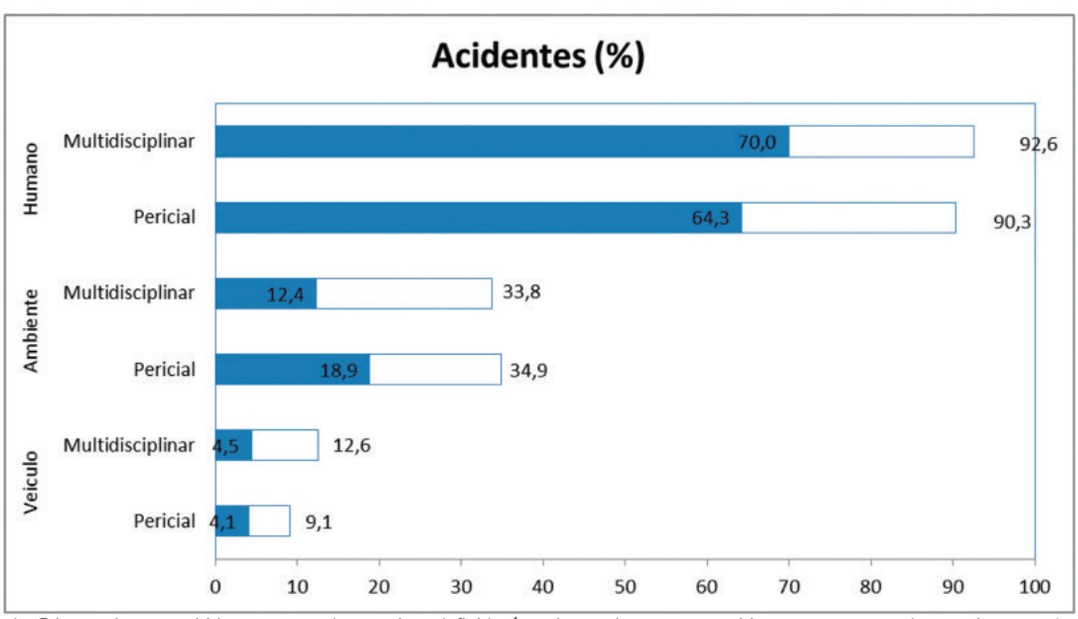
Casos de estudo de causas em profundidade. Método de abordagem clínica

The Tri-Level Study of Accident Causes

O primeiro e ainda actualizado estudo das causas dos acidentes de viação, designado por *Tri-Level Study of Accident Causes*, foi efectuado pela Universidade de Indiana (UI), dos EUA, nos anos 70 do século passado, para a *National Highway Safety Administration* (NHTSA) (Shinar, 2007, p. 701).

Este estudo foi elaborado no condado de Monroe, com o apoio das entidades policiais locais que registavam o acidente e alertavam uma equipa de investigadores da Universidade de Indiana para se deslocar aos cenários de todos os tipos de sinistros, independentemente dos graus de severidade.

Esta investigação, destinada a apurar as causas dos acidentes registados, distribuídas pelos factores que compõem o sistema rodoviário, concretamente, o factor humano, o factor veículo e o factor ambiente (que inclui a via), foi conduzida em três níveis distintos



Legenda: O intervalo preenchido corresponde ao valor «definido»[4] e o intervalo sem preenchimento corresponde ao valor «provável».

Figura 1 – Distribuição da percentagem relativa das causas dos acidentes de viação pelos factores do sistema rodoviário. Porque em grande parte dos acidentes houve a influência de mais do que uma causa, o somatório das percentagens dos intervalos é diferente de 100%. (Treat *et al.*, 1979, p. 7, adaptado pelo autor do artigo).

[4] Porque os investigadores estavam cientes da existência de alguma subjectividade na selecção dos factores causais dos acidentes de viação, de modo a obterem maior consistência estatística, atribuíram a cada factor um nível de confiança: «definido» sempre que a probabilidade desse factor fosse igual ou superior a 0,95 e «provável» sempre que a probabilidade se situasse no intervalo de 0,8-0,95. Isto permitiu-lhes chegar a estimativas conservadoras (com base nos casos considerados «definitivos») e estimativas liberais (com base nos casos considerados «prováveis») (Shinar, 2007, p. 702).

e realizada por três grupos autónomos: o primeiro nível, através da «investigação policial»; o segundo, pela «investigação pericial», com a intervenção de um grupo de dois peritos (um físico e um engenheiro mecânico); e, o terceiro nível, pela «investigação multidisciplinar», com a intervenção de um grupo multidisciplinar composto por um engenheiro de reconstituição de acidentes, um psicólogo e um engenheiro mecânico, e com a colaboração voluntária e confidencial dos condutores envolvidos.

A «investigação policial», considerada a formação específica dos técnicos policiais, formatada pelo sentido de fiscalização legislativa, de investigação criminal e de justiça, focou-se sobretudo na pesquisa da violação de normativos legais como causas, motivo pelo qual os resultados obtidos pela investigação policial não foram considerados para efeitos do objectivo holístico do *Tri-Level Study.*

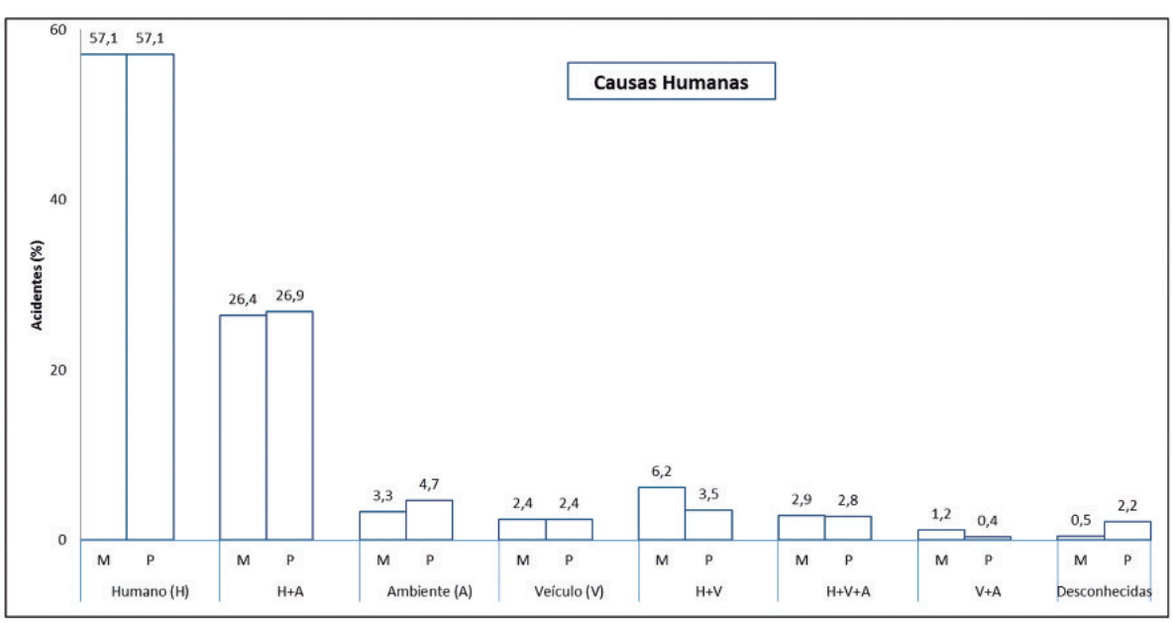
O segundo grupo investigou as causas de 2 258 acidentes de viação, através da análise exclusiva das provas físicas recolhidas nos cenários, e o terceiro grupo investigou em profundidade 420 daqueles mesmos acidentes, com uma equipa multidisciplinar e a colaboração dos condutores envolvidos.

Feitos os estudos, em paralelo, pelo grupo de peritos («Investigação Pericial») e pelo grupo multidisciplinar («Investigação Multidisciplinar»), a primeira conclusão a que chegaram foi que, em cerca de 50% dos acidentes ocorreu a intervenção de mais do que um factor como causa.

Assim, a distribuição das causas dos acidentes estudados pelos factores que compõem o sistema rodoviário foi a que consta na Figura 1.

Observada a Figura 1, verifica-se que ambos os estudos concluíram que a maioria das causas dos acidentes investigados se deveu a falhas humanas (isoladas e em conjunto com os outros factores). As falhas humanas nas conclusões do grupo multidisciplinar representam entre 70,0 e 92,6% das causas dos acidentes e nas conclusões do grupo de peritos representam entre 64,3 e 90,3% das causas. O factor ambiente foi responsável por 12,4 e 33,8% e 18,9 e 34,9%, das causas, nos mesmos estudos, respectivamente. E o factor veículo foi responsável por 4,5 a 12,6% e 4,1 a 9,1%, respectivamente.

Feita a análise apenas das causas humanas (isoladas



Legenda: M - Investigação Multidisciplinar e P – Investigação Pericial.

Figura 2 – Percentagem de causas atribuídas ao factor humano isolado e em conjunto com os restantes factores do sistema rodoviário. (Treat *et al.*, 1979, p. 9, adaptado pelo autor do artigo).

e em conjunto com os outros factores), considerando que os acidentes se devem maioritariamente ao contributo simultâneo de vários factores, observemos a Figura 2.

Observada a Figura 2, os resultados obtidos nos dois estudos apontam para que as causas exclusivamente humanas representam cerca de 60% das causas. As causas humanas em conjunto com as causas ambientais representam cerca de 30% e as causas humanas em conjunto com os veículos representam 6%. Por outro lado, as causas exclusivas do ambiente representam 5% e as dos veículos apenas 2%.

Assim, dos estudos apresentados, pode concluir-se que a intervenção para controlar o fenómeno da sinistralidade rodoviária deve incidir sobretudo na acção humana.

Outros estudos

Ao mesmo tempo que se realizava o *Tri-Level Study of Accident Causes* nos EUA, era realizado um estudo semelhante pelo *Transport Road Research Laboratory* (TRRL) no Reino Unido, sem que houvesse conhecimento mútuo dos estudos em desenvolvimento.

Curiosamente, os resultados obtidos pelo estudo inglês foram semelhantes aos resultados obtidos pelo estudo americano. No estudo inglês foi atribuída uma percentagem de 94% das causas a falhas humanas (isoladas e em conjunto com os outros factores), 28% a causas ambientais e 8 % a causas relacionadas com o factor veículo, considerado o factor humano isolado e em conjunto com os outros factores. (Shinar, 2007, p. 705).

No decénio de 80, na Finlândia, também foram realizados estudos pormenorizados de acidentes. Salusjarvi e Kartunnen (*Op. Cit. In* Cardoso, 1996, p.3) dividiram as causas em dois tipos: causas directas, relacionadas com a última sequência de acontecimentos que levou ao acidente, e causas indirectas, cuja influência foi, sobretudo, catalisadora de outras influências ou desencadeadora da sequência de acontecimentos.

Nas causas directas, o factor humano é referido em 96% dos casos, o factor mecânico em 3% dos casos e a estrada em 6% dos casos. Nos factores humanos incluem-se 40% de erros de percepção e 31% de erros de decisão, alguns dos quais induzidos pelas características da estrada ou dos veículos.

Nas causas indirectas são referidas pelos mesmos autores, 76% de causas ligadas ao factor humano, 21% ao factor mecânico e 48% ao factor estrada.

Nestes estudos verificou-se a sobreposição de mais de um tipo de factor numa percentagem elevada dos casos.

Mais recentemente, 25 anos após a realização do *Tri-Level Study of Accident Causes*, no ano de 2001, a NHTSA, dos EUA, conduziu um novo estudo para determinar as alterações produzidas nas causas da sinistralidade rodoviária, perante as inovações introduzidas no sistema rodoviário.

Este estudo foi realizado por um grupo de investigadores americanos liderado por Hendricks, que analisou 723 acidentes ocorridos entre os meses de Abril de 1996 e Maio de 1997, com o objectivo de «determinar comportamentos específicos dos condutores e actos de condução inseguros que originaram aqueles acidentes e os factores que os influenciaram (situação, condutor e veículo)», cujo estudo foi designado por *Unsafe Driving Acts* (UDA).

Neste estudo, as causas atribuídas ao factor humano foram de 99,2%; ao factor ambiente 5,4% e ao factor veículo 0,5%, do qual se pode concluir que as melhorias verificadas no último quarto do séc. XX ocorreram sobretudo no factor ambiente (que inclui a via) e no factor veículo, persistindo assim, as falhas humanas como a principal causa da sinistralidade rodoviária.

Chegados a este ponto, considera-se necessário identificar e caracterizar as causas atribuídas ao factor humano mais frequentes, assim como as causas mais frequentes nos factores ambiente e veículo.

Taxonomia de causas

A atribuição de causas no estudo realizado pela Universidade de Indiana assentou na taxonomia de falhas humanas, de falhas dos veículos e do ambiente, já existente.

No que respeita às falhas humanas, os grupos de investigadores seguiram o «modelo teórico de relação de causa e efeito entre as condições humanas e as causas directas de acidentes de viação», constante na Figura 3.

Este modelo define dois conceitos de causas: as «causas directas» e as «causas indirectas». Como «causas directas» são consideradas as acções que precederam o acidente e o tornaram inevitável. Como «causas indirectas» são consideradas variáveis como a «falta de atenção», a «falha de percepção», a «deficiente avaliação» e as «manobras evasivas inadequadas», que foram responsáveis por lapsos e baixa *performance* do condutor. Na falta de *performance* estão incluídas limitações do condutor como a influência de álcool e de droga, a fadiga, a deficiente acuidade visual, a falta de perícia e o desconhecimento das características do veículo e da via.

Neste modelo procura-se estabelecer a relação de causa e efeito entre as causas directas e as causas indirectas nos acidentes de viação.

Com base no modelo teórico de relação de causa e efeito entre as condições humanas e as causas directas de acidentes de viação foi construído o «esquema hierárquico de causas humanas directas», constante na Figura 4, para efeito da classificação das causas identificadas no *Tri-Level Study of Accident Causes*.

A taxonomia hierárquica de causas humanas directas de acidentes de viação estabelece uma repartição de «categorias» de causas humanas que se subdividem, por ordem hierárquica, em «variáveis» de estados, atitudes e comportamentos que influenciam a ocorrência de acidentes de viação.

Assim, as causas humanas foram divididas em cinco categorias que compreendem as variáveis que seguidamente se articulam:

- A categoria «causas intencionais» (não acidente) subdivide-se nas variáveis «suicídio» e «acidente intencional»;
- A categoria «causas neurológicas ou somáticas» subdivide-se nas variáveis «síncope» (doença súbita) e «adormecimento»;
- A categoria «causas por erros de percepção e de reconhecimento», que se subdividem em «demora no reconhecimento do perigo», por «motivos desconhecidos» e por «motivos conhecidos». Os «motivos conhecidos» caracterizam-se por «falta de atenção»

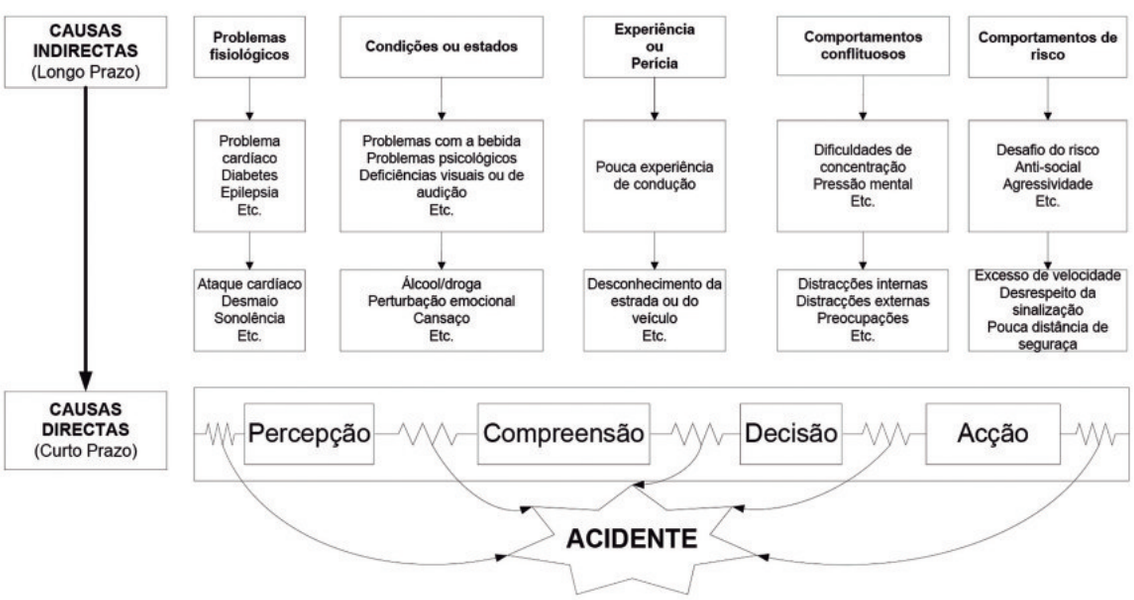


Figura 3 - Modelo teórico de relação de causa e efeito entre as condições humanas e as causas directas de acidentes de viação (Lee e Fell, 1988, *op. cit in* Shinar, 2007, p. 702), tradução do autor.

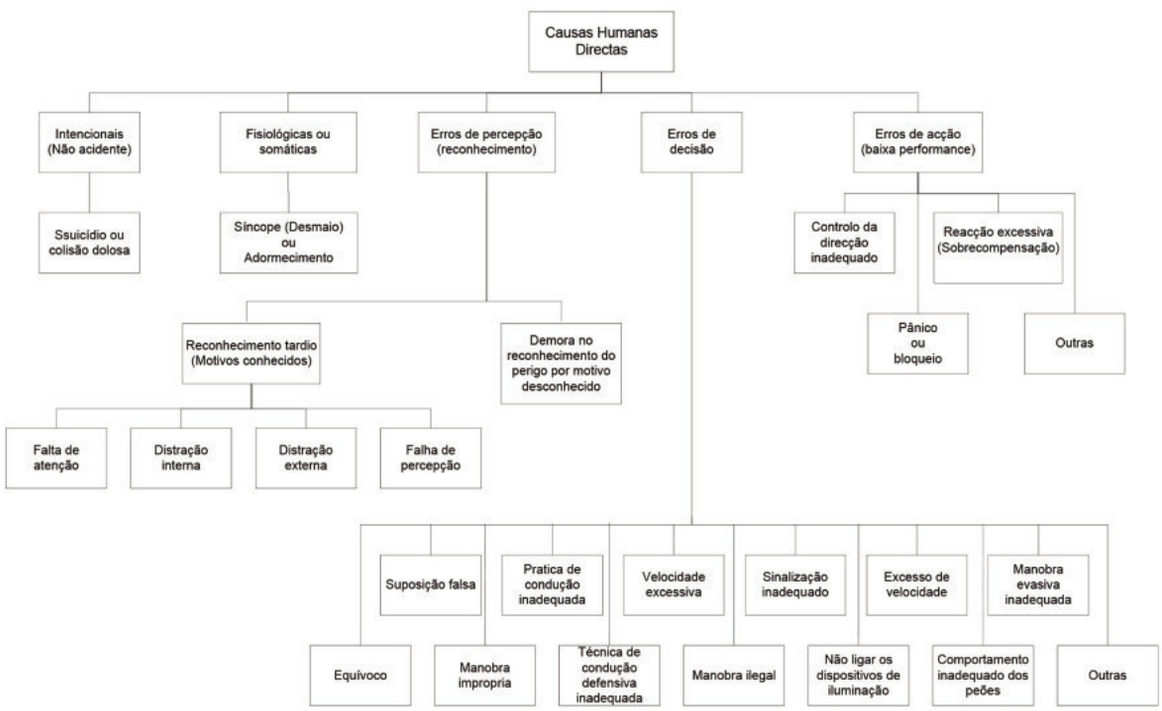


Figura 4 – A taxonomia hierárquica de causas humanas directas de acidentes de viação, utilizada no *Tri-Level Study of Accident Causes* (Treat *et al.*, 1979, *op. cit in* Shinar, 2007, p. 703), tradução do autor.

(ex. distracção mental ou ocupação da mente com temas alheios à condução), «distracção interna» (ex. sintonizar o rádio, acender um cigarro, etc.), «distracção externa» (ex. observar um cartaz publicitário) e «falha de percepção» (ex. olhar sem ver);

- As causas por «erros de decisão», que se subdividem em «equívoco», «suposição falsa» (ex. um condutor que faz sinal de luz e não realiza a manobra compatível), «manobra imprópria» (ex. conduzir em contramão ou em sentido proibido), «prática de condução inadequada» (ex. levantar a roda da frente, fazer derrapar os pneus, etc.), «técnica de condução defensiva inadequada» (ex. circular próximo ao veículo da frente, circular na via central, tirar as mãos do volante, entre outras.), «velocidade excessiva» (ex. circular rápido com o piso escorregadio, independentemente do limite de velocidade legal), «manobra ilegal», «sinalização inadequada» (ex. esquecer o sinal luminoso de mudança de direcção ligado), «não ligar os dispositivos de iluminação» (ex. circular numa zona de nevoeiro sem fazer uso das luzes adequadas, circular de noite sem luz ou com luzes avariadas), «velocidade excessiva» (ex. circular em infracção ao limite legal de velocidade), «comportamento inadequado dos peões» (ex. atravessar a via sem observar o trânsito), «manobra evasiva inadequada» (ex. realizar uma manobra inadequada para evitar um acidente) e «outras».

- As causas por «erros de acção» que compreende o «controlo da direcção inadequado» (ex. realizar manobras inadequadas de recuperação da trajectória do veículo), «reacção excessiva» (ex. realização de manobras bruscas e consequente perda do controlo do veículo), «pânico ou bloqueio» (ex. incapacidade de realizar uma manobra evasiva para evitar um acidente) e «outras».

Causas conhecidas

Considerado o estudo das causas dos acidentes de viação designado por *Tri-Level Study of Accident*

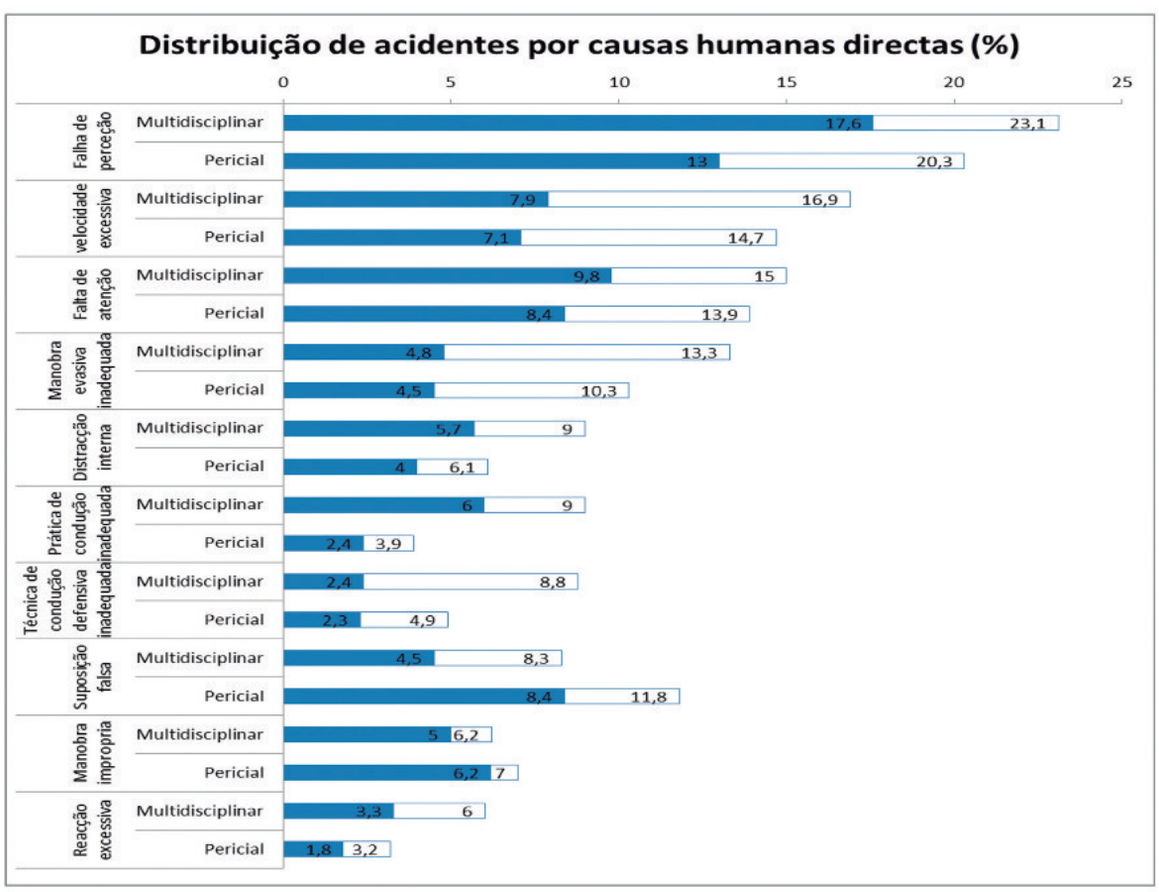
Causes, efectuado pela Universidade de Indiana, dos EUA, é dado o momento de apresentar os resultados obtidos no que concerne às causas específicas produzidas pelas falhas humanas e, por se considerar poder enriquecer a informação do artigo, fazer-se também uma breve citação das principais causas referentes aos factores ambiente e veículo.

Falhas humanas

A principal causa humana directa de acidentes de viação, segundo aquele estudo, tendo por base a taxonomia hierárquica (Fig. 4), prendeu-se com a categoria de «erros de percepção e de reconhecimento», responsável por 56% dos acidentes, seguida da categoria de «erros de decisão», com 51% dos casos, e a terceira, os «erros de acção e *performance*», com 11% dos acidentes. As categorias de «não acidente» (suicídio) e de «causas fisiológicas ou somáticas» representaram 2% dos casos. (Treat *et al., 1979*, p. 10).

No que respeita à influência das principais «variáveis», que caracterizam as categorias de causas atribuídas ao factor humano, os resultados foram os que se apresentam na Figura 5.

No que concerne a distribuição dos acidentes de viação pelas dez principais variáveis que compõem as «categorias» de causas anteriormente referidas, temos que a primeira prende-se com a «falha de per-



Legenda: O intervalo preenchido corresponde ao valor «definido» e o intervalo sem preenchimento corresponde ao valor «provável».

Figura 5 – Distribuição percentual de acidentes causados por causas humanas directas, considerados os níveis de confiança definitivo e provável, baseado nos estudos de investigação no local e de investigação em profundidade. (Treat *et al.*, 1979, p. 11, adaptado e traduzido pelo autor do artigo).

cepção», que representa 20,3 a 23,1% dos casos, seguida da velocidade excessiva, com 14,7 a 16,9% dos caos.

Se nos centrarmos na «qualidade da informação», para uma condução segura, temos que a falta de atenção e a distração interna representam no conjunto 20 a 24% dos casos. Associando as «variáveis falha de percepção», a «falta de atenção» e a «distracção interna» temos entre 40,3 a 47,1 % das causas de acidentes de viação. Ou seja, quase 50% das falhas humanas se prendem com a falta de informação para poder realizar uma condução segura.

A propósito deste estudo importa referir que à época ainda não existiam telemóveis, pelo que o seu uso na condução nos dias de hoje implica o agravamento significativo daquele resultado.

No que tange o uso de telemóveis, como causa de distracção em acidentes de viação com vítimas, estudos realizados em vários países (Austrália, Nova Zelândia, Holanda, Canadá e EUA), no período de 2006 e 2008 (NHTSA, 2011, p. 11), concluiram que o uso de telemóvel foi responsável por 8 a 14% dos acidentes de viação investigados, cuja percentagem, somada ao valor referido no parágrafo anterior, vem elevar a falta de informação do condutor (recepção, interpretação e reacção aos estimulos emitidos pelo ambiente rodoviário) para um valor aproximado ao determinado pelo *The 100-car study*, que atribuiu entre 65 a 78% das causas dos acidentes de viação (acidentes sem vítimas e quase-acidentes) aos quatro tipos de falta de atenção.

No que respeita a causas humanas indirectas, também estudadas na mesma investigação, relacionadas com as condições ou estados dos condutores, que influenciaram a sua *performance*, concluiu-se que as principais foram (Treat *et al.*, 1979, p. 14) : a condução sob o efeito do álcool (3,1%), sob efeito de droga (2,1%), sob fadiga (1,7%), a falta de experiência de condução (1,4%), a pressa de chegar ao destino (1,2%), a perturbação emocional (1,2%), o desconhecimento do veículo (1,0%), o desconhecimento da estrada (0,7%) e a visibilidade reduzida (0,5%).

Curiosamente, observadas as causas indirectas dos acidentes de viação, ao contrário do que é a percepção geral, a maioria dos acidentes acontecem quando os condutores se encontram em estado e condições normais, ou seja, com aparente boa *performance*.

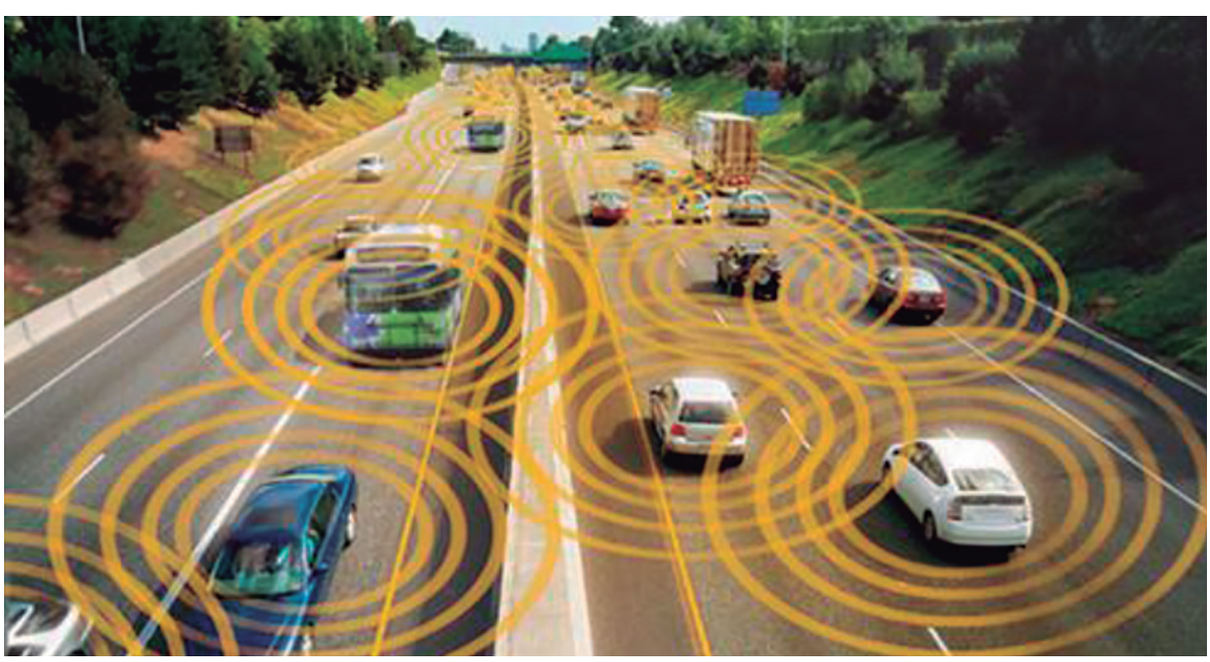


Imagem 3 – Sistema rodoviário tolerante. (Fonte: Google)

Imagem 4 – Veículo auto-conduzido. (Fonte: Google)

Falhas do factor ambiente

No que toca às causas relacionadas com o factor ambiente (Treat *et al.*, 1979, p. 16), as principais causas identificadas no mesmo estudo deveram-se à seguintes falhas (relacionadas com a via): obstruções visuais (12,1 %), baixa aderência (9,8%), obstáculos provisórios (obras) (5,2%), problemas de traçado (4,8%), obstáculos de controlo de acessos (3,8%), sinalização inadequada (2,9%), visibilidade reduzida (0,7%) e falta de manutenção (0,2%).

Falhas do factor veículo

No que concerne ao factor veículo (Treat *et al.*, 1979, p. 18), foram identificadas como as principais falhas: o sistema de travagem (5,2%), pneus e rodas (4%), sistema de direcção 1,0%), carroçaria e portas (0,7%), sistema de tracção (0,2%), problemas de suspensão (0,2%) e assento e instrumentos de controlo do veículo (0,2%).

Conclusões

No presente artigo procurou-se identificar e caracterizar alguns métodos de estudo e de investigação das causas do fenómeno da sinistralidade rodoviária, tendo-se concluído que, pelos estudos apresentados, o factor humano foi considerado responsável por mais de 90% dos acidentes de viação estudados.

As principais falhas humanas identificadas como causas daquela percentagem de acidentes de viação prenderam-se com a falha de percepção, que representou 23% dos casos, e a falta de atenção e a distração interna, que em conjunto representaram 24% dos casos, o que significa que a capacidade do factor humano perceber, interpretar e responder aos estímulos recebidos do sistema rodoviário foi a causa de cerca de metade dos acidentes investigados.

Os seres humanos cometem erros e irão cometer sempre erros. Sabe-se, pelo senso comum, que os condutores não desejam ter acidentes, mas paradoxalmente, porque erram, contribuem maioritariamente para a sua ocorrência.

Observado o problema nesta perspectiva, é adequado considerar que a forma mais eficaz de continuar a reduzir-se o impacto da sinistralidade rodoviária será pela minimização da oportunidade da ocorrên-

cia de erros, através da capacidade do sistema rodoviário em tolerar e absorver as falhas humanas e a severidade das suas consequências.

A forma de desenvolver a capacidade do sistema rodoviário para absorver os erros humanos, considerando que o sistema rodoviário é complexo (por ser composto por factores heterogéneos, concretamente: o ambiente, o veículo e o factor humano), será através de uma intervenção multidisciplinar, de ciências relacionadas com aqueles factores, designadamente, as relacionadas com a engenharia rodoviária (construção das vias), a engenharia automóvel, a psicologia de tráfego e a investigação criminal.

A investigação multidisciplinar dos acidentes de viação com consequências graves permite detectar causas e preconizar medidas relacionadas com cada factor que tornem o sistema rodoviário mais tolerante, de modo a prevenir a repetição de erros e de falhas, dia após dia, ano após ano, e a sustentar a continuação da tendência de descida do número de vítimas de acidentes rodoviários.

O primeiro passo no sentido da constituição de equipas multidisciplinares em Portugal foi dado pela Guarda Nacional Republicana (GNR), em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e o Instituto Superior Técnico (IST), da Universidade de Lisboa, responsáveis pela investigação dos três acidentes de viação com consequências mais graves, ocorridos na Zona de Acção da GNR. O primeiro caso, o acidente de viação ocorrido em 2007, na A23, em Vila Velha de Ródão, de que resultaram 17 vítimas mortais (Dias, J. *et al.,* 2010); o segundo, ocorrido em 2010, na A25, no Baixo Vouga, de que resultaram seis vítimas mortais e estiveram envolvidos 73 veículos; e o terceiro, ocorrido em 2013, no IC 8, na Sertã, de que resultaram 11 vítimas mortais. Em todos os casos, os resultados obtidos pela investigação multidisciplinar constituíram uma mais-valia de conhecimento para efeitos de apoio à realização da Justiça e para a proposição de medidas de intervenção no sistema rodoviário, às entidades competentes.

O futuro próximo da investigação de acidentes de viação passa, necessariamente, pela investigação multidisciplinar, quer estejam envolvidos veículos auto-conduzidos, quer não, e, sobretudo, nos casos com o envolvimento de veículos auto-conduzidos, porque as máquinas também falham.

Bibliografia

ACT. Autoridade para as Condições do Trabalho. *Estatística de acidentes de trabalho*. 2014. (http://www.act.gov.pt/(ptPT)/CentroInformacao/Estatistica/Paginas/AcidentesdeTrabalhoMortais.aspx, acedido em 27-04-2016).

ANSR. Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. *Relatório Anual de Vítimas a 30 dias*. 2012 a 2014. (http://www.ansr.pt/Estatisticas/RelatoriosDeSinistralidade/Pages/default.aspx, acedido em 27-04-2016).

BORREL, J.; Algaba P.; Martinez, J. *Investigación de Accidentes de Tráfico*, Dirección Geral de Tráfico (1991). ISBN 129-91-014-X.

CARDOSO, J. L.: *Estudo das relações entre as características da estrada, a velocidade e os acidentes rodoviários. Aplicação a estradas de duas vias e dois sentidos*. Dissertação apresentada no Instituto Superior Técnico para obtenção do grau de Doutor em Engenharia Civil, Maio de 1996.

CARE. Community database on Accidents on the Roads in Europe, *Estatísticas sobre a evolução da segurança rodoviária*, Comissão Europeia. 2014. (http://ec.europa.eu/transport/road_safety/specialist/statistics/index_en.htm, acedido em 27-04-2016).

DIAS, J.; Cardoso, J. e Leal, P. *In-depth investigation and reconstruction of bus accidents: lessons from a 17 fatalities accident,* Revista EVU, 2010.

NEALE, V. L., Dingus, T.A., Klauer, S. G., Sudweeks, J. e Goodman, M. An Overview of the 100-Car Naturalistic Study and Findings, National Highway Traffic Safety Administration, United States, Paper Number 05-0400, 2006.

NHTSA. National Highway Traffic Safety Administration, *Mobile phone use: a growing problem of driver distraction*, WHO Library Cataloguing-in-Publication Data, 2011. ISBN 978 92 4 150089 0.

HENRIKSSON, W; Stenlud, T.; Sundstrom, A.; Wiberg, M. *Proceedings From the Conference: The GDE-Model as a Guide in Driving Training and Testing*, Umea University, 2007.

IRTAD. *Definitions and Data Availability,* OCDE, Road Transport Research Programme, 1998.

LEAL, P. *Sinistralidade Rodoviária: Causas e Consequências*. Estudos de Direito e Segurança, Volume II, Editora Almedina, 2012. ISBN 978-972-40-4997-7.

OMS. Organização Mundial de Saúde: *Global status report on road safety 2015*. ISBN 978 92 4 156506 6 (NLM classification: WA 275).

SALUSJARVI, M. - *Road accident investigation teams. Developing the on-the-spot, in-depth, case-study methodology*. VTT, Espoo, Finland, 1989.

SHINAR, D. *Traffic Safety and Human Behavior*, Editora Elsevier, 2007. ISBN: 978-0-08-045029-2.

SSI. Sistema de Segurança Interna: *Relatório Anual de Segurança Interna*, 2014, RASI. (http://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/RASI_2014.pdf acedido em 27-04-2016).

TREAT, J. R., Tumbas, N.S., McDonald, S. T., Shinar, D., Hume, R.D., Mayer, R.R., Stansifer R.L. e Castellan N.J. *Tri-level study of the causes of traffic accidents: final report,* Volume I: Causal factor tabulations and assessments, National Highway Traffic Safety Administration, Report Nº DOT HS 805 085, U.S. Department of Transportation, Washington, 1979.

GNR

Equipamentos utilizados no controlo e fiscalização do trânsito

Pelo tenente de Cavalaria
SÉRGIO FONSECA

Na prossecução da sua estratégia de segurança e fiscalização rodoviária, a Guarda Nacional Republicana tem acompanhado o aparecimento e o desenvolvimento das novas tecnologias de apoio à fiscalização rodoviária, utilizando diversos equipamentos de acordo com a finalidade a que se destinam.

Neste particular, a utilização e uso de equipamentos ou instrumentos na fiscalização rodoviária é condicionada pela aprovação da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)[1], cujo o procedimento de aprovação decorre em três fases: Fase 1 - Formalização e instrução do pedido de aprovação; Fase 2 – Avaliação da conformidade do equipamento com os requisitos de utilização; e Fase 3 – Aprovação do equipamento para uso em fiscalização do trânsito (ANSR,s/d). Sem prejuízo da aprovação anteriormente referida, e com exceção dos alcoolímetros qualitativos, os instrumentos de fiscalização do trânsito são submetidos a um controlo metrológico, anual, realizado pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ).

No sítio eletrónico da ANSR é disponibilizada a lista de equipamentos aprovados para uso na fiscalização do trânsito. Seguidamente, apresentam-se alguns desses equipamentos utilizados pelo dipositivo da Guarda.

Alcoolímetros, podendo ser qualitativos ou quantitativos.

- **Drager Alcotest 6810** [2], alcoolímetro qualitativo ou de despiste, para deteção da presença de álcool no sangue, no âmbito da fiscalização da condução sob influência do álcool. São instrumentos destinados a medir a concentração mássica de álcool por unidade de volume na análise do ar alveolar expirado. Este tipo de alcoolímetro é utilizado para efetuar, apenas, o rastreio da presença de álcool no sangue e não produz elementos de prova nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 170.º do Código da Estrada (ANSR,s/d).

- **Drager Alcotest 7110MKIII P** [3], Alcoolímetro quantitativo ou evidencial. Este tipo de alcoolímetro é utilizado para quantificar a Taxa de Álcool no Sangue (TAS) e produz elementos de prova nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 170.º do Código da Estrada (idem). Possui dispositivo para a impressão dos resultados e a informação contida nos registos impressos é indelével. A prova que é impressa contém o resultado da medição do teor de álcool no sangue (TAS em g/l), a marca, o modelo, o n.º de série, n.º do teste e a data da última verificação metrológica do instrumento. Além desses elementos, no talão que é emitido são disponibilizados três campos de preenchimento manual, um para a identificação do testado, outro para identificação do militar que procede à realização do teste e um para identificação do local onde é realizado teste.

Branan Oratect III [4], utilizado para a fiscalização da condução sob influência de substâncias psicotrópicas, enquanto teste de rastreio à saliva. Por ser apenas um exame de despistagem, em caso

1 - Alínea f) do n.º 2 do art.º 2 do Decreto Regulamentar 28/2012, de 12 de março
2 - Aprovado pelo despacho n.º 28664/2008, Diário da República de 7 de novembro. ANSR.
3 - Aprovado pelo despacho n.º 19684/2009, Diário da República de 25 de junho. ANSR.
4 - Aprovado pelo despacho n.º 21240/2008, Diário da República de 13 de agosto. ANSR.

Fonte: http://imgarcade.com/1/saliva-drug-test-brands/

de resultado positivo, há sempre necessidade de deslocação para um centro de saúde para recolha de sangue e posterior análise do mesmo pelo Instituto de Medicina Legal. Este equipamento apresenta as seguintes características: a) encontra-se acondicionado em invólucro individual estanque que permite a sua conservação à temperatura ambiente; b) é descartável, após uma utilização; c) é de fácil manuseamento e leitura, não obrigando à utilização de equipamentos ou de meios adicionais, isto é, para a obtenção do resultado, que é dado pelo próprio instrumento; d) possui capacidade de avaliação qualitativa dos quatro grupos de substâncias, anfetaminas, opiáceos, cocaína e canábis[5]; e) respeita regras de higiene e de segurança na recolha da amostra e na utilização da amostra de saliva; f) não carece de mais do que 10 minutos para a recolha da amostra de saliva e possui forma de conservação da amostra recolhida; g) fornece o resultado qualitativo no prazo máximo de 30 minutos, após o termo da recolha da amostra.

Sonómetro não integrador, Lucas Cel. É um instrumento destinado a medir ou registar as grandezas caraterísticas dos níveis de pressão sonora, no domínio audíveis, compreendendo os respetivos calibradores. Acrescenta-se que este aparelho deverá possuir dispositivos para a impressão dos resultados e a informação contida nesses registos impressos deve conter, obrigatoriamente, o resultado da medição, a marca, o modelo, o n.º de série e a data da última verificação metrológica do instrumento (idem).

5 - Previstas na Lei n.º 18/2007, de 17 de maio.

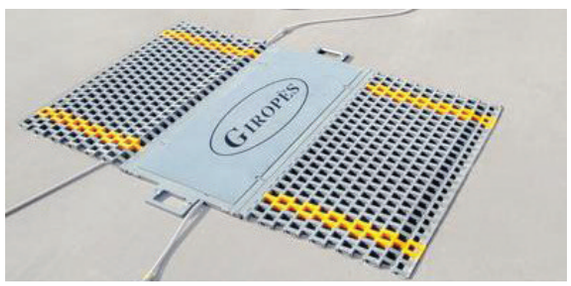
Balanças, instrumentos de pesagem

- Balanças Captels, modelo ORA 10 [6]. Para utilização na fiscalização do trânsito, sendo que o equipamento consiste num sistema de pesagem de funcionamento não automático. Este instrumento de pesagem é um aparelho de medida que serve para determinar a massa de um corpo, utilizando a ação da gravidade sobre esse corpo e ainda pode servir para a determinação de outras grandezas, quantidades, parâmetros ou características ligadas à massa [7] (idem). O seu funcionamento não é automático porque requer a intervenção de um operador certificado no decurso da pesagem. A instalação das balanças deve considerar as caraterísticas do local de pesagem, nomeadamente deverá ser asfalto sem irregularidades e com o mínimo de inclinação possível, igual ou inferior a 2%[8], a ser sempre verificado com o nível (Micotec, 2009). Os componentes importantes para a instalação das balanças são o nível, o processador/indicador do peso, cabos, pratos, estrados, rampas e tapetes.
A informação contida nos registos impressos é indelével e contém o resultado da medição, a marca, o modelo, o n.º de série e a data da última verificação metrológica do instrumento.
- Balanças Giropes, modelo BPR é um instrumento de pesagem, recentemente introduzido na Guarda, que em termos de caraterísticas técnicas e funcionais, são semelhantes às balanças Captels. No entanto, as plataformas foram desenhadas para que se possa criar toda uma estação de pesagem de forma mais rápida e simples, sendo que as suas plataformas têm capacidade para pesar até 30 toneladas por eixo, são estreitas (20 mm) e muito mais leves [9](Giropés, s/d).

Dispositivo de pesagem montado

6 - Aprovado pelo despacho n.º 13179/2008, Diário da República de 2 de maio. ANSR.
7 - N.º 1 do artigo 2.º da Diretiva 2009/23/CE.
8 - No máximo quatro centímetros da ponta do nível ao chão, com a bolha a nível.
9 - São completamente em alumínio.

Processador/indicador do peso



Fonte: http://www.giropes.com

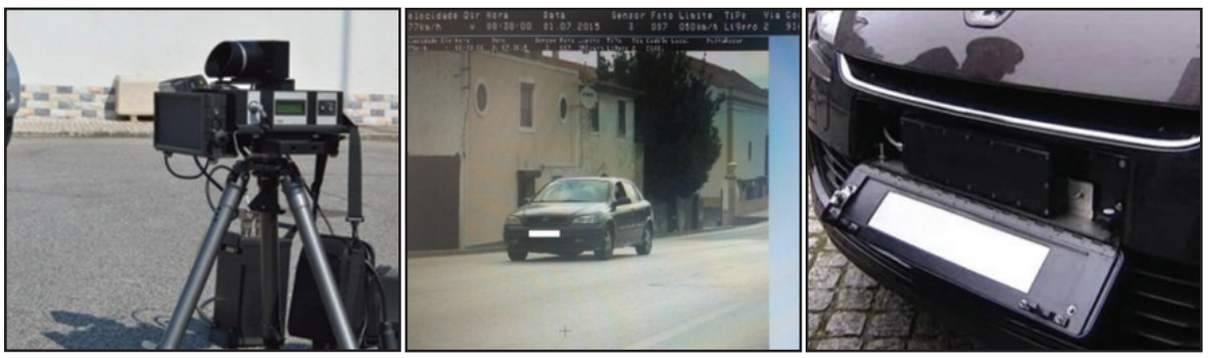
Cinemómetros-radar, cinemómetros de perseguição e cinemómetros-*laser* para controlo de velocidade. Inicia-se a apresentação destes meios com as definições de cada aparelho[10]. No que concerne aos Cinemómetros-radar, os mesmos utilizam, como princípio de medição, o efeito *Doppler*; os cinemómetros de perseguição utilizam, como princípio de medição, a velocidade do veículo perseguidor e os cinemómetros-*laser* a tempo de voo designados por lidares utilizam, como princípio de medição, os tempos dos impulsos de um feixe *laser* na reflexão no veículo alvo.

- Cinemómetro-radar, Multanova, modelo 6FD [11], fabricado pela JENOPTIK Robot. O modelo MR-6FD é um cinemómetro–radar fixo/móvel que pode funcionar em tripé ou viatura estacionada (opção fixo) ou numa viatura em movimento (opção móvel, instalado em viaturas descaraterizadas). Este aparelho de radar controla o trânsito e produz uma inscrição automática de fotografias, conseguindo registar velocidades de veículos motorizados que se aproximam e/ou afastam da antena. Sendo que estas medições são feitas através de um radar de ondas contínuas, usando o efeito *Doppler* (alteração de frequência entre os sinais emitidos e refletidos). Relativamente a algumas caraterísticas técnicas mais relevantes tem-se o intervalo de indicação, dos 20 km/h aos 250 km/h; frequência de emissão, de 34.4 GHz; alcance máximo de 40 metros; e pode detetar veículos em aproximação, afastamento ou em ambos os sentidos.

- Cinemómetro-radar, modelo MultaRadar C [12], fabricado pela JENOPTIK Robot. É um cinemómetro–radar fixo/móvel que pode funcionar em tripé ou viatura estacionada (opção fixo) ou numa viatura em movimento (opção móvel, instalado em viaturas descaraterizadas). Trata-se de um cinemómetro-radar para a medição e registo da velocidade e indicação e registo da via de circulação dos veículos em ambos os sentidos (afastamento e aproxi-

Aparelho instalado no veículo, tripé e prova fotográfica

10 - Segundo a Portaria 1542/2007, de 6 de dezembro, que procede à aprovação do novo regulamento a que deve obedecer o controlo metrológico dos cinemómetros.
11 - Aprovado pelo despacho n.º 15919/2011, Diário da República de 23 de novembro. ANSR.
12 - Aprovado pelo despacho n.º 14211/2013, Diário da República de 03 de outubro. ANSR.



Em tripé e prova fotográfica - Fonte: http://www.intralegal.es/images/novedades/radar-invisible.jpg

mação), baseada sobre o efeito *Doppler*, com comutação manual ou automática. O cinemómetro calcula a velocidade do veículo e a máquina fotográfica regista todos os veículos cuja velocidade é superior a uma velocidade determinada e grava na imagem os dados correspondendo à velocidade, data e hora da atuação. Os dados cinemométricos, cronométricos e fotométricos são reunidos e associados a uma assinatura digital, única para cada cinemómetro, para a garantia da integridade durante a sua transmissão e processamento, tornando a prova «só-de-leitura».

Para aumentar a sua confidencialidade, os documentos fotográficos podem ser encriptados. Transmitidos num formato proprietário, os dados só podem ser reconstituídos corretamente para leitura por um programa informático homologado e a chave apropriada. O cadeado intacto na prova fotométrica garante que os dados (cinemométricos, cronométricos e fotométricos) não foram alterados. Qualquer modificação do conteúdo ou dos dados do ficheiro transmitido faz com que o ficheiro não possa ser visualizado nem utilizado. A prova fotográfica assinalada por um cadeado sobreposto por uma cruz indica que não foi usada assinatura digital no momento da execução dessa prova.

No que concerne às caraterísticas técnicas mais relevantes tem-se o intervalo de indicação, dos 20 km/h aos 300 km/h; frequência de emissão, de 24,1 GHz; alcance máximo de 40 metros; e pode detetar veículos em aproximação, afastamento ou em ambos os sentidos.

- Cinemómetro de perseguição, marca Provida, modelo 2000 [13]. Este tipo de aparelho está instalado em viaturas descaraterizadas. Trata-se de um cinemómetro de perseguição que utiliza como princípio de medição da velocidade de veículos automóveis, a velocidade média do veículo perseguidor, no intervalo de medição entre 10 km/h e 300 km/h e um registo de imagens associadas às medições. O sistema de medição, além da determinação das velocidades médias, deverá gravar todos os dados e imagens, veículo a controlar (matrícula legível) e pontos de referência, em cada uma das seguintes quatro modalidades, AUTO 1, AUTO2[14], MANUAL E SPLIT.

AUTO 1 realiza a medição de velocidade a partir da medição do tempo que o veículo a controlar leva a percorrer uma distância previamente medida entre dois pontos de referência, bem visíveis no pavimento e com filmagem contínua pelo vídeo, que faz parte do sistema, sem interrupção do contador de imagem (*Frame*). Este controlo é efetuado com a viatura Provida estática e fica assegurado o registo automático no sistema, fornecendo a velocidade média, a distância entre os dois pontos e o tempo gasto no percurso.

AUTO 2 introduz-se a distância desejada para o controlo, que depende do tipo de via a controlar[15],

13 - Aprovado pelo despacho n.º 01/CÓP/DGV/CINERAD/99, Diário da República de 18 de março. DGV.

14 - Mais utilizada devido à menor probabilidade de falhas no controlo, bem como manifestamente melhor registo da infração.

15 - Se for estrada nacional ou localidades aplica-se, geralmente, 50 metros e se for em auto-estrada ou vias equiparadas, 80 metros.

e mede-se a velocidade do veículo com filmagem contínua pelo vídeo. Controla-se próximo do veículo a controlar de maneira que a matrícula seja legível e adapta-se a velocidade do veículo com o sistema instalado à do veículo a controlar. O condutor da viatura com o Provida, sendo especialista é um importante elemento neste tipo de fiscalizações, deverá manter a distância entre os veículos constante. Posteriormente, o operador do sistema aciona um dos contadores. Quando a distância pré-ajustada é atingida, o sistema pára automaticamente a medição.

MANUAL, consiste na medição da velocidade média, entre dois pontos de referência, do veículo automóvel, com filmagem contínua pelo vídeo, que faz parte do sistema de medição, sem interrupção do contador de imagem. Em movimento, próximo do veículo a controlar e de maneira que a matrícula seja legível, o operador escolhe um ponto de referência, no pavimento. Quando o veículo a controlar passar nesse ponto de referência aciona-se o contador de tempo, quando o veículo com o sistema instalado passar pelo mesmo ponto de referência aciona-se o contador de distância. Seguidamente escolhe-se outro ponto de referência e repete-se o procedimento, para que automaticamente o sistema mostre a velocidade média, o espaço percorrido e o tempo gasto, no percurso entre os dois pontos de referência.

O condutor da viatura, sendo especialista, segue o mesmo percurso do veículo a controlar. De preferência deve ser efetuado um percurso entre 300 metros a 1000 metros.

Por último, a modalidade SPLIT é idêntica à modalidade MANUAL, contudo as medições do tempo e da distância continuam sucessivamente, isto é, não precisam de ser repostas a zero, e este facto permite continuar com uma medição até à realização da velocidade média intermédia dessas medições sucessivas.

- Cinemómetro de perseguição, marca Petards, modelo Provida 2000 DVR [16]. Também este tipo de aparelho está instalado em viaturas descaracterizadas Trata-se de um cinemómetro de perseguição que utiliza como princípio de medição da velocidade de veículos automóveis, a velocidade média do veículo perseguidor, no intervalo de medição entre 10 km/h e 300 km/h e um registo de imagens associadas às medições. O princípio de determinação da velocidade média, que é igual ao sistema anterior, é baseado sobre a medição de distâncias ou de intervalos de tempo. Um monitor de cristais líquidos (LCD) apresenta a data, a hora, a distância percorrida, a velocidade própria instantânea do veículo perseguidor, o valor da ampliação da imagem (zoom), o número da imagem (*frame*), o número de série do cinemómetro e o decorrer dos eventos. No mesmo tempo, um gravador vídeo digital (DVR) permite a gravação destes eventos. O valor da velocidade instantânea é calculado através do factor de conversão do número de impulsos do veículo, w. A medição das distâncias é efetuada com a contagem dos impulsos fornecidos pelo gerador digital do veículo

Fonte: http://www.antiautovelox24.eu/FCKeditor_pliki/provida-2000-03.jpg

Prova fotográfica

16 - Aprovado pelo despacho n.º 16133/2009, Diário da República de 02 de julho. ANSR.

e um relógio de cristal de quartzo efetua a medição do tempo para a distância correspondente. Os dados cinemométricos, cronométricos e fotométricos são reunidos e associados a cada imagem, não podendo ser divididos. A integridade do programa informático do sistema é garantida pela sua soma de controlo correspondente.

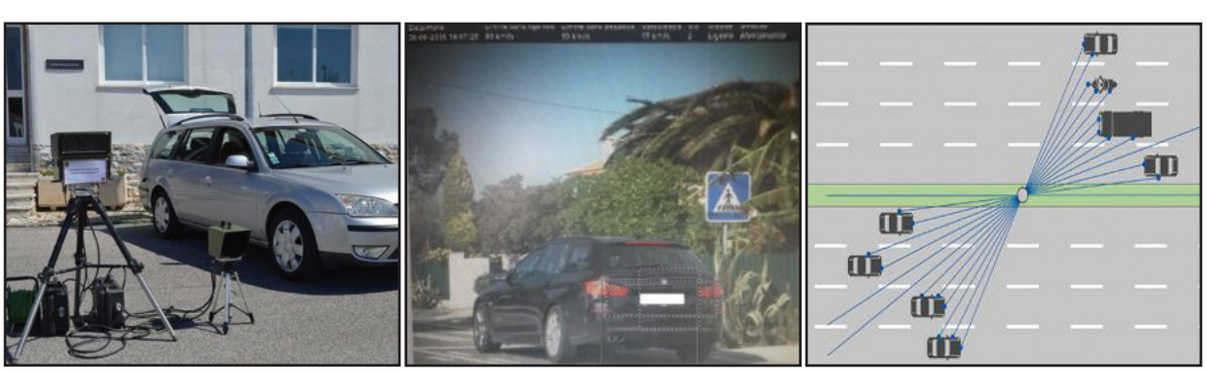
O sistema de medição, além da determinação das velocidades médias, deverá gravar todos os dados e imagens, veículo a controlar (matrícula legível) e pontos de referência, em cada uma das quatro modalidades já descritas no cinemómetro de perseguição anterior. Sendo que a principal diferença entre os dois cinemómetros de perseguição, com sistema Provida, tem a ver com o armazenamento das imagens e a proteção/segurança desses dados gravados, nomeadamente o sistema anterior grava os dados de forma analógica, vídeo cassete (VHS) e este sistema grava os dados de forma digital (DVR)

De salientar que estes aparelhos de registo de vídeo não se limitam exclusivamente a controlo da velocidade, mas também a manobras perigosas e comportamentos que colocam em risco os outros utentes da estrada.

- Cinemómetro-*laser* a tempo de voo, designado por LIDAR, marca Vitronic, modelo Poliscan Speed M1 HP [17], fabricado pela VITRONIC. Este cinemómetro-*laser* é colocado sobre um tripé e faz a medição da velocidade de veículos automóveis em afastamento e/ou aproximação. Utiliza, como princípio de medição, os tempos de voo dos impulsos de um feixe *laser* na reflexão no veículo alvo, com um alcance máximo de 250 km/h. O lidar varre uma porção da faixa de rodagem, podendo abranger até quatro vias de trânsito, numa distância entre 10 m e 75 m. Após interação com o alvo, os impulsos laser são refletidos e difundidos para o recetor do cinemómetro lidar que determina a distância do alvo a partir dos tempos de voo dos impulsos. Estas determinações são efetuadas com uma taxa de repetição de 100 Hz e as velocidades médias são deduzidas para cada veículo sob o alcance do feixe. Um sistema de duas câmaras fotográficas, de matriz de alta resolução, inicia a aquisição de imagens quando o valor da velocidade ultrapassa um limite predefinido. A imagem com o registo do veículo infrator apresenta a matrícula, o local do registo, a data, a hora, o valor da velocidade medida, a identificação do operador e a validade da verificação, em formato proprietário de forma muito célere. Além disso, a matrícula do veículo infrator é identificada na fotografia por uma moldura que enquadra a matrícula.

As imagens registadas e gravadas são protegidas através de marcas de água digitais e códigos que são gerados automaticamente.

De salientar que todos os aparelhos de controlo de velocidade e os de controlo de peso devem ser operados por operadores certificados que têm a devida formação específica de credenciação para cada tipo de aparelho.



Instalação em tripé, prova fotográfica e controlo de quatro vias de trânsito

17 - Aprovado pelo despacho n.º 12226/2012, Diário da República de 03 de setembro. ANSR.

Câmara de Captura de Matrículas

O sistema de captura de matrículas, aprovado pela ANSR[18], para uso no controlo do trânsito, da marca P362 e fabricado pela *PIPS Tecnhnology, Ltd,* permite a captura de imagens que são transmitidas para um sistema de Reconhecimento Automático de Matrículas (ANPR[19]) instalado num computador. A adoção por este tipo de tecnologia tem vindo a crescer em todo mundo, considerando a capacidade de fornecer informações mais precisas e oportunas no que diz respeito à fiscalização de veículos que se encontrem em situação irregular, como seja a falta de seguro automóvel de responsabilidade civil, a falta de pagamento do imposto único de circulação, pedidos de apreensão de veículos solicitados por diversas entidades e deteção de viaturas associadas a práticas de natureza criminal. Este sistema pode ser constituído por uma câmera CCD[20] a cores ou monocromática de elevada sensibilidade a infravermelhos, sendo esta rodeada por conjunto de emissores de luz infravermelha de díodos (LED). A câmara encontra-se integrada numa caixa de metal resistente, que garante a sua impermeabilidade, permitindo a sua utilização em condições de vento ou chuva.

A eficiente e eficaz utilização deste sistema encontra-se, inevitavelmente, dependente da ligação às bases de dados onde se encontram alojadas as informações sobre os veículos a detetar, bem como da sua atualização.

Viatura caraterizada equipada com câmara de captura de matrículas - câmara de captura de matrículas - *Software* para ANPR

18 - Aprovado pelo Despacho n.º 19874/2009, Diário da República de 01 de setembro, ANSR
19 - *Automatic Number Plate Recognition*
20 - *Charge-Coupled Device*

Referências bibliográficas

Manuais:
Micotec (2009). *Balança Pesa Eixos-Captels*.
Micotec (s/d). *Plataformas de pesagem de rodas BPRC-Giropes.*
Documentos da *internet:*
ANSR (s/d). *Manual de procedimentos de aprovação do uso de equipamentos de controlo e fiscalização do trânsito*. Retirado: outubro, 06, 2015, de http: //www.ansr.pt/ControloFiscalizacao/Documents/Manual%20de%20procedimentos/Manual%20de%20Procedimentos.pdf.
Legislação e documentos institucionais:
Despacho n.º 28664/2008, Diário da República de 7 de novembro. *ANSR*.
Despacho n.º 19684/2009, Diário da República de 25 de junho. *ANSR*.
Despacho n.º 21240/2008, Diário da República de 13 de agosto. *ANSR*.
Despacho DGV 31-05-1993. *DGV*.
Despacho n.º 13179/2008, Diário da República de 2 de maio. *ANSR*.
Despacho n.º 15919/2011, Diário da República de 23 de novembro. *ANSR*.
Despacho n.º 14211/2013, Diário da República de 03 de outubro. *ANSR*.
Despacho n.º 01/CÓP/DGV/CINERAD/99, Diário da República de 18 de março. *DGV*.
Despacho n.º 16133/2009, Diário da República de 02 de julho. *ANSR*.
Despacho n.º 12226/2012, Diário da República de 03 de setembro. *ANSR*.
Despacho n.º 11037/2007, Diário da República de 24 de abril. *IPQ*.
Despacho de aprovação, Diário da República de 12 de julho de 1991. *IPQ*.
Despacho n.º 8334/2012, Diário da República de 15 de março. *IPQ*.
Despacho n.º 3981/2013, Diário da República de 06 de fevereiro. *IPQ*.
Despacho de aprovação do modelo 111.25.97.3.42, Diário da República de 03 de agosto de 1998. *IPQ*.
Despacho n.º 1649/2009, Diário da República de 14 de janeiro. *IPQ*.
Despacho n.º 7959/2012, Diário da República de 31 de maio. *IPQ*.

D. Pedro de Menezes
Primeiro Governador de Ceuta

D. MARIA MAFALDA DA SILVA DE NORONHA WAGNER,
Marquesa de Vagos
(Historiadora, Representante de D. Pedro de Menezes e da Casa de Vila Real)

Túmulo Monumental de D. Pedro de Menezes,
1.º Conde de Vila Real, 1.º Capitão-General e Governador de Ceuta
Igreja de Santa Maria da Graça, Santarém
(calcário com vestígios de policromia, séc.XV)

No dia 17 de Outubro de 2015, realizou-se em Santarém, com apoio da autarquia scalabitana uma Cerimónia de Homenagem Nacional a D. Pedro de Menezes, primeiro Governador de Ceuta, que contou com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República e uma guarda de honra prestada por militares da Guarda Nacional Republicana.

Pela importância determinante que constituiu a tomada e manutenção de Ceuta no desenvolvimento da Expansão Marítima e o papel fulcral de D. Pedro de Menezes, transcreve-se um texto redigido por uma sua descendente, que ilustra bem a importância da decisão de permanecer naquele território para o futuro de Portugal, a valentia e os sacrifícios vividos pelo primeiro Governador de Ceuta.

«Evocando o relevante e patriótico contributo dado pela Guarda Nacional Republicana na "Cerimónia de Homenagem Nacional a D. Pedro de Menezes, 1º Governador de Ceuta e do Império" – realizada em Santarém no dia 17 de Outubro de 2015 – para que à mesma fosse conferida maior solenidade e um cariz que se adequasse à sua extraordinária prestação militar na referida praça, acontecimento que contou, também, com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, anexo um texto que redigi, na ocasião, sobre essa heróica figura da nossa História (Introdução da Autora).»

«Comemora-se, neste ano de 2015, o **6.º Centenário da Tomada de Ceuta**, primeira praça de Além-mar conquistada pelos Portugueses, em 21 de Agosto de 1415 – data que assinala não só o início da Expansão Marítima, a grande gesta nacional, como constitui, também, o ponto de partida da, hoje tão falada, globalização.

A esse importante marco da História-Pátria e Universal, está intrinsecamente ligado D. Pedro de Menezes, 1.º Conde de Vila Real, seu 1.º Capitão-General e Governador, cuja actuação foi determinante para que se conservasse Ceuta, encontrando-se o magnífico túmulo em que está sepultado na Igreja de Santa Maria da Graça de Santarém.

D. Pedro de Menezes, que era Alferes-mor do Infante D. Duarte, participando do entusiasmo dos Príncipes de Avis, deu o seu contributo para a expedição que se organizava, abastecendo à sua custa sete navios e, tal como relata o Cronista-mor, Gomes Eanes de Zurara, que historiou toda a operação militar, interveio na conquista da cidade, tendo-lhe cabido, ainda, ir hastear a bandeira do Herdeiro da Coroa – que, equivaleria, na sua representatividade, ao Estandarte Real – na *Torre de Fez*, a mais alta de Ceuta, que se erguia já fora do reduto do castelo, entretanto tomado, e onde tinha sido colocada a bandeira de Lisboa. Objectivo que envolvia riscos, uma vez que para o atingir, tinha que transpor uma porta na muralha onde, com os que o acompanhavam, teve novo confronto com os Mouros, que mataram um Alferes de D. Henrique de Noronha, mas que concretizou com êxito, ficando assim simbolicamente assinalada a conclusão do feito de armas e a vitória dos Portugueses.

Tendo o Rei decidido que se mantivesse Ceuta, perante a recusa dos três mais prestigiados chefes militares – o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, o Marechal Gonçalo Vaz Coutinho e Martim Afonso de Melo, Guarda-mor da Pessoa Real – à sua proposta para ficarem a capitanear a cidade recém-conquistada e, não obstante as dificuldades que se previam na defesa e conservação de um enclave em território inimigo, agravadas pelo empenho que os Mouros poriam na recuperação desse afamado empório comercial, que Zurara qualifica como "a flor daquela terra de África", D. Pedro de Menezes, demonstrando grande heroísmo, ofereceu-se para ocupar aquele posto, tendo sido o 1.º Governador de Ceuta e do Império.

Ficando profundamente reconhecido, considerou D. João I que, naquelas circunstâncias, essa iniciativa não procedia senão de "grandeza de coração", isto é, de uma enorme bravura.

Acrescenta o Cronista que, após ter requerido o cargo, foi D. Pedro de Menezes repreendido por alguns de seus parentes e amigos que ali se encontravam, por acharem que Ceuta "era cousa que se não podia manter".

Mandou, entretanto, El-Rei ao Infante D. Henrique que fosse dar a posse do castelo a D. Pedro de Menezes, dispensando-o da habitual "menagem" (homenagem; juramento) e fazendo-lhe a entrega das suas chaves.

Preparando-se para partir, na presença geral, conferiu-lhe D. João I todo o poder de que estava investido, para que pudesse mandar na cidade como ele próprio faria se presente fosse, o que constituía um caso excepcional de delegação das atribuições régias.

Disse-lhe, ainda o Rei: "Nom pemseis que nom conheço com quamto trabalho, assy do espirito como do corpo, se isto há-de comprir."

Depois da largada da frota que levava o Rei e os Infantes, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, de regresso ao Reino, começou o Capitão-General (designação dada, nesta época, ao substituto do Rei num exército, razão pela qual foi assim chamado o comandante do primeiro posto avançado dos Portugueses no Norte

de África), de imediato, a organizar a "guarda" da cidade, confiada à sua lealdade e prudência e, fiel à promessa que fizera a D. João I, defendeu durante 22 anos, contra todas as expectativas e a despeito das fortes investidas dos Mouros, com os quais travou renhidos combates, tendo neles sido, segundo a sua inscrição tumular, "**sempre vencedor e nunca vencido**!" Recebido e celebrado na Corte, quando das suas duas únicas vindas ao Reino – em 1424 e 1432 – como um grande Herói e distinguido com inúmeras mercês e honrarias, entre as quais a concessão dos títulos de 1.º Conde de Vila Real e de 2.º Conde de Viana do Alentejo, em que se torna patente o reconhecimento régio pelos muitos e assinalados serviços de D. Pedro de Menezes à Pátria.

Por mandato de D. Afonso V, os seus feitos ficaram perpetuados na Crónica escrita por Gomes Eanes de Zurara, Cronista-mor de Portugal – *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes* – e, tal como se diz no *Prólogo* da mesma, aquele Rei fê-la traduzir, posteriormente, para a língua latina, na época, o idioma universal, por seu Mestre, o conceituado humanista italiano Mateus de Pisano, "porque nom soomente os seus naturaes ouvessem conhecimento e saber das grandes Cavallarias daquelle Conde, (...) mas que ainda fossem manifestos a todo conhecimento de toda a Nobreza da Christandade. (...)", isto é, para que as suas proezas guerreiras em Ceuta, tivessem difusão internacional.

Também Camões exaltou esse extraordinário esforço bélico de D. Pedro de Menezes em Ceuta, n'*Os Lusíadas* (canto VIII, estrofe 38), onde evoca os dois grandes cercos Mouros, a que fez frente em 1418 e 1419:

"Vês o conde Dom Pedro que sustenta
Dous cercos contra toda a Barbária?",

e nas *Éclogas* (Écloga I, versos 13-20), aludindo ao famoso bastão com que o Rei simbolicamente o empossara e que, ainda hoje, se conserva em Ceuta, nas mãos de Santa Maria de África, sendo usado na cerimónia de investidura dos seus Governadores:

"Enquanto do seguro zambujeiro
Nos pastores de Luso houver cajados,
E o valor antigo, que primeiro
Os fez no Mundo tão assinalados,
Não temas tu, Frondélio companheiro,
Que em nenhum tempo sejam sojugados,
Nem que a cerviz indómita obedeça
A outro jugo algum que se ofereça."

Ao conseguir defender aquele importante ponto estratégico entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo, considerado "a chave de toda a Espanha" – situação que a antiga bandeira de Ceuta com as suas duas chaves de oiro sobre fundo vermelho, ilustra – implementando uma eficaz rede de espionagem e alargando, ainda, a sua intervenção à área marítima, interceptando e impedindo a circulação de embarcações inimigas no Mediterrâneo e controlando, a partir do Estreito de Gibraltar, a navegação no Atlântico – o que permitiu o avanço dos Descobrimentos naquele espaço e ao longo da costa africana – D. Pedro de Menezes possibilitou a concretização da política da Coroa que determinara a conquista daquela praça e assegurou novos destinos a Portugal rumo à glória do Império!

Por isso é considerado "o primeiro Grande Vulto da nossa Epopeia Ultramarina".

Morreu D. Pedro de Menezes em Ceuta, a 22 de Setembro de 1437, ao cabo de vinte e dois árduos anos, em que praticamente não despiu a cota de malha, devido ao contínuo estado de alerta que era preciso manter para prevenir os frequentes ataques dos Mouros. Segundo Zurara, "sofrendo" muito trabalho para a defesa da cidade, chegando a pelejar duas vezes por dia e na qual rondava quase todas as noites, pelo que a sua cota – composta por elos metálicos – ao fim de dezasseis anos, se rompeu nalgumas partes, "como se fora saio de pano."

Após as solenes exéquias que aí lhe foram feitas, veio a ser trasladado, por sua expressa vontade, para o Convento de Santo Agostinho de Santarém, mandado edificar, assim como a respectiva igreja (actual Igreja de Santa Maria da Graça) por seus avós – os 4.os

Condes de Barcelos e 1.os de Ourém, D. João Afonso Telles de Menezes e D. Guiomar de Vilalobos, bisneta do Rei D. Sancho IV de Castela, figuras proeminentes da nobreza nos reinados de D. Pedro I e de D. Fernando – e destinada por estes para Panteão da sua linhagem. Aí seria, posteriormente, sepultado numa imponente arca tumular que, evidenciando a importância política do 1.º Governador de Ceuta, seria colocada no cruzeiro, junto à Capela-mor.

Quando da chegada ao Reino do corpo de D. Pedro de Menezes – "o glorioso defensor de Ceuta" – foi este recebido pelo Rei D. Afonso V, pelo Infante D. Fernando, seu irmão, e pelo Regente D. Pedro, que lhe prestaram as maiores honras.

O seu túmulo em calcário e, originariamente, policromado, é um mausoléu monumental, assente sobre oito leões, estando as estátuas jacentes, que representam D. Pedro de Menezes e sua terceira mulher, D. Beatriz Coutinho, tal como no túmulo real da Batalha, lado a lado, de mãos dadas, relevadas na tampa do sarcófago, com os pés apoiados em mísulas de figurações simbólicas e as cabeças manteladas por baldaquinos de carácter arquitectural.

Na decoração do mesmo, para além dos escudos heráldicos, pode ver-se, multiplicada, a sua divisa – a palavra *Aleo*, circundada por uma orla de carrascos, cujas folhas recortadas e espinhosas, ilustram bem a dificuldade da empresa para a qual se ofereceu em Ceuta.

Na qualidade de Representante dessa notável figura, com dimensão internacional e intemporal, que foi D. Pedro de Menezes, 1.º Governador de Ceuta e do Império, cujos serviços prestados à Pátria são notórios, agradeço, uma vez mais, todo o empenho e envolvimento manifestado pelo Comando da Guarda Nacional Republicana, assim como a presença de quantos participaram no cerimonial que decorreu no passado – mas inesquecível – dia 17 de Outubro de 2015 em Santarém.»

No âmbito do 6.º Centenário da Tomada de Ceuta, foi editada em fac-símile, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em parceria com a Câmara Municipal de Santarém e a Biblioteca Nacional de Portugal, a *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, da autoria de Gomes Eanes de Zurara, Cronista-mor de Portugal e Guarda-mor da Torre do Tombo, que se encontrava esgotada.
Trata-se de uma Edição Comemorativa, de tiragem limitada – 500 exemplares numerados – com Nota Prévia redigida pela sua actual Representante e Prefácio da Presidente da Academia Portuguesa da História, tendo na capa a reprodução de uma iluminura sobre pergaminho (executada em Ceuta, no ano de 1431) com as armas de D. Pedro de Menezes, considerada a mais antiga iluminura heráldica portuguesa que se conhece.

Nota sobre o Acordo Ortográfico – A Autora não segue o actual Acordo Ortográfico.

Igreja de Santa Maria da Graça (Santarém)
Início de construção 1380
Conclusão 1º Quartel Séc XV

O Desenrolar dos Anos Uma Perspetiva de Saúde

MARIA DE FÁTIMA FERRO
Psicóloga
Centro de Psicologia e Intervenção Social

O objetivo de escrever um texto sobre os(as) Militares que passam à reserva fora da efetividade de serviço (RFES) ou que se reformam, surgiu da observação e convivência durante mais de dezanove anos, com profissionais da Guarda Nacional Republicana que se encontram, muitas vezes, afastados do convívio das suas Unidades e das atividades habituais, inativos, não exercendo outra ocupação, remunerada ou não. Pretendemos identificar possíveis aspetos que possam configurar o processo de envelhecimento na sociedade atual, sobretudo nos Militares. Especificamente os diferentes conceitos utilizados para definir este processo em relação a diferentes dimensões, e apresentar algumas perspetivas funcionais.

Ancoramos as nossas reflexões na tese de que as sociedades, na sua maior parte, supervalorizam a atividade profissional, e quando esta deixa de ser exercida as pessoas podem adoecer, comprometendo a qualidade do seu envelhecimento. Começam a faltar-lhes capacidades e condições (individuais, sociais e económicas) para incorporarem e priorizarem outras atividades e valores nas suas vidas, quando não tem de ser forçosamente assim.

A partir da revisão de literatura, conclui-se que a idade cronológica não é a única forma de podermos avaliar o processo de envelhecimento. Esta é uma etapa muito mais complexa de interação de todos os fatores envolvidos: biológicos, psicológicos e sociais. Estes apresentam uma influência variável nos indivíduos, contribuindo para a variação das intempéries da passagem do tempo. Biologicamente, as alterações podem ocorrer ao longo de um certo período, mas não são por si só, necessariamente, a causa de todas as mudanças.

Embora esta categorização seja bastante usual, verifica-se cada vez mais que este processo é uma experiência heterogénea, vivida individualmente de uma forma positiva ou negativa, em consonância com a história de vida da pessoa e da representação que está enraizada na sociedade em que vive. Assim, pode dizer-se que não é importante a quantidade de anos que o indivíduo tem, mas sim, o que ele fez com os anos que viveu, o que vai fazer com os que vai viver, e como a sociedade trata alguém que tem aquela idade.

Vários estudos realizados em sociedades que não são ocidentais, apresentam imagens positivas do envelhecimento, ensinando que a representação desta etapa, enraizada nas ideias de deterioração e perda, não é Universal. Estas conceções não são mais nada do que o resultado de uma construção temporal, social e cultural, feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são

atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias.

Para estes valores, as perdas podem ser compensadas por ganhos em sabedoria, conhecimento e experiência. Na maior parte das vezes, o declínio no funcionamento cognitivo é provocado mais por desuso (falta de prática), doenças (como depressão), fatores comportamentais (consumo de álcool e medicamentos), fatores psicológicos (por exemplo, falta de motivação, de confiança e expetativas baixas) e fatores sociais (solidão e isolamento), do que pelo envelhecimento em si (*World Health Organization* - WHO, 2005).

Por sua vez, o *status* negativo que por vezes é atribuído às pessoas com mais idade, está relacionado com a ênfase contemporânea que é colocada nos padrões de juventude, beleza, autonomia, independência e na capacidade de se ser produtivo. Assim, o «envelhecer» assume uma conotação depreciativa, remetendo à perda de atributos tão valorizados pelo meio social e, simultaneamente, pelo próprio.

Para Helman (2005), na sociedade moderna, as pessoas idosas tendem a ter um *status* muito mais baixo, pois, atualmente, é atribuído ao jovem maiores capacidades, e, um conhecimento mais amplo em determinadas áreas da vida, nomeadamente para absorverem e compreenderem as últimas inovações tecnológicas. Eles têm acesso a muito mais fontes exteriores de conhecimento do que tiveram os seus pais e avós pelos meios de comunicação social, livros e internet.

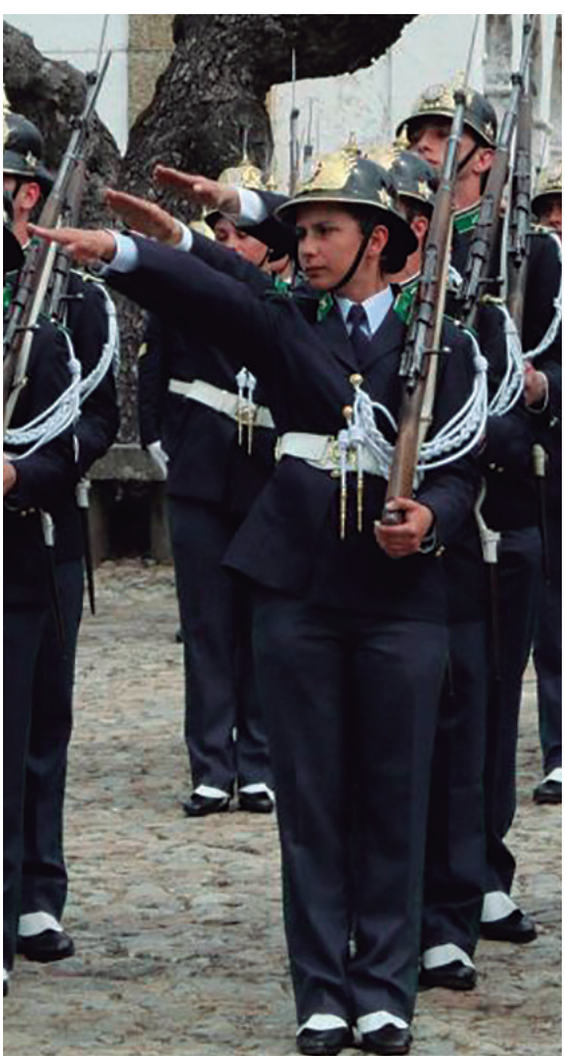
A idade é uma categoria embutida dentro de ela mesma, sendo discutível. Enquanto todos os outros estádios da vida são planeados e construídos social e culturalmente e não existem conflitos para tentarmos eliminar a infância, a adolescência e a idade adulta do panorama do desenvolvimento humano, o envelhecimento é colocado à margem (Andrews, 1999), pois ao mesmo tempo que as pessoas querem viver mais, não querem ficar «velhas» nem parecerem «velhas».

Para os Militares em particular, esta passagem, a possível perda da capacidade funcional, a adaptação à vida fora dos quartéis, a reinvenção do convívio contínuo com os familiares e amigos, a eventual redução salarial, e a falta de atividades alternativas, são questões fundamentais no contexto da transição da vida ativa para a RFES, ou reforma.

Num estudo exploratório realizado por Duarte (2017), os Militares inquiridos da Guarda Nacional Republicana, referem que, neste período, algo que os preocupa é: o excesso de tempo livre e sem ocupação, a possível ideia de haver novas alterações legislativas (externas ou internas à instituição) que

possam retardar o ingresso na situação de Reserva e os aspetos explícitos ligados à remuneração (os futuros cortes derivados das alterações legislativas, ou ainda, o facto de terem sido penalizados monetariamente nos últimos anos).

Verifica-se também que, para vários trabalhadores, a reforma é vista como um momento de descanso, após longos anos de atividade profissional. Todavia, para muitos Militares o «voltar ao lar», não corresponde às expetativas de descanso e convívio familiar que muitas vezes esperaram.

Esta transição, por vezes, gera dificuldades de adaptação a uma nova forma de vida que surpreende aqueles que não se prepararam para conviver com as mudanças nas suas práticas e hábitos diários.

A passagem à inatividade muda as disciplinadas rotinas que viveram nos quartéis durante muitos anos, e, apesar da sensação de liberdade e do dever cumprido, pode ser difícil a gestão do tempo livre.

A vida Militar está pautada por normas institucionais que acabam por ter impacto não só neles próprios, como também nos seus familiares, seja pelo comportamento disciplinador que extrapola os muros dos quartéis, seja pelas ausências devido às exigências do serviço. Assim, a RFES ou a reforma, acaba por ser um momento de reencontro e reflexão sobre a relação deste com a sua família. E muitas vezes é vista como uma nova fase e recomeço.

Muitos deles passam para esta situação relativamente cedo, estando o cônjuge ainda no ativo e longe de ter disponibilidade, o que se pode traduzir num impedimento para que se volte à «terra» ou se façam deslocações/viagens.

Por mais que o ato de envelhecer seja individual, o ser humano não vive sozinho, vive em comunidade. Desta forma, recebe influências, e influencia a sociedade de uma maneira geral e a sua família em particular. Neste contexto, esta passagem não é um ato que impregna de sentido apenas o Militar, mas também os que o rodeiam.

Começam a ser desenhadas construções sociais muitas vezes carregadas de simbolismos das experiências compartilhadas no passado, que se traduzem numa linguagem própria. Estes continuam a ir à Unidade onde estavam, ou continuam a frequentar as suas messes, tentando manter um diálogo vivo com quem partilha os mesmos interesses. No entanto, referem sentir um choque geracional que por vezes se traduz na forma como acham que são tratados, sentindo-se por vezes excluídos de uma nova realidade institucional.

Por outro lado, e de um ponto de vista social mais alargado, o contrato estabelecido entre a sociedade, as Forças Armadas e as Forças de Segurança – em particular a GNR, define que ao Militar cabe defender os poderes constituídos, a população e o Território Nacional, mas a passagem à RFES ou reforma,

desencadeia mudanças substanciais neste contrato. Este perde esse papel, e as suas relações de poder e micropoderes passam a ser outras. Entra no anonimato, e tal como muitos outros trabalhadores, passa a ser um «Ex.». Muitos deles, ao irem para esta fase, queixam-se dos tratamentos «não diferenciados» que lhes são dados, pelo facto de já não estarem no ativo. É como se perdessem o seu estatuto e a sua importância, inclusive nas Unidades onde estavam.

É necessário criar um conjunto de políticas focalizadas na necessidade de instituir ações para os preparar para esse momento de transição. Manter um canal de comunicação ativo entre estes, facilitando a localização de antigos companheiros, manter notícias atualizadas, convites para eventos, etc.

Saber superar as adversidades determina o nível de adaptação a mudanças e a crises próprias desse processo (WHO, 2005). «Os Homens e as mulheres que se preparam para a velhice e se adaptam às mudanças, fazem um melhor ajuste na sua vida depois dos 60 anos» (p.27).

Os Militares podem apresentar uma capacidade imensa de encarar as novas situações e de pensarem em estratégias que sirvam como fatores protetores. O conceito de resiliência, que pode ser definido como a capacidade de recuperação e manutenção do comportamento adaptativo, mesmo quando ameaçado por um evento stressante, e o de plasticidade, caraterizado como o potencial para a mudança, podem ser vividos e constituem fatores indispensáveis para um envelhecimento bem-sucedido.

Esta fase do ciclo vital é um momento propício para novas experiências e para a continuidade do desenvolvimento e produção social, cognitiva e cultural. As experiências e os saberes acumulados ao longo da vida podem ser vistos como ganhos a serem otimizados e utilizados em prol do próprio e da sociedade.

É necessário que haja uma reeducação quanto à superação de ideias preconceituosas. O envelhecer é aceitar-se a idade e ser-se orgulhoso dos muitos anos que conferem experiência, sabedoria e liberdade.

O «ser uma pessoa ativa» pode ser um estilo de vida e dentro desta perspetiva, o envelhecimento pode ser considerado uma fase boa, não rotulada apenas pelas perdas, mas também reconhecida pelos ganhos e pela administração das transformações, cabendo ao próprio potencializar os próprios recursos e atuar na autoconstrução da sua subjetividade e identidade.

Bibliografia

Andrews, M. (1999). The seductiveness of agelessness. *Ageing and Society*, 19 (3), London: Cambridge University Press, 301-318.

Duarte, C. (2017). *Percepção da Situação de Reserva em Militares da GNR: Estudo exploratório e comparativo entre Oficiais e Guardas*. Trabalho da Unidade Curricular «Análise de Conteúdo à Análise Quantitativa: Potencialidades do Maxqdade». Pós-graduação de Análise de dados em Ciências Sociais, ISCTE. Trabalho não publicado.

Helman, C. (2005). Cultural aspects of time and ageing: time is not the same in every culture and every circumstance; our views of ageing also differ [Special Issue]. *European Molecular Biology Organization* (EMBO), 6 (S1), S54-S58. Retrieved from https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1369268/.

World Health Organization. (2005). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde* (S. Gontijo, Trad.). Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. (Trabalho original publicado em 2002).

As Forças de Segurança como Fontes de Informação nas Notícias*

1.º Sargento de Cavalaria
LURDES GONÇALVES
Mestre em Jornalismo Comunicação e Cultura

«As fontes deixaram de ser pessoas que detinham ou retinham informações. Passaram a ser instituições produtoras ostensivas dos conteúdos da atualidade (...) Pensam, agem e dizem pelo que noticiam, exercitando aptidões que lhes garantem espaço próprio nos processos jornalísticos, nos quais agem como agentes geradores de notícias, reportagens, entrevistas e até artigos.»

Manuel Chaparro,
in «Cem Anos de Assessoria de Imprensa»

INTRODUÇÃO

Numa sociedade globalizada, concorrida e saturada de informação, as organizações que procuram notoriedade têm um cuidado acrescido no relacionamento com os seus diferentes públicos e diferenciam-se muito através da forma como gerem a comunicação. Comunicar de forma pautada e regular, utilizando todos os recursos humanos, materiais e financeiros ao alcance de cada uma, é enunciar um posicionamento junto da opinião pública e consolidar uma imagem credível. Cativar os públicos e satisfazer as suas necessidades, quer no âmbito dos serviços ou no plano informativo, devem fazer parte da rotina diária de instituições que visam angariar valor e reputação. A imagem institucional é construída à volta de ações que, através da comunicação, dão a conhecer a política e cultura institucionais (Carvalho, 2012).

Hoje, o valor e a imagem de um serviço, produto, ideia, missão ou marca levam tempo a construir e a consolidarem-se de forma gradual, emergindo do modo como se colocou no mercado, ou na sociedade, sob estratégias comunicacionais pensadas ao pormenor, e as forças de segurança têm tudo o que é necessário para triunfar nesta área da comunicação. São instituições centenárias, em que a missão, a cultura e a política institucional têm um relevo em toda a sua funcionalidade. A GNR abrange cerca de 95% do território nacional, enquanto a PSP, a restante percentagem (5%). Apesar da enorme diferença de abrangência territorial, importa referir que a PSP se encontra nos grandes centros urbanos, enquanto a GNR se assume como polícia em localidades de menor população. Este fator por si só é gerador de notícias oportunas, pertinentes e em tempo real, notícias que a comunicação social pretende levar a todos os cidadãos, tornando-se por isso necessário que haja uma divulgação das informações recolhidas por todos os elementos das forças de segurança, em todos os Postos Territoriais, Esquadras e Unidades Especiais de ambas as forças.

A PSP e a GNR terão uma assessoria de imprensa e relações públicas eficazes, se conseguirem analisar todas as notícias, fazer uma triagem e por fim, fornecer as informações que os órgãos de comunicação social procuram. Com isto, estarão a ter uma ação pró-ativa em relação aos órgãos de comunicação social, isto é, não esperar que sejam eles a procurar, mas sim as forças de segurança a procurá-los de forma a fornecer os pormenores relevantes, sempre acautelando a reserva, aten-

* Resumo da dissertação de Mestrado, com o mesmo título, apresentada na Escola Superior de Educação de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre.

dendo às operações ou investigações em curso.

É, por isso, importante que as forças de segurança se afirmem como fontes de informação credíveis e sistemáticas dos órgãos de comunicação social, para que estes vejam nelas a primeira hipótese de procura de informação, antes de noticiarem temas provenientes de outras fontes.

No contexto das forças de segurança e para o desenrolar do trabalho, o rol de ações desencadeadas por todo o dispositivo nacional envolve frequentemente contactos com a comunicação social, quer por iniciativa de um, quer por iniciativa de outro.

É fundamental que as instituições tenham uma imagem coerente e cuidada em toda a presença na internet, uma vez que a imagem deve ser vista como fator valioso no reconhecimento que uma instituição tem com os seus utilizadores. Neste alinhamento, Figueiredo (2004:186) afirma que «num *site* institucional vende-se a instituição, a sua eficácia e o seu trabalho».

Em contrapartida, o jornalismo vive com um propósito: a transformação da informação em notícias. Tal como afirma Nelson Traquina (1999: 169), «as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a perceção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)».

Os jornalistas interessam-se por fontes capazes de fornecer toda a informação credível que necessitam para que o produto noticioso possa ser trabalhado. As fontes estão interessadas em que os jornalistas usem o que elas pretendem, ou seja, se as relações públicas e assessoria de imprensa nas forças de segurança procuram ser fonte de informação, e os jornalistas procuram notícias, encontramos uma oportunidade de ambos colaborarem para o mesmo fim: fazer chegar informação ao público.

Neste resumo de dissertação pretende-se observar o modo como as forças de segurança pública (Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana) funcionam como fonte de informação. Para isso propõe-se a observação das notícias publicadas em dois jornais diários portugueses, o *Correio da Manhã* e o *Público*, nos períodos de 15 a 21 de setembro, 13 a 19 de outubro e 17 a 23 de novembro, 15 a 21 de dezembro de 2014, tendo ainda por base os *sites* institucionais da GNR e PSP e os comunicados difundidos por estas aos Órgãos de Comunicação Social nestes períodos. O estudo corresponde a 28 dias com 46 edições e foram analisados 184 documentos publicados pelas forças de segurança e 502 peças jornalísticas publicadas pelos jornais.

Em tempos de constantes mudanças, em que a informação circula rapidamente na internet e está acessível a todos, os profissionais de comunicação e relações públicas tendem a preocupar-se cada vez mais com o que publicam e como publicam. Por isso consideramos relevante ter como objeto de estudo as notícias publicadas pelos dois diários referidos, no sentido de comparar estas informações com o que é publicado no *site* institucional da PSP e da GNR pelos Gabinetes de Comunicação e Relações Públicas.

Exemplos

Texto publicado no *site* da GNR

- *Ex: «Ponte de Sor - Detido por furto em residência*

Militares do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Ponte de Sor detiveram, em flagrante delito, durante a manhã do passado dia 15 de setembro, um indivíduo de 45 anos, pelo crime de furto em interior de residência.

No decurso de uma ação de patrulhamento, o indivíduo foi surpreendido no interior do quintal de uma residência, em Ponte de Sor, de onde tentava subtrair uma bomba de rega no valor de 400€. O detido foi presente no dia de ontem ao Tribunal, tendo sido libertado sob a medida de coação de Termo de Identidade e Residência.»

- (Publicado a 17/09/2014 em www.gnr.pt)

I - Breve publicada no *Correio da Manhã*

PONTE DE SOR

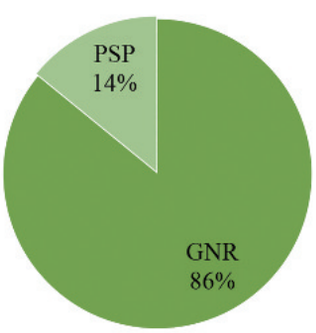
Detido a furtar

A GNR anunciou ontem a detenção de um homem de 46 anos, em Ponte de Sor, enquanto furtava no quintal de uma residência. Tentava levar uma bomba de água.

(Publicada em 18/09/2014, página 12, *Correio da Manhã*)

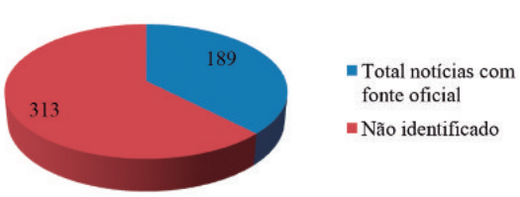
DISCUSSÃO DE DADOS

Nos períodos em análise, verificamos um grande número de notícias publicadas acerca das forças de segurança. Contudo, comparando os dois jornais analisados, aquele que contribuiu com mais publicações foi o *Correio da Manhã* com 482 peças, enquanto o *Público* apenas com 20. Através da análise de todas as notícias dos jornais diários verifica-se que no *Correio da Manhã* aparece mais do que uma notícia que refere e desenvolve a participação da GNR ou PSP em qualquer atividade. Já no que concerne o *Público*, as peças são em número reduzido e a maior parte aborda assuntos do Ministério da Administração Interna. O período de análise coincidiu com a escolha e tomada de posse da nova ministra, pelo que isso se refletiu no tema das notícias publicadas pelo *Público*.



Ao comparar o número total de notícias com o número de notícias por fonte de informação, verificamos que o número de notícias feitas com base em fontes oficiais é reduzido.

Comparação fontes noticiosas

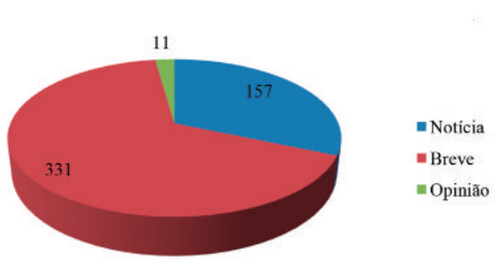


De 502 peças jornalísticas, 189 foram redigidas com base nos documentos emitidos pelos gabinetes de informação das forças de segurança, revelando que 21% do publicado refere-se à fonte de informação ou foi possível identificar essa fonte pelo conteúdo e estrutura dos textos publicados.

A GNR publicou mais 132 documentos do que a PSP, mas esta diferença não significa que ao analisar um período maior, se continuasse a verificar a mesma discrepância entre forças de segurança, uma vez que o fluxo de acontecimentos não é programado.

No que toca à análise dos géneros jornalísticos, constata-se o predomínio do uso da «breve» e em segundo lugar, a notícia. O terceiro género jornalístico usado é o artigo de opinião, geralmente através de frases ou declarações sobre algum tema, mas muito pouco desenvolvidos. No geral não se verifica um desenvolvimento do que é divulgado pelas forças de segurança.

Géneros jornalísticos

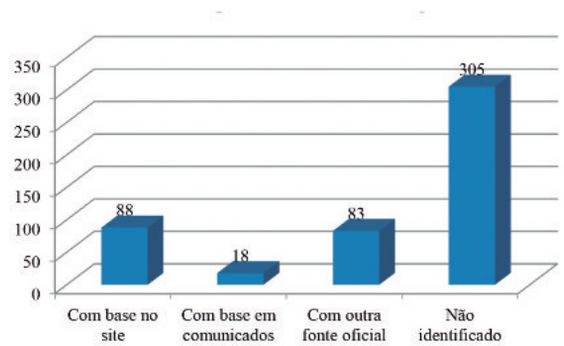


Na análise de valores-notícia de construção presentes, verificamos que a personalização supera os restantes, uma vez que a maior parte das notícias davam valor à pessoa, ao facto de ser «um homem», «dois indivíduos» ou por ser «o agente» ou «o porta-voz» o interveniente principal na ação, verificando-se uma valorização das pessoas envolvidas no acontecimento (gráficos seguintes).

O valor-notícia mais relevante como seleção é a infração, aparecendo 107 vezes nas notícias publicadas. De facto verificamos que as forças de segurança servem como fonte de informação

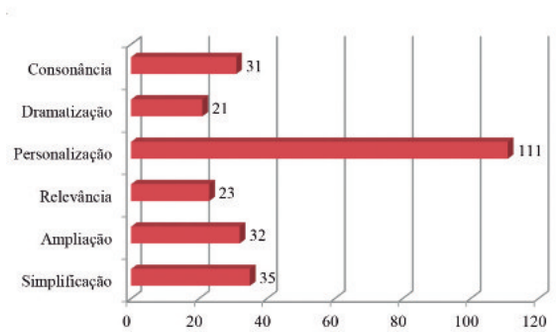
nestes casos, uma vez que elas combatem as infrações, desde o Código da Estrada às contraordenações, ou fazem cumprir o Código Penal. Tudo o que saia da normalidade e do cumprimento de regras relaciona-se com este valor-notícia.

Análise do número de notícias por fonte de informação



Comparando os valores-notícia por jornal, verificamos que os jornalistas do *Público* pendem mais para elaborar textos com incidência na importância das pessoas implicadas, quando aparecem nomes importantes. Já no que concerne à infração, as notícias publicadas são desenvolvidas e referem-se a grandes apreensões ou muitas detenções, isto é, quando a quantidade de pessoas envolvidas tam bém é grande.

Valores-notícia de construção identificados



No que diz respeito aos documentos publicados pelas forças de segurança, os valores-notícia mais verificados são a personalização e a infração. Neste ponto interessa realçar também aqueles que não o são, como é o caso da dramatização e o escândalo, que apenas se verificam duas vezes. Isto acontece porque não faz parte da ética destes profissionais, enquanto assessores das forças de segurança, emitir opiniões. Os seus textos têm de se regular pela objetividade sem revelar dados pessoais dos intervenientes, com o dever de relatar o acontecimento em si.

Ao comparar todas as notícias publicadas em que foram identificadas fontes oficiais com os valores-notícia considerados nos documentos publicados pelas forças de segurança, verificamos que a personalização e a infração são os critérios mais considerados nas notícias e nos documentos divulgados. Relativamente à personalização, isto acontece devido à importância da «pessoa» no acontecimento, quer pela importância da pessoa que efetuou o serviço, o «militar» ou «agente», quer pela pessoa que cometeu o ilícito. Quanto à infração, verificamos que as forças de segurança tem como missão prevenir, combater e fazer cessar as infrações, desde o Código da Estrada às contraordenações e cumprem com o Código Penal. Tudo o que saia da normalidade e do cumprimento de regras diz respeito a este critério.

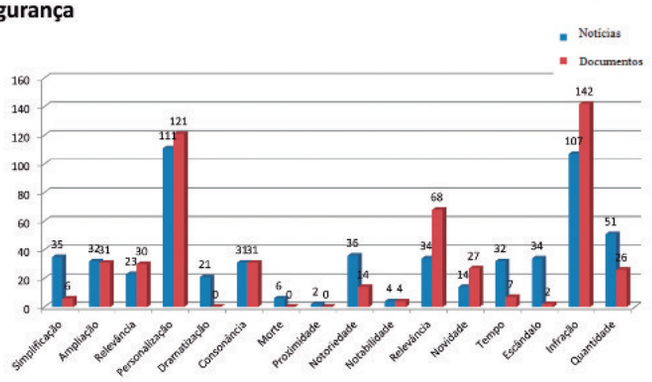
A relevância aparece mais vezes nos documentos publicados do que nas notícias, provavelmente porque os gabinetes de imprensa tendem a escrever assuntos que sejam considerados com interesse para a população. A divulgação do resultado de operações é importante, uma vez que as pessoas precisam de se sentir seguras, pois é essa a missão principal das forças de segurança.

Com valores muito semelhantes, encontra-se a ampliação, a relevância e a consonância, enquanto critério de seleção. Estes indicadores estão equilibrados em relação às notícias publicadas e aos documentos redigidos. Já a simplificação e o tempo, surgem em mais textos publicados pelos jornais do que em documentos. Quanto ao critério do tempo, existem documentos que são utilizados ao longo de dias seguidos, isto é, servem como fonte ao longo de um intervalo de tempo, ou para preencher mais

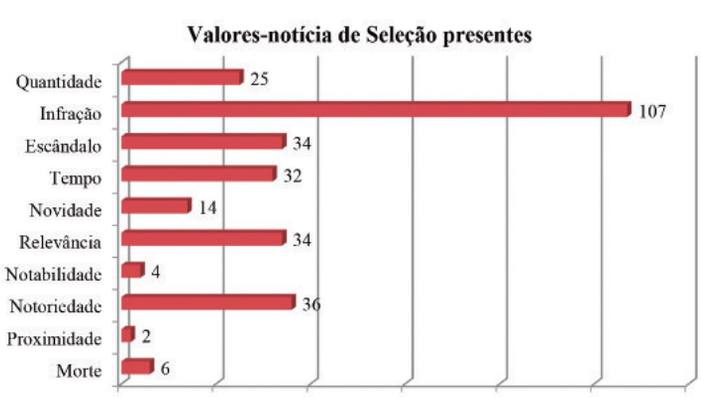
do que uma notícia no mesmo jornal, mas em dias diferentes, situação que se constata no *Correio da Manhã*. Esta repetição acontece devido à secção que este possui, a «AGENDA», em que escreve «Continuação da Operação *TruckBUS*» ou «Abertura de concurso para a PSP» em dias seguidos, justificação que serve igualmente para alguns dos números de valores apresentados no critério de consonância, uma vez que em algumas notícias apenas se atualizam os resultados da operação que havia sido já referida.

A proximidade geográfica e cultural foi difícil de atribuir, visto que todos os acontecimentos ocorriam em zonas dispersas por todo o território nacional e ambos os jornais são de tiragem nacional.

Comparações valores-notícia presentes nas notícias publicadas com os valores-notícia presentes nos documentos emitidos pelas forças de segurança



No tocante à notoriedade, em algumas das peças os intervenientes são militares ou agentes que se tornam essenciais ao desenrolar do acontecimento pela posição hierárquica que ocupam. No que tange a notabilidade, não havendo valores expressivos, significa que não há muitos acontecimentos com um grande número de pessoas envolvidas ou com pessoas importantes.



Relativamente ao escândalo, este valor verifica-se 34 vezes, mas apenas ocorre nos documentos emitidos pelas forças de segurança duas vezes. Não faz parte da política de elaboração dos textos a utilização de opiniões ou sensacionalismo, pois os seus textos têm de se pautar pela objetividade, sem revelar aspetos sensacionalistas do acontecimento, nem revelar dados pessoais dos intervenientes, focando-se no essencial em que foram considerados, quando se verificou a revelação dos factos secretos de assuntos capazes de provocar indignação na opinião pública, da tentativa de destruição da imagem e reputação de alguém, acontecimentos que geraram conflitos, ou violência.

Para análise final do gráfico, deixamos a dramatização e a morte, uma vez que não houve documentos com estes valores-notícia, mas existiram, no entanto, muitas peças em que estes estavam presentes.

No que diz respeito ao critério de construção da dramatização, verificamos que em 21 notícias existia um reforço dramático dos acontecimentos, relatando de forma sentimentalista o acontecimento, mostrando um lado sensacionalista, contudo, não existem documentos publicados pelas forças de segurança com esta referência, uma vez que acontece a mesma situação do escândalo. Tal como foi referido, os assessores de imprensa têm especial cuidado na redação dos textos para não ferirem suscetibilidades, por exemplo, evitam estereotipar os indivíduos alvos de detenção, nunca se referindo a ciganos, ou indivíduos de etnia cigana, a pretos ou indivíduos de raça negra, assim como não referem indivíduos caucasianos, apenas dizem que foram efetuadas determinado número de detenções de pessoas de nacionalidade portuguesa ou de outra nacionalidade.

No que concerne ao tema da morte, foram consideradas seis peças com este valor, mas não constou em nenhum documento publicado pelas forças de segurança. Ainda que não tenha sido referido neste período de estudo, acontece noutros períodos fazer referência quando há mortos por acidentes rodoviários.

Destacando ainda a importância dos critérios substantivos de escândalo, importa sublinhar que os dois documentos emitidos pelas forças de segurança referem-se a dois comunicados, um emitido pela PSP e o outro pela GNR, de forma a gerir uma crise.

POLÉMICA ■ INCIDENTES DO JOGO DE DOMINGO COM FC PORTO

PSP desmente líder do V. Guimarães

■ Força policial acusa adeptos do clube da casa de terem iniciado os confrontos

■ ELOI GONÇALVES

Corpo de intervenção da PSP foi obrigado a disparar contra os adeptos do V. Guimarães

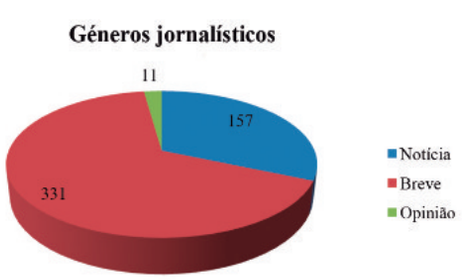
PORMENORES

MINISTRO
O ministro da Defesa, José Aguiar-Branco, estava presente no Estádio D. Afonso Henriques, em Guimarães, e assistiu aos confrontos.

DOIS DETIDOS

PS INTERROGA
O grupo parlamentar do PS questionou ontem o ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, sobre os incidentes de anteontem e se estes foram uma [illegible] da PSP.

Um corresponde à situação de agressões de adeptos por parte de agentes do corpo de intervenção da PSP, e o outro a um comunicado a anunciar a detenção de um militar da GNR por corrupção. Aqui os gabinetes de comunicação tiveram a iniciativa de avançar com a notícia, antes que os jornalistas o fizessem de modo negativo e «atacassem» as instituições, podendo assim os porta-vozes estar preparados e gerir o impacto da notícia na opinião pública.

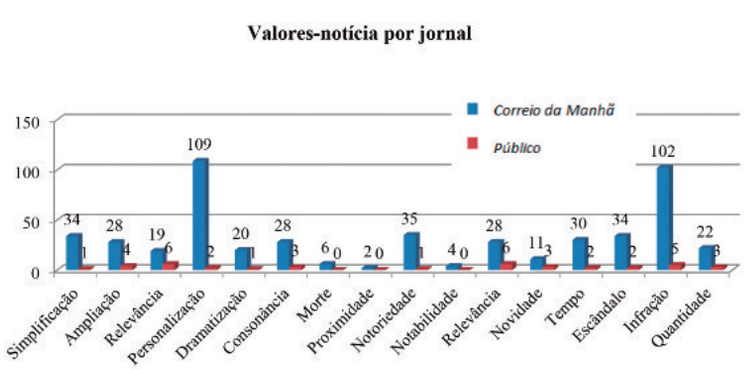


Ao comparar os valores-notícia presentes nas notícias publicadas com os valores-notícia contidos nos documentos emitidos pelas forças de segurança, constata-se que o número de notícias publicadas com base em comunicados ou notas é pouco significativo, tendo em conta o número total de notícias que são publicadas acerca da GNR.

Isto significa que 62% das notícias publicadas não denotam necessidade ou preocupação do jornalista em fazer referência à fonte de informação. Esta situação talvez seja explicada por a maior parte do género jornalístico utilizado ser a «breve», conforme ilustrado no gráfico anterior, em que 333 peças das 502 analisadas são breves e a esmagadora maioria é publicada no *Correio da Manhã*.

Na análise de divulgação da informação, verificamos que o *site* da PSP está um pouco confuso, o que pode dificultar a pesquisa deste como fonte de notícias, com ou sem referência à fonte, enquanto a GNR dispõe toda a sua informação com as datas do acontecimento e de inserção. Quanto à estrutura, concluímos que a PSP possui menos efetivo a trabalhar no GISP do que a GNR no DCRP, situação que poderá ter influência na organização do trabalho e na disposição mais célere da informação ao público.

No *Correio da Manhã,* a personalização e a infração são os valores-notícia mais relevantes. Já no *Público,* o que mais se destaca é a relevância como valor-notícia de seleção e a relevância como critério de construção. A infração também se verifica em maior quantidade, quando comparada com o total das notícias publicadas no público, contudo, a comparação dos valores-notícia presentes por jornal está de certa forma condicionada pelo número reduzido de peças que o *Público* publicou. Em 20 notícias, 12 faziam referência à fonte de informação (gráfico).



Verificamos que há uma grande variedade de temáticas abordadas. Assuntos do foro policial, como apreensões de droga, furtos, detenções, agressões, assaltos, questões relacionadas com a segurança em geral, despertam o maior interesse pelos jornalistas.

Sobre o número de notícias, por força de segurança, nos dois jornais verificamos que no total de 502 notícias, 57% delas dizem respeito à GNR, enquanto 43% à PSP. Esta diferença de 14% pode ser explicada ao analisar a estrutura de trabalho de cada gabinete, o meio de divulgação que cada uma das forças tem e ainda a área territorial onde cada uma desenvolve o seu serviço operacional. Verificámos na introdução que a GNR abrange 95% do território nacional, enquanto a PSP apenas 5%. Assim, a GNR poderá ter mais ocorrências dignas de ser noticiadas, graças à vasta extensão da sua zona de trabalho, porém, a PSP está em áreas mais populosas, onde também é mais provável que haja acontecimentos para relatar.

CONCLUSÃO

As forças de segurança revelam-se como importantes fontes de informação nas notícias, porquanto os jornalistas procuram os documentos que estes emitem para os noticiar. Não sendo na maioria dos casos explicitamente apontadas como tal, através da análise das notícias constatamos que alguns dos textos foram publicados nos *sites* das forças de segurança ou foi enviado comunicado para as redações acerca dos acontecimentos.

O interesse dos meios de comunicação nos acontecimentos criados pelas forças de segurança têm a ver com a tendência dos jornalistas em elaborar notícias sobre assuntos policiais e institucionais com base num elenco de detalhes que a maior parte das pessoas esquece. Este tipo de cobertura contribui para dar uma imagem do mundo como sendo um local de sofrimento, tragédia e potencial heroísmo, enquanto as forças de segurança tentam dar uma imagem de segurança e procuram mostrar os resultados de todo o serviço que fazem.

Com a análise dos documentos, verificamos que nem sempre a data de inserção é a data dos acontecimentos. Uma notícia publicada com uma data, na grande parte dos casos analisados relata um acontecimento do dia anterior. Só no dia seguinte é que ela será publicada por qualquer órgão de comunicação social. Há um espaço temporal de três dias entre a data dos acontecimentos e a data de publicação para os leitores.

Em qualquer dia de análise, os textos publicados não correspondem aos noticiados. Esta disparidade acontece porque há um desfasamento entre o dia da publicação no *site* e o dia na publicação no jornal. Assim, existem notícias publicadas com os textos divulgados no dia anterior.

Ao analisar os documentos e o publicado, verifica-se que entre a versão do que é difundido nos seus comunicados e no *site,* e o artigo publicado não há qualquer mediação da informação, e que o género jornalístico utilizado é geralmente sempre a «breve». Na elaboração das breves, em momento algum é referido o dia em que se verificou o acontecimento. Os jornalistas preferem evitar mostrar o intervalo de datas porque a notícia só se torna efetivamente notícia quando é dada a conhecer.

Os temas dos acontecimentos publicados referem-se maioritariamente a detenções, furtos, agressões, apreensões, assuntos que digam respeito a armas ou droga.

Verifica-se uma seleção de informação pelo profissional das relações públicas que, logo à partida, põe de parte informação que apesar de saber e estar na sua posse, considera não ser importante ou não poder revelar. No tocante às notícias analisadas que tiveram como ponto de partida o *site*, o que se constata é que os jornalistas não procuram saber

o que há para além do que é dito, dando continuidade à possível omissão de informação que só poderá ser confirmada, se forem verificados e questionados os documentos publicados. O divulgado através do *site* institucional, apesar de ser uma fonte credível e feito para responder a todas as perguntas que eventualmente os jornalistas tenham, não substitui o trabalho do jornalista, devendo servir de ponto de partida para a redação de artigos. Por outro lado, as notícias que partiram dos comunicados apresentam-se mais desenvolvidas.

Há duas fases de processo de seleção. O primeiro acontece no momento em que o profissional das relações públicas escolhe a informação que divulga, depois é a fase em que o jornalista escolhe o que publica no jornal e em que moldes o faz.

Respeitante à análise de conteúdo, verificamos que não há preocupação em pesquisar, limitando-se a copiar algumas frases ou a resumir a informação disponibilizada pelas forças de segurança. Isto pode ser visto de dois modos, um deles pode ser porque o texto está feito segundo as regras de elaboração de notícias e responde a todas as questões que o jornalista poderia colocar, ou, por outro lado, pode significar a falta de tempo e meios para desenvolver o tema.

Ao procurarmos responder, se a PSP e a GNR antecipam toda a informação relevante devidamente estruturada, mediante os critérios jornalísticos, transmitindo-a de seguida aos jornalistas, constata-se que os funcionários dos gabinetes de relações públicas facilitam a vida do jornalista, pois redigem os textos tendo em conta os critérios e regras jornalísticas. Os textos possuem um conteúdo conveniente e sintetizado, transmitindo aquilo que tem um real interesse, fornecendo em breves pontos toda a informação necessária e essencial. Os assessores fazem a distinção entre o que é passível de ser divulgado e o que não. Não podem divulgar informações que interfiram nas investigações em curso, não são reveladas nacionalidades, nem feitos juízos de valor. Apenas se escreve os pontos principais do acontecimento. Não se entra em pormenores que possam identificar a pessoa, no caso de ter sido um detido, por exemplo. Contudo, é necessário adaptar toda a terminologia policial para uma linguagem que seja percetível a todos e por isso, o jornalista tem de ter essa sensibilidade e fazer umas pequenas alterações ao texto. Um bom exemplo disto é o termo «furto», que muitas vezes o jornalista substitui pelo conceito «roubo», porque a palavra «roubo» tem mais impacto, mas a diferença em termos policiais, é que o roubo pressupõe violência e o furto não. No entanto, esta razão não é suficiente para desconsiderar o trabalho realizado por estes militares e agentes colocados nas divisões de comunicação.

Os documentos são feitos para responder a todas as perguntas que eventualmente os jornalistas tenham, contudo, a história que está por detrás dos factos não é analisada, sendo uma das funções do jornalismo alertar para problemas sociais.

Em determinado momento, os gabinetes de comunicação tiveram a capacidade de seguir um dos princípios básicos da gestão de crise, anteciparam-se e organizaram com qualidade informativa os comunicados dirigidos aos órgãos de comunicação social, e utilizaram principalmente a veracidade, pois nenhuma das notícias se prolongou na agenda noticiosa mais de uma semana.

Após a análise e discussão de dados, as forças de segurança são consideradas relevantes como fonte de informação para os *media,* mas não são as mais observadas. Os valores esclarecem este facto, pois na maioria das notícias não havia referência à fonte de informação. Em 502 notícias, o correspondente a 62%, não foi identificada a fonte, apesar de fazer menção em algum momento às forças de segurança. Em 83 notícias surgem alusões a outras fontes oficiais das forças de segurança, possivelmente da seção de relações públicas do distrito em que decorreram os factos. Contudo, esse ponto de abordagem não foi desenvolvido neste estudo, mas pode ser explicado pela boa relação entre assessores e jornalistas. Todavia,

apesar de a maioria não referir as fontes, comprova-se que estas se consideram credíveis, uma vez que não há um processo de verificação entre o que é dito e o que é publicado. O que se constata é que os jornalistas não procuram saber o que há para além do que é dito, dão continuidade à possível omissão de informação que só poderá ser confirmada, se forem verificados e questionados os documentos enviados. Um *press release* não substitui o trabalho do jornalista, ele deve servir de ponto de partida para a redação de artigos.

Não se verificou a alteração nos valores-notícia utilizados entre o que é emitido pelos gabinetes de comunicação e o que é publicado, uma vez que os mais assinalados são coincidentes.

Os jornalistas não podem, sempre que apareça um acontecimento novo, criar um novo conjunto de caraterísticas valores-notícia, que vão fazer oposição ao conjunto de caraterísticas valores-notícia utilizado em acontecimentos anteriores. Assim, tem de haver coerência neste conjunto de caraterísticas que não são mais do que as linhas guia em todo o processo. Tudo isto serve para rotinizar tal tarefa de forma a torná-la exequível.

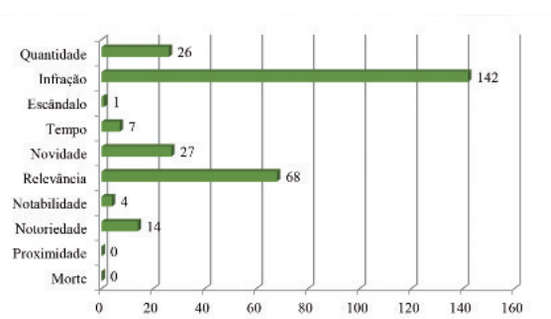
O tema dos acontecimentos publicados dizem maioritariamente respeito a detenções e apreensões, ou privações de liberdade a que são sujeitos indivíduos por serem suspeitos de cometerem crimes. Também os que conduzem sob o efeito de álcool e acusam taxas elevadas o são. Estes temas são alvo de comunicado e também incluídos no resumo semanal que é enviado. Há uma avaliação do que é pertinente difundir, do que interessará às redações por parte do adjunto de relações públicas.

É importante a existência da assessoria de imprensa quando falamos de uma força de segurança, pois esta tem de lidar com temas sensíveis, alvo da atenção da maior parte dos cidadãos. Contudo, a forma como ela está a ser feita apresenta algumas limitações, especialmente em relação à continuidade da informação é ao momento em que ela é escrita. Notas desatualizadas não levam a notícias. Estas têm de ser atuais e ir ao encontro do que os jornalistas procuram. Por outro lado, verifica-se que os comunicados enviados servem como base a notícias mais desenvolvidas. Existem comunicados enviados que estão disponíveis também como nota, sobre os quais os jornalistas parecem não ter interesse. Estes referem-se a um resumo semanal acerca do número de detenções, de autos de contraordenação e de crimes registados no país.

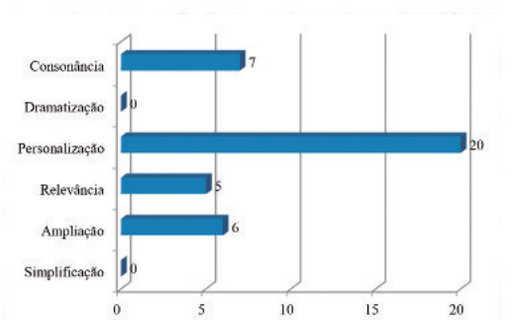
No processo de seleção das notícias podemos dizer que as escolhas são influenciadas pelas várias fases por quais elas passam. Desde a pessoa que escolhe as que vão ser publicadas no *site*, até àquelas que são publicadas pelos jornais, também a imagem que os jornalistas têm do público e a linha editorial que cada jornal possui vão condicionar o motivo que leva a escolher algumas das que são redigidas pela DCRP e pela GIRP. Como existe um especialista em relações públicas, conclui-se que é exercida alguma censura dentro da própria organização.

Na tentativa de responder às questões de partida, constatamos que na DCRP e no GIRP desenvolvem-se mecanismos de modo a antecipar toda a in-

Valores-notícia de seleção presentes nos documentos emitidos pela GNR



Valores-notícia de construção presentes nos documentos emitidos pela PSP



formação relevante para os jornalistas, devidamente estruturada mediante critérios jornalísticos, transmitindo-a de seguida.

Na segunda questão apresentada, verificamos que as forças de segurança são relevantes como fonte de informação para os *media*. Já em relação aos valores-notícia mais presentes, estes são a personalização e a infração.

Por fim, não há alteração nos valores-notícia utilizados entre o que é emitido pelos gabinetes de comunicação e o que é publicado na maioria das notícias, contudo, em algumas peças verificou-se que os jornalistas constroem uma notícia apoiando-se em valores-notícia como a dramatização e o escândalo, de modo a captarem a atenção dos leitores.

Um aspeto que poderá ser objeto de análise no futuro é perceber como é que as restantes fontes oficiais das forças de segurança contribuem para o volume de notícias no total, uma vez que este estudo permitiu perceber que a contribuição dada pelas notícias publicadas no *site* e enviadas por comunicado aos órgãos de comunicação social não espelham a quantidade de notícias que depois são publicadas pelos jornais nacionais. Por esta razão, a divulgação das atividades e de todos os acontecimentos que são feitos pelas forças de segurança diretamente aos órgãos de comunicação social, sem passar pelos gabinetes nacionais, deverão ser considerados para o estudo.

A recolha e análise de notícias em dois jornais, com uma linha editorial tão distinta, relevaram grandes discrepâncias em termos de número de peças publicadas, incluindo as publicadas com fonte oficial, temas considerados e valores-notícia.

BIBLIOGRAFIA

BENNET, W.L. Gresset, LYANNE A. e HALTOM, W. *Reparing the news: A case Study of the news paradigm*, vol.35, n.º 2, Journal of Communication, 1985.
BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*, Celta Editora, Oeiras, 1997.
BRANCO, C. *Guarda Nacional Republicana - Contradições e Ambiguidades*, Edições Sílabo, Lisboa, 2010.
CAETANO, J. e RASQUILHA, L. *Gestão e planeamento da comunicação*, Quimera Editores, Lisboa, 2007.
CALDAS, G. *Relacionamento Assessor de Imprensa/ Jornalista: Somos todos Jornalistas*! *In* DUARTE, J. (Ed.), «Assessoria de imprensa e relacionamento com a *mídia*: teoria e técnica», Editora Atlas, São Paulo, 2002.
CASTELLS, M. *A Galáxia Internet,* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2007.
CHAPARRO, C. *Jornalismo na Fonte, In*: DINES, A. e MALIN, M. (orgs). «Jornalismo Brasileiro: no caminho das transformações», Banco do Brasil, Brasília, 1996.
CHAPARRO, M. *Cem anos de Assessoria de Imprensa, In* DUARTE, J. (Ed.), «Assessoria de imprensa e relacionamento com a *mídia*: teoria e técnica», Editora Atlas, São Paulo, 2003.
CORREIA, Fernando. *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Editorial Caminho, Lisboa, 2006.
DUARTE, J. e JÚNIOR, W. C. *Relacionamento Fonte/ Jornalista. In* DUARTE, J. (Ed.), «Assessoria de imprensa e relacionamento com a *mídia*: teoria e técnica», Editora Atlas, São Paulo, 2003.
ERBOLATO, Mario. *Técnicas de Decodificação em Jornalismo*, Vozes, Petrópolis, 1985.
FONTCUBERTA, Mar de. *La Noticia - Pistas para Percibir el Mundo*, Paidós, Barcelona, 1993.
GANS, H. *Deciding what's news: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time*, Pantheon Books, New York, 1979.
GRUNING, J.E. e HUNT, T. *Direccion de Relacciones Públicas*, Gestion, Barcelona, 2000.
HESS, S. *The Government/Press Connection: Press Officers and Their Offices*, The Brookings Institution, Washington D.C, 1984.
KOTLER, P. e KELLER, K. *Administração de* Marketing, Prentice Hall, São Paulo, 2006.
LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*, 3.ª edição, Insular-Edufsc, Florianópolis, 2001.
LAMY, S. *A importância das fontes de informação na construção do espaço público*, «Apresentado no III Seminário de I&DT do C3i do Instituto Politécnico de Portalegre», Portalegre, 2010, acedido em http://hdl.handle.net/10400.26/2058
LAMY, S. *As ONG na imprensa. As fontes não governamentais na imprensa diária. Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo [En ligne],* Vol 2, n.°1 2013 -, *mis en ligne le 15 avril 2013*, URL : http://surlejournalisme.com/rev
LAMY, S. J. B. *As fontes não governamentais nos* media. *As ONG enquanto fonte de informação.* Universidade Novas de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Ciências da Comunicação, abril de 2015, acedido em http://run.unl.pt/handle/10362/14776
LLOYD, Herbert e Peter. *Relações Públicas*, Editorial Presença, Lisboa, 1985.
McQUAIL, Denis. *Teoria da Comunicação de Massas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.
MOUTINHO, A. V. & SOUSA, J. P. *Assessoria de Imprensa na Europa. In* DUARTE, J. (Ed.), «*Assessoria de imprensa e relacionamento com a* mídia: *teoria e técnica*», Editora Atlas, São Paulo, 2002.
PEREIRA, A. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo,* 1.ª ed., EDIPUCRS, Porto Alegre, 2000.
SAMPAYO e Mello, A. *A Guarda Nacional Republicana,* Guarda Nacional Republicana, Lisboa, 2001.
SCHUDSON, Michael. *The Sociology of News*, W.W. Norton & Company, New York, 2003.
SEABRA. *Produção da Notícia: a redação e o jornalista*, «Assessoria de imprensa e relacionamento com a *mídia*: teoria e técnica», Editora Atlas, São Paulo, 2003.
SOUSA, J. *As notícias e seus efeitos, As «teorias» do jornalismo e dos efeitos sociais dos* media *jornalísticos*, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 1999.
SOUSA, J. P. *Planeamento da comunicação (na perspectiva das relações públicas)*, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2003.
TRAQUINA, *et al. O jornalismo português em análise de casos*, Editorial Caminho, Lisboa, 2001.
TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e «estórias»*, Editorial Caminho, Lisboa, 1999.
TRAQUINA, N. *A Tribo Jornalística, Uma Comunidade Transnacional*, Editorial Notícias, Lisboa, 2004.
TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad*, Barcelona, 1983.
VAN DIJK, Teun. A. *La Noticia como Discurso*, Paidós, Barcelona, 1990.
VARAJÃO, J. *Arquitectura da Gestão de Sistemas de Informação,* FCA - Editora de Informática Lisboa, 2005.
WOLF, M. *A Teoria Funcionalista das Comunicações de Massas*, 5.ª ed., Presença Editores, Lisboa, 1999.
WOLF, M. *Teorias da Comunicação*, Editorial Presença, Lisboa, 2006.

O Militar Músico no Contexto da História da Música em Portugal

O Caso do Capitão Silva Dionísio (1912-2000)

BRUNO MADUREIRA
Investigador integrado I Mestre
Economia, Sociedade, Património e Inovação
FLUC, FCSH e IHC

Resumo:
O objectivo deste artigo é analisar, interpretar e compreender a acção de alguns militares músicos em instituições da sociedade civil, salientando contribuições para o desenvolvimento da música em Portugal. É também propósito entender o seu papel no âmbito da aproximação entre os meios militar e civil. O percurso metodológico contemplou a consulta bibliográfica, recolha de artigos de imprensa e investigação em acervos e arquivos. A análise dos dados recolhidos permite-me constatar um contributo relevante dos militares em questão no âmbito da actividade musical do país. Esses dados revelam igualmente o inegável estatuto alcançado na sociedade civil por esses militares, em particular pelo capitão Manuel da Silva Dionísio. Inerentemente as Forças Armadas e de Segurança beneficiaram de uma visibilidade acrescida e de um estreitamento de laços com a comunidade civil. Entre as limitações deste texto, destaco o foco na carreira de apenas um desses músicos - o capitão Silva Dionísio -, bem como a impossibilidade de incluir outros nomes dignos de referência. Este artigo inicia-se com uma panorâmica relativa a militares que se têm destacado no meio civil, seguindo-se uma visão do percurso militar do capitão Silva Dionísio e respectiva carreira musical no meio civil.

Introdução
Do ponto de vista artístico, inúmeros militares músicos têm contribuído amplamente para a dignificação e prestígio das Forças Armadas e de Segurança (FAS), quer como compositores, maestros, pedagogos ou instrumentistas. O estudo da vida e obra dessas figuras permite-nos compreender uma parte significativa da história da música militar no nosso país nos dois derradeiros séculos e enquadrá-la institucionalmente no seio da música «erudita» portuguesa, incluindo nas orquestras profissionais e conservatórios. Neste sentido, o propósito central deste artigo é justamente interpretar e entender o papel de alguns músicos militares que se notabilizaram na sociedade civil nos séculos XIX e XX -, entre os quais destaco o capitão Manuel da Silva Dionísio -, salientando contribuições para o desenvolvimento da música em Portugal e o papel de ligação entre os meios militar e civil. Perante o dever de preservação de memória relativamente a essas personalidades, é igualmente desígnio deste texto divulgar e homenagear a carreira profissional desses militares, muitas vezes injustamente esquecida, incluindo no âmbito castrense. O percurso metodológico contemplou a consulta bibliográfica, a recolha de artigos de imprensa e a investigação em acervos e arquivos.

Neste texto, cujo especial enfoque é a carreira profissional de Silva Dionísio, é secundada - embora não totalmente negligenciada - a actividade profissional dos restantes militares, até por limitações de espaço. Pelo mesmo motivo realço igualmente a impossibilidade e, quiçá, a injustiça na ausência de outros nomes. A análise dos dados recolhidos permite-me constatar um contributo valioso dos militares em questão, no âmbito da actividade musical de diversas bandas e orquestras profissionais, conservatórios e sobretudo ao nível da composição musical e da promoção da música para sopros. É inegável, o estatuto alcançado na sociedade civil por esses militares, em particular por Silva Dionísio, cuja actividade considero especialmente meritória. Por inerência, as FAS beneficiaram de um prestígio e de uma visibilidade acrescida, em paralelo com um estreitamento de laços com a comunidade civil. Essencialmente este artigo tem uma estrutura tripartida. Inicia-se com uma panorâmica relativa a vários militares que se têm destacado no meio civil, seguindo-se uma visão do percurso militar do capitão Silva Dionísio. Antes das habituais notas conclusivas, é apresentada uma abordagem à carreira musical deste oficial no meio civil.

Contextualização

Desde meados do século XIX a «escola de instrumentos de sopro» dos militares tem sido valiosa para o desenvolvimento musical do país. No decorrer da história da música militar, o papel dos músicos militares tem sido relevante no âmbito da música religiosa, da música clássica e das orquestras dos teatros, muito comuns até meados do século XX, bem como na dinamização de bandas civis nas funções de maestro, formador ou intérprete. Igualmente, os músicos militares têm sido importantes elos de ligação e aproximação com o meio civil. No passado, esta ligação foi especialmente forte nas regiões rurais, cuja população estava frequentemente privada de outro tipo de manifestações culturais, para além das bandas militares, cujas actuações foram comuns nos coretos dos jardins públicos das vilas durante mais de um século, tal como a participação em festividades religiosas.

Neste contexto, as FAS têm beneficiado da competência desses militares, que têm honrado e divulgado o nome das respectivas instituições, sendo, de facto, através deles que as FAS melhor têm penetrado na sociedade civil. Prova desta interacção com o meio civil é a legislação de 1870 que obrigou os militares do Exército Português (EP) à realização de um exame no Conservatório Nacional (CN) para a ascensão aos postos superiores. Posteriormente, em 1926, Artur Fão, assinou um protocolo com o director do CN, Viana da Mota, para que os músicos da Banda da Armada realizassem igualmente exames de promoção nessa instituição de ensino,[1] o que elevou o nível de exigência. Um bom exemplo de interacção musical entre os meios militar e civil ocorre na procissão da Nossa Senhora da Saúde, realizada em Lisboa e um dos poucos eventos religiosos actuais com a participação de bandas militares.

Paralelamente à respectiva actividade militar, desde o século XIX, músicos militares têm colaborado sob diferentes formas em instituições e organismos da sociedade civil. Alguns foram referências nacionais no seu instrumento, dos quais destaco, Francisco Santos Pinto (1815-1860), na Orquestra do São Carlos; António Croner (1826-88), flautista na Orquestra do São Carlos e professor no CN; Rafael Croner (1828-1884), clarinetista e 1.º oboé na Orquestra do São Carlos; Silva Marques (1888-1955), nas orquestras Sinfónica do Porto e Emissora Nacional (EN); Artur Fão (1894-1963), violinista da Orquestra Sinfónica Portuguesa, Orquestra Sinfónica de Lisboa e Orquestra do São Carlos; Duarte Pestana (1911-1979), na

[1] Lina Santos e Mónica Martins, «Banda da Armada», *in* Salwa Castelo-Branco (ed,), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX*, 1.º volume (A-C) Lisboa, Circulo de Leitores, 2010, p. 104.

Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana (BSGNR), Orquestra da EN e Orquestra do São Carlos; Marcos Romão (1917-2000), clarinetista nas orquestras da EN e Filarmónica de Lisboa e professor de clarinete no CN e Adácio Pestana (1925-2004), trompista na Orquestra da EN, professor no CN e conselheiro da Casa Alexander – Mainz para a qualidade no fabrico de trompas e outros metais.

Outros evidenciaram-se como pedagogos. Além dos professores do CN acima referidos, destacaram-se Silvério de Campos (1919-1996), colaborador do *Dicionário de Música* de Tomás Borba e Fernando Lopes-Graça, e José Cândido Martinó (1872-1949). Este último teve um papel bastante interventivo na sociedade civil, não só como professor de canto coral, como de cronista em diversos periódicos e autarca em Portalegre. Artur Fão, destacou-se sobretudo pelas suas obras didácticas, utilizadas por bandas civis e militares e adoptadas pelo CN e outras escolas oficiais. Manuel Joaquim (1894-1986), chefe da Banda do Regimento de Infantaria (RI) 14 de Viseu, também se evidenciou como pedagogo e conferencista.

Como maestros evidenciaram-se Artur Fão, na Banda da Armada e Orquestra Sinfónica de Lisboa; Fernandes Fão (1877-1947), na BSGNR e Orquestra Sinfónica de Lisboa; Duarte Pestana, na Orquestra do Coliseu dos Recreios e Orquestra e Coro da FNAT e Silvério Campos, na Orquestra de Salão do Instituto de Angola, Banda da Polícia de Segurança Pública e diversas bandas militares.

Mas foi, sobretudo, como compositores que vários músicos militares foram reconhecidos no meio civil, entre os quais sobressaíram Francisco Santos Pinto, na música para teatro e bailado, música religiosa e orquestral, peças concertantes e para banda; Duarte Pestana, acima de tudo, pela música ligeira para a rádio, teatro e cinema, bem como pelas suas fantasias e divertimentos para banda; Joaquim Luís Gomes (1914-2009), na música para orquestra e banda, música para cinema e no âmbito de arranjos e orquestrações de música ligeira (Foi igualmente clarinetista e harpista de várias bandas do EP e da GNR, maestro e produtor de programas musicais na Emissora Nacional); Fernandes Fão, nas obras sinfónicas e marchas militares e Silva Marques, nas marchas, fantasias, rapsódias e transcrição de obras orquestrais. Francisco Santos Pinto, Artur Fão e Marcos Romão são igualmente reconhecidos como compositores.

A actividade de investigação de Manuel Joaquim, um dos maiores musicólogos portugueses do século XX, merece relevo. Este chefe da Banda de Infantaria 14 foi conferencista, investigador e articulista em inúmeros periódicos. Autor da monografia *A música militar através dos tempos*, Manuel Joaquim valorizou especialmente o enriquecimento musical e cultural dos seus subordinados e da população que assistia aos frequentes concertos, mediante a explanação e contextualização das obras interpretadas. Finalmente, uma referência ao alemão radicado em Portugal Eduardo Neuparth (1784-1871), instrumentista em diversas orquestras de Lisboa, cofundador do Montepio Filarmónico, maestro e organizador de uma banda. Em 1823 Neuparth fundou a loja de instrumentos musicais e partituras «Salão Neuparth» (cem anos depois adquirida pela Valentim de Carvalho) e é representante de uma geração de importantes músicos, designadamente, Augusto Neuparth (professor no CN e fagotista na Orquestra do São Carlos) e Júlio Neuparth (compositor e professor de Harmonia no CN).

Refira-se, todavia, que, de entre as principais personalidades que fizeram carreira nas FAS, aquela que mais se destacou na sociedade civil, que mais prestígio alcançou e que mais contribuiu para a cultura musical portuguesa foi o maestro capitão Manuel da Silva Dionísio. Visto como uma das individualidades mais importantes e influentes do século XX no âmbito da história da música para sopros em Portugal, Silva Dionísio foi pedagogo, arranjador, promotor, clarinetista e maestro. Sob a sua direcção, a BSGNR atingiu um dos seus

períodos mais áureos. Posteriormente pertenceu aos quadros da FNAT/INATEL e foi durante a passagem por este organismo que aquele teve a sua fase mais profícua e relevante no âmbito do apoio à música amadora. Silva Dionísio foi uma personagem de múltiplas facetas. Além da sua carreira de músico militar e do seu percurso na FNAT/INATEL, colaborou com a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), o Conselho Português da Música, a Comissão Permanente das Comemorações do Dia Mundial da Música, a Orquestra Filarmónica de Lisboa e Orquestra do Instituto de Angola, o Departamento de Orquestras da RDP, a Academia dos Amadores de Música, a Academia de Música de Luanda, o Montepio Filarmónico, a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), a Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM) e várias bandas civis.

A vida militar

Nascido no concelho de Abrantes, em 1912, Silva Dionísio recebeu os primeiros ensinamentos musicais através do seu pai, também músico militar. Ingressou no EP no dia 15 de Junho de 1927 e foi colocado no Regimento de Infantaria (RI) de Abrantes. Integrou posteriormente as bandas dos RI de Évora, Leiria, Lamego, Lagos, a Banda do Regimento de Sapadores dos Caminhos de Ferro e a Banda do Batalhão de Caçadores n.º 5. Em Novembro de 1938, ingressou na BSGNR, onde permaneceu até à sua retirada, em Dezembro de 1973, excepto entre 1956 e 1960. No ano de 1956, após exercer a função de subchefe da BSGNR, foi aprovado no concurso para oficial chefe de Banda de Música. Foi promovido a alferes a 28 de Dezembro de 1956, a tenente em 10 de Março de 1959 e a capitão em 02 de Setembro de 1969. Após a promoção a oficial, em Dezembro de 1956, foi nomeado para chefiar a Banda do RI de Évora (até Abril de 1958). Entre de Abril de 1958 e Abril de 1960

Maestro Manuel da Silva Dionísio[2]

esteve destacado em Luanda a exercer funções de chefe da banda militar daquela cidade. Entre Maio de 1960 e Janeiro de 1973 esteve colocado na BSGNR como chefe de banda.[3]

Como testemunho do seu mérito e competência, Silva Dionísio foi distinguido com inúmeros louvores e condecorações, tanto dos comandantes dos quartéis onde prestou serviço, como de comandantes-gerais da GNR ou do ministro do Interior. No dia 5 de Maio de 1967, no intervalo de um concerto da BSGNR no Teatro de São Carlos, o presidente da República condecorou Silva Dionísio com o Grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Sant´Iago da Espada. Foi igualmente condecorado com a Medalha de Louvor da Cruz Vermelha Portuguesa, as Medalhas de Bronze, Prata e Ouro de Comportamento Exemplar, a Medalha de Cobre de Filantropia e Caridade, a Medalha de Assiduidade de Segurança Pública, as Medalhas de Mérito Militar de 3.ª e 4.ª classe,[4] a Medalha de Ouro de Instrução e Arte atribuída pela FPCCR, entre muitas outras. Foi condecorado pela República da Argentina, do Brasil e do Grão Ducado do Luxemburgo. Em Março de 1984 foi-lhe ofertado, no Teatro da Trindade, o Escudete da Armada por ter sido o pio-

[2] Arquivo da Banda Sinfónica da GNR, Espólio do maestro Silva Dionísio,
[3] PI 117/00, Cx. 68
[4] Arquivo da Banda Sinfónica da GNR, Espólio do maestro Silva Dionísio.

Silva Dionísio com o Presidente Américo Tomás, no Teatro de São Carlos (1967)[5]

neiro e um defensor dos concertos dominicais realizados naquele teatro pelas bandas militares, e no dia 1 de Outubro de 1987, Dia Mundial da Música, foi agraciado pela SEC com a Medalha de Mérito Cultural. O facto de várias destas distinções ocorrerem no meio civil sustenta a tese do seu elevado prestígio na sociedade.

A vida civil

Após passagem à reserva, entre 1973 e 1987, Silva Dionísio foi responsável pelo Sector de Música da FNAT/INATEL e a sua acção tornou-se particularmente relevante para a música amadora no nosso país e para as filarmónicas em particular, em virtude das iniciativas levadas avante, muitas delas inéditas em Portugal. Neste organismo elaborou planos de apoio às bandas civis, nomeadamente ao nível da oferta formativa, distribuição de instrumentos e reportório musical. Fomentou as composições musicais originais para bandas e coros e implementou os «Encontros Regionais de Regentes Profissionais com Concertistas», «Cursos de Férias para Jovens Músicos», «Curso Itinerante com Directores e Concertistas Profissionais» e «Festivais de Música Popular do INATEL». Silva Dionísio foi o responsável pela criação do «Centro de Recuperação de Instrumentos Musicais (CRIM)», um projecto cujo objectivo era a recuperação e reutilização de instrumentos musicais armazenado em câmaras municipais, juntas de freguesia, quartéis de bombeiros e arquivos de filarmónicas.

Como pedagogo e promotor, Silva Dionísio teve um papel determinante na criação dos primeiros cursos de formação para regentes de bandas civis ocorridos em Portugal, um marco referencial e modelar para futuras ofertas formativas neste âmbito. Com a duração aproximada de um mês, a primeira edição foi organizada pela FCG no ano de 1962, repetindo-se no ano seguinte.[6] Posteriormente orientou inúmeros cursos de aperfeiçoamento para jovens músicos, para regentes de bandas e de coros, a maioria organizados pelo INATEL, Junta de Turismo da Costa do Sol, APEM e SEC. Dionísio promoveu o agrupamento banda filarmónica junto dos principais compositores portugueses como, por exemplo, Álvaro Cassuto e Joly Braga Santos. A cantata cénica *D. Garcia* foi a primeira de várias obras de Braga Santos escritas originalmente para banda. Foi dedicada precisamente a Silva Dionísio, tal como a *Rapsódia do Povo* de Álvaro Cassuto. Silva Dionísio teve um papel crucial na organização de diversas bandas juvenis, entre as quais destaco a «Banda Escola Juvenil do Concelho da Azambuja», constituída a partir da reunião de jovens músicos das bandas deste concelho. Nesses projectos de formação de bandas, Dionísio não descurava a importância da participação de elementos do sexo feminino num meio

[5] Arquivo da Banda Sinfónica da GNR, Espólio do maestro Silva Dionísio

[6] Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Cota MSC 2476 e MSC 2477.

A Banda Sinfónica da GNR, sob a direcção de Silva Dionísio [7]

antes exclusivo do sexo oposto. Ele estava consciente da relevância desse fenómeno para a revitalização das filarmónicas, ocorrida nos decénios de setenta e oitenta. Silva Dionísio foi também professor na Academia dos Amadores de Música, em Lisboa, na Academia de Música de Luanda e consultor para a música na SEC.

Silva Dionísio também se interessou pela direcção musical e essa foi uma das formas de maior interacção com a comunidade civil, devido ao contacto permanente com músicos, responsáveis directivos e, sobretudo, com o público. As suas primeiras experiências neste âmbito ocorreram nas bandas da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e da Sociedade Filarmónica Humanitária de Palmela. Com Dionísio estas bandas alcançaram um nível artístico elevado, comprovado pelos prémios conquistados em concursos de bandas. Após chefiar as bandas militares de Évora e Luanda, foi na BSGNR que se consagrou como maestro. Silva Dionísio teve o mérito de levar esta banda às melhores salas do país como por exemplo, o São Carlos, o Trindade, o Tivoli, o São Luís, a Aula Magna ou o Coliseu dos Recreios, e participar nos principais eventos musicais, designadamente, no «Festival Gulbenkian» e no «Festival Internacional de Sintra», antes reservados somente a algumas orquestras. Com a BSGNR, em 1965, participou no *Festive Celebrations of the City of Badajoz* e no «IV Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro», em Espanha e Brasil, respectivamente. Em Luanda dirigiu a Orquestra do Instituto de Angola, uma orquestra de formação clássica e, em 1968, na Holanda, conduziu a Banda da OTAN. Em termos de promoção de música portuguesa, no ano de 1963, com a BSGNR gravou para a Radiotelevisão Francesa, em Paris, um concerto com obras de autores portugueses, que foi transmitido posteriormente. Dirigiu igualmente a Orquestra Filarmónica de Lisboa e a Banda Sinfónica Municipal de Buenos Aires, na Argentina, onde interpretou obras de Alicia Terzian e dos portugueses Álvaro Cassuto, Canongia, Luís de Freitas Branco e Ruy Coelho. No Rio de Janeiro dirigiu a Banda do Batalhão de Guardas do 1.º Exército num concerto de música luso-brasileira. Finalmente, nos anos de 1984 e 1985 deslocou-se a Itália a fim de participar em dois festivais internacionais de bandas, tendo sido escolhido para dirigir o concerto final, em que foram interpretadas obras de autores portugueses. Foi considerado pela imprensa italiana como «uma batuta de plena confiança». Claudio Alinovi intitulou-o *Sumo Maestro*! [8]

Em virtude do seu prestígio, Silva Dionísio foi frequentemente convidado a integrar júris de concursos e a participar como orador em colóquios, conferências e congressos sobre música portuguesa. No que se refere a concursos, integrou o júri das duas edições do «Grande Concurso Nacional de

[7] Arquivo da Banda Sinfónica da GNR, Espólio do maestro Silva Dionísio.

[8] *Noi Insieme,* n.º 5, Novembro de 1985, p. 3 e 5 e *Risvegliomusicale*, Setembro e Outubro de 1985, ano IV, n.º 5, p. 14 e 15.

Federação Portuguesa
das
Colectividades de Cultura e Recreio

Confere a Manuel da Silva Dionísio

Regente de Banda

O DIPLOMA DE MEDALHA DE OURO DE

INSTRUÇÃO E ARTE

Instituída por aprovação da Assembleia Geral reunida em 24 de Maio de 1954.

Lisboa, 20 de Dezembro de 1956

O Presidente da Assembleia Geral

O Presidente da Direcção

O Presidente do Conselho Fiscal

Medalha de Ouro de Instrução e Arte
atribuída pela FPCCR a Silva Dionísio.

Bandas de Música Civis», das cinco edições anuais do «Concurso de Aprendizes de Música», do «Concurso de Interpretação Guilhermina Suggia» e do «Festival de Bandas da EDP», além de outros de

Silva Dionísio a dirigir a Orquestra Filarmónica de Lisboa [9]

âmbito local. Como orador participou no «1.º Congresso de Bandas de Música e Filarmónicas Civis do Concelho de Loures», no «1.º Colóquio de Bandas Civis e Filarmónicas», realizado em Santarém, no «Colóquio sobre Bandas», realizado na Incrível Almadense, na mesa redonda «As Filarmónicas e a Educação Musical – Presente e Futuro», no «Colóquio sobre Música Popular Portuguesa», no «1.º Colóquio Nacional de Música» e no «Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto».

Além de artigos de opinião publicados em monografias («Para uma nova política de projecção à música popular portuguesa» e «Actividades dos Centros de Recuperação de Instrumentos Musicais»), Silva Dionísio é autor de trabalhos sobre teoria musical, ainda usados nos dias de hoje. O primeiro denomina-se *Teoria Geral da Música, Instrumentação e Harmonia*: *Curso de Aperfeiçoamento para Regentes de Bandas Civis* e foi editado pela FCG, em 1962, como suporte teórico de um curso para regentes de bandas. Este trabalho é um antecessor do *Manual de Música*, editado pela FNAT alguns anos mais tarde, e destinado a servir de guia técnico nos cursos de regentes de bandas coordenados por Silva Dionísio e organizados anualmente pela FNAT/INATEL. A primeira das três partes é dedicada à teoria geral da música, a segunda às questões ligadas à instrumentação, à direcção de banda e à interpretação, e a terceira ao estudo das regras fundamentais da harmonia.

Como compositor, Dionísio é autor de *Fanfarra Para a Universidade Nova* (1982), *Inatel – V Marcha* (1984), *Suite sobre Temas Tradicionais Alentejanos* (2000) e de vários hinos e canções encomendados por diversas instituições. Como arranjador, realizou numerosos trabalhos, muitos dos quais por encomenda da SEC. Elaborou mais de sessenta transcrições de obras orquestrais para a BSGNR, muitas delas ainda hoje interpretadas, além de transcrições e arranjos para agrupamentos de sopro mais limitados qualitativa e quantitativamente. Além da cooperação na formação de regentes,

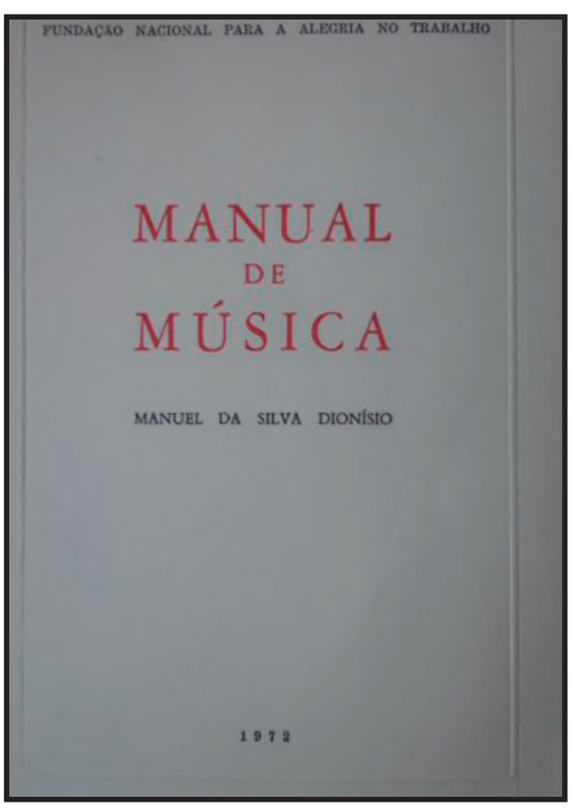
[9] Fotografia cedida pelo coronel Raul Dionisio

Patrocinam a
Orquestra Filarmónica de Lisboa
Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional
O Ministério da Educação Nacional
O Ministério das Obras Públicas (Fundo do Desemprego)
O Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
e a
Junta Distrital de Lisboa
TIVOLI
Terça-feira, 18 de Abril, às 18,30 horas
ORQUESTRA FILARMÓNICA DE LISBOA
(31.ª Temporada)
DIRECÇÃO
Maestro SILVA DIONÍSIO
ABERTURA SINFÓNICA N.º 3 ... JOLY BRAGA SANTOS
(sobre um tema de carácter alentejano)
CONCERTO PARA VIOLINO ... MENDELSSOHN
— Allegro molto apassionato
— Andante
— Allegretto non troppo — Allegro molto vivace
Solista
Prof. CLAUS WINKLER
5.ª SINFONIA ... BEETHOVEN
— Allegro con brio
— Andante con moto
— Scherzo
— Allegro

Programa de Concerto da Orquestra Filarmónica de Lisboa, sob a direcção de Silva Dionísio. [10]

Silva Dionísio colaborou com a FCG como membro da Comissão Técnica para a Selecção de Instrumentais, uma das comissões permanentes do Serviço de Música deste organismo existente entre 1963 e finais do decénio de setenta. Esta comissão, composta por especialistas em instrumentos de sopro, tinha como finalidade principal elaborar pareceres relativos à aquisição de instrumentos destinados às filarmónicas contempladas com apoios. Em representação da SEC, Dionísio foi membro do Conselho Português da Música e da Comissão Permanente das Comemorações do Dia Mundial da Música. Entre 1978 e 1979 liderou o Departamento de Orquestras na RDP e, no triénio 1993-1995, foi presidente da Direcção do Montepio Filarmónico e provedor da Irmandade de Santa Cecília, um cargo geralmente sob a responsabilidade de uma personalidade de reconhecido mérito na vida musical portuguesa.

Manuel da Silva Dionísio faleceu no dia 5 de Agosto do ano 2000. Em 2001, no âmbito das comemorações do 66.º aniversário do INATEL, foi alvo de uma homenagem no Estádio 1.º de Maio, onde estiveram presentes diversas filarmónicas. Antes da interpretação da *V Marcha do Inatel* e da *Fanfarra Solene para a Universidade Nova*, ambas de Silva Dionísio, a marcha *Capitão Silva Dionísio*, de Raul Cardoso, e *Marchas de Lisboa,* de João Neves, o presidente do INATEL destacou o papel de Silva Dionísio «na dinamização do movimento filarmónico português, quer através da organização de cursos de formação, quer no fomento da composição musical e, também, da promoção de festivais de música popular». Neste evento, foi anunciado publicamente um concurso de composição para bandas designado «Concurso de Composição Maestro Silva Dionísio», de periodicidade bianual. Finalmente, foi lida uma mensagem do então presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, que se associou à «merecida homenagem ao maestro Silva Dionísio», felicitando o INATEL pela «feliz iniciativa» e pela instituição de um prémio bianual de composição. «– Este galardão – sublinhou Jorge Sampaio –, assinala com inteira justiça uma carreira ímpar de direcção e composição, que tem direito ao reconhecimento público».[11]


FUNDAÇÃO NACIONAL PARA A ALEGRIA NO TRABALHO
MANUAL
DE
MÚSICA
MANUEL DA SILVA DIONÍSIO
1972

Fronstispício do *Manual de Música* de Silva Dionísio.

[10] Arquivo da Banda Sinfónica da GNR, Espólio do maestro Silva Dionisio.
[11] *Tempo Livre*, Revista do INATEL, Julho/Agosto de 2001.

Concerto de encerramento do Festival de Bandas, em Bolonha (Itália) [12]

Notas conclusivas

Considero evidente o contributo das personalidades referidas neste texto para a actividade musical de orquestras, conservatórios e, sobretudo, no que tange a composição musical. Igualmente é incontestável o prestígio que alcançaram na sociedade civil, em particular o capitão Silva Dionísio, no âmbito do desenvolvimento e promoção da música para sopros em Portugal. Como resultado, as FAS beneficiaram de uma visibilidade acrescida. O estudo da vida e obra destas figuras, cuja actividade considero sobejamente valiosa e meritória, permite compreender melhor a história da música militar do nosso país nos últimos séculos e enquadrá-la na história da música portuguesa. Com este artigo espero contribuir para a compreensão do papel dos músicos militares no âmbito dessa história e decifrar os seus contributos. Espero igualmente colaborar na preservação da sua memória, assim como divulgar e homenagear a respectiva carreira profissional. O percurso profissional destas personalidades permite-nos colher lições vivas que nos são úteis para compreender o presente e preparar o futuro.

Referências bibliográficas:

- DIONÍSIO, Silva, *Teoria Geral da Música, Instrumentação e Harmonia – Curso de Aperfeiçoamento para Regentes de Bandas Civis*, Lisboa, FCG, 1962.
- DIONÍSIO, Silva, *Manual de música*, 1ª edição, Lisboa, FNAT, 1972.
- DIONÍSIO, Silva, "Para uma nova política de projecção à música popular portuguesa" in *Colóquio sobre música popular portuguesa* (comunicações e conclusões), Lisboa, INATEL, 1984.
- DIONÍSIO, Silva, "Actividades dos centros de recuperação de instrumentos musicais" in *1º colóquio nacional de música, comissão permanente do dia mundial da música, Abrantes*, Câmara Municipal, 1984.
- Fotografia cedida pelo Coronel Raul Dionísio.
- *Noi Insieme*, Nº 5, Novembro de 1985.
- *Risvegliomusicale*, Setembro e Outubro de 1985, ano IV, nº5.
- SANTOS, Lina e MARTINS, Mónica, "Banda da Armada", in Salwa Castelo-Branco (ed,), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX*, 1º volume (A-C) Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.
- Tempo Livre, Revista do INATEL, Julho/Agosto de 2001.

Arquivo Geral do Exército
- PI 117/00, Cx. 68, Processo Individual de Silva Dionísio.

Arquivo da Banda Sinfónica da GNR
- Espólio pessoal do maestro Silva Dionísio.

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian
- Cota MSC 2476 e MSC 2477.

[12] Fotografia cedida pelo Coronel Raul Dionísio.